

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

RAFAELA LADEIRA DE SOUZA

**NÓS E ELES – CONFIGURAÇÕES DE UM RURAL PARTICULAR:
análise de elementos representacionais e processos identitários em três vilas
rurais e um município do interior de Minas Gerais**

Belo Horizonte, MG

2015

RAFAELA LADEIRA DE SOUZA

**NÓS E ELES – CONFIGURAÇÕES DE UM RURAL PARTICULAR:
análise de elementos representacionais e processos identitários em três vilas
rurais e um município do interior de Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Belo Horizonte

2015

150
S729n
2015

Souza, Rafaela Ladeira de

Nós e eles - configurações de um rural particular eles [manuscrito]: análise de elementos representacionais e processos identitários em três vilas rurais e um município do interior de Minas Gerais / Rafaela Ladeira de Souza. - 2015.

173 f.

Orientadora: Ingrid Faria Gianordoli Nascimento.

Dissertação (teses) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Teses. 2. Sociologia rural - Teses. 3. Juventude rural - Teses. 4. Representações sociais - Teses. 5. Identidade social – Teses. I. Gianordoli-Nascimento, Ingrid Faria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nós e Eles - Configurações de um rural particular: análise de elementos representacionais e processos identitários em três vilas rurais e um município do interior de Minas Gerais

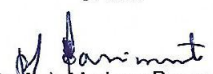
RAFAELA LADEIRA DE SOUZA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação.

Aprovada em 30 de setembro de 2015, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Ingrid Faria Gianordoli Nascimento - Orientador
UFMG


Prof(a). Maria Işabel Antunes Rocha
UFMG


Prof(a). Mariana Bonomo
UFES

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para a realização dessa longa e intensa trajetória de iniciação à pesquisa.

Agradeço a Deus pela força e inspiração. A toda a minha família e amigos pela paciência, compreensão e apoio. À minha mãe, em especial, pela dedicação e investimento em toda a minha trajetória acadêmica materializada nessa grande conquista. À minha irmã Daniela por todos os momentos de incentivo, pela ajuda efetiva e pelas descontrações também. Ao meu pai Rafael e ao meu irmão Humberto que completam a presença familiar abençoada e de sustentação pessoal que me fortalece. À minha família querida de BH, Mariana e Nair, que me receberam tantas vezes em sua casa. À tia Márcia, moradora da comunidade do Mato Dentro, pela dedicação, prontidão e toda a ajuda durante a coleta dos dados. À minha avó Glicéria, meu tio e primos que me acolheram durante a fase da coleta. A toda a comunidade do Mato Dentro, minha origem, e aos moradores das comunidades do Caeté e Vila Domingos que me receberam de forma calorosa e sempre prontos a participar e contribuir. Agradeço também a equipe da Secretaria Municipal de Educação de São Brás do Suaçuí/MG.

Agradeço a minha orientadora Íngrid Faria Gianordoli-Nascimento que me acolheu com muito carinho em um momento difícil de transição e com todo o cuidado e a atenção de longas conversas, me ajudou a iniciar e avançar na linha da Psicologia Social. Obrigada pela paciência, pelos muitos conhecimentos divididos, por me fazer crescer tanto e por sempre acreditar em mim.

Agradeço à professora Mariana Bonomo pela inspiração, pelas contribuições na banca de qualificação e por aceitar fazer parte da conclusão desta etapa. Aos colegas da turma de mestrado 2013, à Janaína Campos e à Bárbara Gonçalves Mendes pela ajuda e orientação no início da escrita e à Flaviane da Costa Oliveira que me ajudou muito na elaboração e finalização do trabalho.

O mestrado é uma trajetória solitária, árdua e de muito amadurecimento, mas que sem a presença de todos vocês, família, amigos, colegas e professoras, não teria tido sucesso. A todos, o meu muito obrigada!

Porque se o psicólogo não é chamado a intervir nos mecanismos sócio econômicos que articulam as estruturas de injustiças, sim é chamado a intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas; se não cabe ao psicólogo conciliar as forças e interesses sociais em confronto, sim lhe compete ajudar a encontrar caminhos para mudar os hábitos violentos por hábitos mais racionais; e se não encontra-se sob sua competência a definição de um projeto nacional autônomo, sim pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda as exigências mais autênticas dos povos.

Ignácio Martín-Baró

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos respondentes (faixa etária, sexo, região/comunidade).....	75
Tabela 2 – Perfil das famílias por região.....	76
Tabela 3 – Estado civil e cor/raça divididos por sexo.....	81
Tabela 4.1 - Faixa etária/sexo: Caeté.....	82
Tabela 4.2 - Faixa etária/sexo: Vila Domingos.....	82
Tabela 4.3 - Faixa etária/sexo: Mato Dentro.....	82
Tabela 5 – Escolaridade/região.....	85
Tabela 6 – Ocupações/região.....	86
Tabela 7 – Renda mensal familiar (Salário mínimo em vigor = R\$724,00).....	89
Tabela 8 – Benefícios socioassistenciais/região.....	90
Tabela 9 – Religião dos moradores (segundo o representante familiar).....	92
Tabela 10 – Presença de bens materiais básicos/região.....	168
Tabela 11.1 - Faixa etária/sexo: Caeté.....	168
Tabela 11.2 - Faixa etária/sexo: Vila Domingos.....	169
Tabela 11.3 - Faixa etária/sexo: Mato Dentro.....	169

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenho metodológico.....	65
Quadro 2 - Categorias temáticas associadas às comunidades rurais e a São Brás do Suaçuí.....	105
Quadro 3 - Atributos das pessoas das comunidades rurais e das pessoas de São Brás do Suaçuí.....	106
Quadro 4 – Identificação dos participantes dos grupos focais.....	121
Quadro 5 - Temáticas positivas associadas ao rural.....	171
Quadro 6 - Temáticas negativas associadas ao rural.....	171
Quadro 7 - Temáticas positivas associadas ao urbano.....	172
Quadro 8 - Temáticas negativas associadas ao urbano.....	173

RESUMO

O Brasil ao longo de sua história passou por intensas mudanças na divisão territorial apontadas por estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com o crescimento da população urbana. A presença tardia de estudos governamentais voltados para a implantação de políticas públicas e a falta de dados sobre o assunto, reforçam a necessidade de pesquisas acadêmicas que abordem o tema da ruralidade em suas especificidades regionais contemplando, sobremaneira, as progressivas mudanças socioeconômicas que envolvem o universo rural e seus processos de urbanização. Trazer o rural como objeto de pesquisa, discuti-lo, apresentar suas transformações e particularidades, torna-se fundamental também por propiciar uma discussão a respeito da hegemonia das cidades como lugar de *status* e valor, trazendo elementos representacionais vigentes de rural e urbano e mostrando como tanto um espaço quanto o outro tem pontos positivos e negativos muitas vezes não explicitados. Para a análise das inserções grupais no âmbito rural, foram pesquisadas três vilas rurais mineiras localizadas na área rural do município de Conselheiro Lafaiete/MG: Mato Dentro; Domingos e Caeté. Para representar o meio urbano, o município escolhido foi São Brás do Suaçuí/MG. O primeiro estudo deste trabalho traz a descrição da realização do censo comunitário rural das três vilas, de forma a oferecer informações precisas sobre elas no que tange aos aspectos sociodemográficos. Esses dados foram importantes para o estudo das relações entre as vilas e dessas com a cidade de São Brás do Suaçuí/MG. A pesquisa também buscou analisar elementos representacionais de rural e urbano, tendo por base a teoria das Representações Sociais (Bonomo & Souza, 2010; Deschamps & Moliner, 2009; Jodelet, 2009; Moscovici, 2004; Sá, 1998; Souza Filho, 1996; Vala, 2004) e as relações entre os espaços e os grupos através da teoria da Identidade Social de Tajfel (1982, 1983a, 1983b), principalmente por meio do relato de jovens durante a realização de grupos focais (Estudo 2).

Palavras-chave: Ruralidade; Juventude rural; Teoria das Representações Sociais; Teoria da Identidade Social

ABSTRACT

The Brazil throughout its history went intense changes in the territorial division outlined by studies of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, with the growth of urban population. Late presence of government studies focused on the implementation of public policies and the lack of data on the subject, reinforce the need for academic research to approach the issue of rurality in their regional specificities contemplating progressive socioeconomic changes that involve the universe rural and their urbanization processes. Bring the rurality as the object of research, present its changes and particularities, is important for providing a discussion of the hegemony of cities as a place of status and value by bringing representational elements of rural and urban and showing that both has good points and bad often not made explicit. For the analysis of group inserts in rural areas, were surveyed three rural villages in the rural area of the municipality of Conselheiro Lafaiete/MG: Mato Dentro; Vila Domingos and Caeté. To represent the urban area, the chosen city was São Brás do Suaçuí/MG. The first study of this work brings the description of the achievement of the rural community census of the three villages that provide accurate information about their sociodemographic characteristics. These data were important for the study relations between the villages and those in the city of São Brás do Suaçuí/MG. The survey also analyze representational elements of rural and urban, based on the theory of Social Representations (Bonomo & Souza, 2010; Deschamps & Moliner, 2009; Jodelet, 2009; Moscovici, 2004; Sa, 1998; Souza Filho, 1996; Vala, 2004) and the relationship between the spaces and groups through the theory of Social Identity of Tajfel (1982, 1983a, 1983b), mainly through the story of young people while conducting focus groups (Study 2).

Key-words: Rurality; Rural Youth; Theory of Social Representations; Theory of Social Identify

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 RURALIDADE.....	17
3 JUVENTUDE RURAL.....	33
4 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	47
5 IDENTIDADE SOCIAL.....	53
6 OBJETIVOS.....	63
6.1 Objetivo geral.....	63
6.2 Objetivos específicos.....	63
7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	64
7.1 Método de análise.....	65
8 ESTUDO 1 - Um estudo social da ruralidade: Conhecendo as vilas rurais de Domingos, Caeté e Mato Dentro.....	67
1 Introdução.....	68
2 Objetivos.....	70
3 Procedimentos metodológicos.....	70
3.1 <i>Procedimento de coleta dos dados.....</i>	70
3.2 <i>Os sujeitos da pesquisa.....</i>	72
3.3 <i>Instrumentos.....</i>	73
3.4 <i>Procedimento de análise.....</i>	73
4 Resultados e discussão.....	74
4.1 <i>Os sujeitos da pesquisa.....</i>	74
4.2 <i>Características gerais das comunidades: perfil e organização.....</i>	75
4.3 <i>Características sociodemográficas e perfil socioeconômico.....</i>	79
4.4 <i>O cotidiano rural: rotina e atividades das comunidades.....</i>	91
4.5 <i>Acesso aos recursos de saúde, doenças mais frequentes e uso de remédios..</i>	94
4.6 <i>Relação e cuidado com a natureza.....</i>	97
4.7 <i>Meios usuais de informação e locais de sociabilidade.....</i>	98
4.8 <i>O papel da mulher nas comunidades rurais.....</i>	101
4.9 <i>O impacto das dinâmicas intergrupais na construção de representações sobre o rural e o urbano.....</i>	104
4.10 <i>A fundação de uma Associação Rural.....</i>	112
5 Conclusão.....	114
9 ESTUDO 2 - Representações sociais e dinâmicas identitárias de jovens em três vilas rurais e uma cidade do interior de Minas Gerais.....	116

1 Introdução.....	117
2 Objetivos.....	117
3 Procedimentos metodológicos.....	118
3.1 <i>Procedimento de coleta dos dados.....</i>	<i>118</i>
3.2 <i>Os sujeitos da pesquisa.....</i>	<i>119</i>
3.3 <i>Procedimento de análise.....</i>	<i>121</i>
4 Resultados e discussão.....	122
4.1 <i>Considerações sobre as representações sociais de rural e urbano (pequenos e grandes centros).....</i>	<i>122</i>
4.2 <i>O sentimento de pertencimento a um grupo e ao território de origem.....</i>	<i>125</i>
4.3 <i>A rotina do meio rural e do meio urbano.....</i>	<i>127</i>
4.4 <i>O preconceito.....</i>	<i>129</i>
4.5 <i>A fofoca, as normas sociais e o desejo de liberdade.....</i>	<i>131</i>
4.6 <i>Perspectivas de futuro.....</i>	<i>132</i>
5 Conclusão.....	134
10 DISCUSSÃO.....	136
10.1 O papel complementar dos dois estudos.....	136
10.2 Papel das mulheres: tradição e mudanças.....	138
10.3 Análise das dinâmicas relacionais entre os grupos rurais e urbanos.....	140
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145
ANEXOS.....	150

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo de sua história, passou por mudanças na sua divisão territorial apontadas em detalhes por estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o crescimento da população urbana¹. Tal instituto criou um projeto intitulado “Regiões Rurais” para um estudo aprofundado dessas mudanças com dados previstos para serem divulgados ainda em 2015². O pequeno número de estudos governamentais voltados para a implantação de políticas públicas e a falta de dados sobre o assunto reforçam a necessidade de pesquisas acadêmicas que abordem o tema da ruralidade em suas especificidades regionais contemplando, sobremaneira, as mudanças socioeconômicas que envolvem o universo rural e seus processos de urbanização.

Nessa direção, estudos vêm apontando uma diminuição expressiva da população rural brasileira, apesar do aumento da população total brasileira (Carvalho *et al.*, 2009). Na década de 1970, ela correspondia a aproximadamente 43% da população, passou para 32% em 1980, chegando a 23% em 1990. Em 2000, apenas 20% da população era rural e no último censo, ocorreu uma redução de mais de 20% desde o primeiro dado, representando 15,6% da população brasileira (IBGE, 2010; Lima, 2010). Essa diminuição aconteceu devido ao êxodo rural intensificado ao longo das décadas de 1970 a 1990, resultado das condições precárias do campo e da oferta de recursos ou pelo menos de sua promessa no meio urbano.

Além disso, vivemos em uma sociedade cujo valor e *status* são conferidos ao modo de vida urbano (Bonomo & Souza, 2013b). Os aspectos relacionados a essa valorização referem-se às oportunidades de estudo, trabalho e lazer, e ao contato com a tecnologia, produtos e serviços diversificados que estão disponíveis nas cidades e são escassos ou indisponíveis no espaço rural. Portanto, na maioria das vezes, o modo de vida urbano, com tudo o que oferece, é associado à promessa de ascensão econômica e à realização que é também associada à presença de recursos

¹“Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010”, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm (recuperado em 21/06/2015)

² Informações disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_regioes_rurais.shtm (recuperado em 21/06/2015).

materiais. No entanto, o campo ainda se mantém como o lugar da realização pessoal, devido às relações interpessoais próximas de amizade e solidariedade, à cultura e ao sentimento de pertencimento ao local (Bonomo, Souza, Melotti, Plamonari, 2013a).

Trazer o rural como objeto de pesquisa, discuti-lo, apresentar suas transformações e particularidades, torna-se fundamental não só pelo pequeno número de estudos sobre o tema, como veremos mais adiante, mas propicia uma discussão a respeito da hegemonia das cidades como lugar de *status* e valor, trazendo elementos representacionais vigentes de rural e urbano e mostrando como tanto um espaço quanto o outro tem pontos positivos e negativos muitas vezes não explicitados. Na maioria das vezes, no caso dos espaços rurais, seus aspectos positivos são omitidos e no caso das cidades, seus aspectos negativos são trazidos de forma secundária.

O interesse pelo tema de pesquisa e pela área escolhida para análise surgiu devido ao contato da pesquisadora com as comunidades, uma vez que uma das vilas faz parte da história familiar e a cidade de São Brás do Suaçuí é sua cidade de origem e seu atual local de trabalho como psicóloga da rede municipal de ensino, acompanhando tanto os alunos da cidade de São Brás do Suaçuí, quanto aqueles das comunidades rurais que estudam no município a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. Tais inserções facilitaram a entrada e a interação entre pesquisador e pesquisados por meio de um processo de reconhecimento mútuo que possibilita a compreensão da dinâmica das relações intergrupais.

Para a análise das inserções grupais no âmbito rural, foram pesquisadas três vilas rurais mineiras localizadas na área rural do município de Conselheiro Lafaiete/MG: Mato Dentro; Domingos e Caeté³. O município apresenta mais de 100 mil habitantes, de acordo com IBGE/2010⁴ e está localizado a cerca de 100 km de Belo Horizonte/MG. A proximidade geográfica das três vilas e suas características socioeconômicas complementares, embora desiguais, faz com que

³São reconhecidas como vilas pela cidade-sede que é Conselheiro Lafaiete, estando descritas por tal nomenclatura no documento anual elaborado pelo centro de saúde local, intitulado “Diagnóstico Situacional”.

⁴Ver anexo 1.

suas populações circulem pelo mesmo espaço, favorecendo a criação de vínculos e interações sociais.

As pessoas que vivem nessas comunidades apresentam dificuldades de acesso aos recursos amplos de saúde, educação, transporte e moradia. Tais serviços assistenciais deveriam ser garantidos à população, principalmente às pessoas mais carentes, mas o município responsável não consegue assistir satisfatoriamente a população de suas áreas rurais, principalmente as mais distantes, como é o caso das três vilas que ficam a cerca de 25 km da região central sede de Conselheiro Lafaiete/MG via MG-383 e BR-040.

A região urbana mais próxima das vilas é a cidade sede do município de São Brás do Suaçuí/MG, localizado a 8,5 km da área central das vilas e a 34 km da cidade sede do município de Conselheiro Lafaiete. Com uma população de menos de 4 mil habitantes (população estimada em 2013 de 3.673 de acordo com o IBGE, 2010), São Brás do Suaçuí é a referência em educação para as comunidades a partir do 6º ano do Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio. Além disso, na divisão feita pela Igreja Católica em dioceses compostas por paróquias, as vilas rurais em análise estão na abrangência da paróquia de São Brás, da cidade de São Brás do Suaçuí, estreitando ainda mais os laços com esse município.

O primeiro estudo deste trabalho traz a descrição da realização do censo comunitário rural das três vilas, uma vez que não foram encontrados registros junto à prefeitura do município de Conselheiro Lafaiete, de São Brás do Suaçuí ou no IBGE que fornecessem informações precisas sobre elas no que tange aos aspectos sociodemográficos. Esses dados foram importantes para o estudo das relações entre as vilas e dessas com a cidade de São Brás do Suaçuí/MG. A pesquisa também buscou analisar elementos representacionais de rural e urbano, tendo por base a teoria das Representações Sociais (Bonomo & Souza, 2010; Deschamps & Moliner, 2009; Jodelet, 2009; Moscovici, 2004; Sá, 1998; Souza Filho, 1996; Vala, 2004) e as relações entre os espaços e os grupos através da teoria da Identidade Social de Tajfel (1982, 1983a, 1983b), principalmente por meio do relato de jovens durante a realização de grupos focais (Estudo 2).

Assim, no primeiro estudo, buscou-se conhecer as comunidades através da coleta de suas informações sociodemográficas e através de um questionário em que pôde-se acessar os elementos representacionais presentes de cada espaço (rural e urbano) e as relações que as comunidades rurais analisadas estabelecem entre elas e com a cidade estabelecida como referência. Já o estudo 2 focou especificamente nos jovens e em como os jovens do rural e do urbano analisados entendem as relações entre os espaços e os grupos e como a presença de representações sociais de cada localidade sustenta e articula as dinâmicas identitárias para os grupos.

O conhecimento das temáticas Ruralidade e Juventude nos permitiu o estudo dos diferentes formatos de rural, do que vem sendo discutido sobre as mudanças nesse espaço e especificamente, através da temática da Juventude, como as juventudes estão presentes nesse espaço. A escolha das duas temáticas também foi importante para trazer para o campo da psicologia estudos nessas áreas, tão pouco abordados pelo campo. As teorias das Representações Sociais e da Identidade Social foram o substrato para a análise dos dados, pois permitiram estudar e perceber os processos relacionais que acontecem entre os grupos rural e urbano, as dinâmicas de construção identitária, a partir da pertença dos grupos, e os elementos representacionais que são articulados e vigoram nesses meios.

2. RURALIDADE

A “Ruralidade”, enquanto modo de vida, não tem sido objeto de muitas pesquisas, inclusive para o campo da Psicologia Social. Áreas como a sociologia e até mesmo a economia são exceções e contam com ramos de pesquisa que se dedicam especificamente aos fenômenos do rural, mas muitas vezes ficam restritas a uma abordagem do rural como território e não enquanto categoria social (Albuquerque, 2002; Oliveira, 2003). Como afirma Albuquerque (2002), embora se pratique uma psicologia social “aplicada ao Brasil e ao brasileiro, com sua cultura, sutilezas e nuances próprias, realizamos uma psicologia urbana” (p. 37).

Um dado do censo de 2000 (IBGE), destacado também por Albuquerque (2002), nos instiga a perguntar o porquê da falta de interesse pelas áreas rurais e pela sua população.

Atualmente, dos 5507 municípios brasileiros, 4089 possuem menos de 20 000 habitantes, ou seja, 74,2% ou 3/4 do total dos municípios brasileiros podem ser considerados como de características rurais abrigando uma população de 31 845 211 (trinta e um milhões e oitocentos e quarenta e cinco mil e duzentos e onze) habitantes, correspondendo a 18,77% da população total. (Albuquerque, 2002, p. 37)

Uma justificativa possível para isso seria a tendência a estudar mais os problemas que nos cercam, ou seja, problemas urbanos, que não são menos importantes, mas muitas vezes têm sua origem na miséria e nas péssimas condições de vida do meio rural. Outra provável justificativa estaria associada ao valor positivo atribuído pelo senso comum ao urbano em contraposição às associações negativas que menosprezam o rural.

Estas representações de cada espaço, embora ainda bastante arraigadas a uma associação positiva ao urbano e negativa ao rural, vêm sofrendo modificações conforme veremos ao longo das discussões sobre as mudanças nos espaços rurais e também na temática da juventude rural. No entanto, muito ainda precisa ser feito para dar um espaço digno de discussão às dinâmicas das áreas rurais e de sua

população, abordando a sociabilidade rural e o ser rural e não somente sua territorialidade.

Passando às definições do termo, Wanderley (2000), a partir das ideias de Kayser (1990), define o rural como sendo um:

Modo particular de utilização do espaço e de vida social (...) entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (Wanderley, 2000, p. 88)

Para o IBGE, “as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais” (Abramovay, 2000, p. 2). Com as mudanças das regiões rurais e o estreitamento da fronteira campo-cidade, essa delimitação vem se tornando cada vez mais difícil de ser feita. Além do mais, muitas definições de rural e urbano trazem problemas por serem arbitrárias e categóricas. Uma delas, como também demonstrado por Abramovay (2000), acaba por desvalorizar os espaços rurais ao estabelecer que desde que haja extensão de serviços públicos a certo aglomerado populacional, esse espaço tenderá a ser definido como urbano. Ou seja, o rural já é por definição o espaço desfavorecido, sem recursos e serviços voltados para a sua população. Outras definições usuais de rural relacionam-se à prática de produção predominantemente agrícola, ao número populacional pequeno e à distância dos centros metropolitanos.

Para Abramovay (2000), existiriam basicamente três aspectos que caracterizariam um espaço como rural, “a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano” (p. 6). Além desses, o autor considera o relacionamento humano como outro aspecto determinante na definição de uma localidade como urbana ou rural. No campo, por exemplo, as relações são de maior proximidade, solidariedade, contato íntimo, união e luta conjunta pelos mesmos interesses. Já na cidade, tem-se “a imagem da

vida urbana como anônima, violentamente competitiva e desprovida do impulso sentido da ajuda mútua” (Galston e Baehler, 1995, p. 3, citado por Abramovay, 2000, p. 10).

No meio destes debates, destacam-se as representações sociais da burguesia industrial e urbana a respeito dos espaços rural e urbano e percebidas como hegemônicas no meio social. Nelas, o termo rural faz referência à “terra, à natureza e [a]os processos naturais” (Moreira, 2003, p. 116). O morador rural é representado como “agrícola (apenas produção), atrasado, tradicional, rústico, selvagem, incivilizado e de comportamentos resistentes a mudanças” (Moreira, 2003, p. 117), além de ser visto como “primitivo, conservador”. (Moreira, *ibid.*, p. 134). Como afirma Carneiro (1998), “associa [se] o “rural” ao agrícola e ao “atrasado” e o “urbano” ao industrial e ao “moderno”” (p. 57). Tais representações de urbano e rural trazem ainda como oposições conceituais: “campo-cidade, tradicional-moderno, incivilizado-civilizado e não-tecnificado-tecnificado” (Moreira, 2003, p. 115), e também “rural-urbano”, “agricultura-indústria” (Moreira, *ibid.*, p. 121), além de “universal-particular, global-local” (Moreira, *ibid.*, p. 134).

Assim, as representações desse rural desvalorizado em contraposição a um urbano valorizado são apresentadas por diversos autores (Campos, 2007; Gonçalves, 2005; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003). Em todas elas, o rural aparece associado ao atraso, ao rústico ou à tradição. Já o urbano vem associado ao progresso e ao moderno. A população rural também é descrita pela burguesia urbana e industrial de forma negativa, sendo chamada de “caipira”, de “jeca-tatu” ou de “cabocla”, associada à passividade, ociosidade, preguiça, isolamento e ignorância, com exceção do médio e grande produtor rural a quem esses estereótipos não se aplicam. No entanto, características positivas também são associadas a esta população, tais como solidariedade, força, autenticidade, comunhão com a natureza, romantismo, simplicidade, ingenuidade, forte religiosidade, vivência lenta do tempo.

A muitas destas definições cabe a crítica em relação à sua e no caso específico das representações, deve-se questionar a forma discriminatória pela qual o espaço rural é visto. Essas formas arbitrárias e discriminatórias de

definição do meio rural, dificultam o reconhecimento das características específicas de cada região e impossibilitam correlações e comparações entre as mesmas, uma vez que o critério de definição adotado pode variar de uma região para outra. Por exemplo, se considerássemos apenas o quesito populacional de algumas definições, a cidade em análise nesta pesquisa (São Brás do Suaçuí-MG) seria considerada uma região rural, da mesma forma que as outras regiões rurais analisadas aqui.

Dessa forma, a ruralidade, enquanto categoria histórica e passível de transformações, não deve ser definida como uma ruralidade geral. Devem-se considerar as diferentes possibilidades de sua constituição e a influência igualmente diversificada que recebem dos espaços urbanos que também têm características específicas. Considerar tudo isso seria tratar a ruralidade como categoria social (Brandenburg, 2010; Caiado & Santos, 2003; Camargo & Oliveira, 2012; Carneiro, 1998).

Ao longo do século XX, o espaço rural sofreu intensas mudanças na sua constituição e nas suas representações, afetando sua dinâmica de funcionamento e o processo de construção da identidade de sua população. Até algumas décadas atrás, o rural era um objeto de estudo bastante claro, dada sua distinção com a cidade. A visão de ruralidade predominante resumia-se às relações sociais ligadas às atividades agropecuárias e não se fazia referência a nenhum outro aspecto como a dinâmica desses espaços e de sua população (Brandenburg, 2010; Veiga, 2004). Com as diversas mudanças ocorridas, os estudos passaram a dividir-se de acordo com o posicionamento defendido: 1: fim do rural, transformado em um espaço fundido ao urbano, tamanha a semelhança entre os dois; 2: existência de um *continuum* campo-cidade, em que o primeiro extremo (puramente rural, sem nenhuma influência urbana) vai deixando de existir em função do outro extremo; 3 e 4: permanência da dicotomia campo-cidade, em que alguns autores defendem a permanência de um rural tradicional e outros acreditam na existência de um novo rural, influenciado pelos espaços urbanos, mas não cindido a ele, mantendo suas características próprias, como veremos em detalhe mais adiante.

Alguns autores defendem que o processo de transformação do rural teve seu início e sua marca com a industrialização da agricultura, a urbanização do campo

e com o processo de construção das hegemonias burguesas que deslocou o centro do poder do campo para a cidade e da agricultura para a indústria (Albuquerque, 2002; Camargo e Oliveira, 2012; Campos, 2007; Carneiro, 1998; Moreira, 2003; Wanderley, 2000). O processo de modernização impunha ao campo mudanças a fim de adequá-lo à dita evolução tecnicista e à lógica de mercados. A urbanização, dessa forma, não foi um fenômeno apenas de adequação técnica do campo, mas de mudança de valores pautados na vida, nos hábitos e na cultura da cidade.

No Brasil, esse período de urbanização e industrialização começou na década de 1950, mas se intensificou mesmo nas décadas de 1970 e 1980, sendo caracterizado como um processo excludente e desigual (Oliveira, 2003; Brandenburg, 2010). Como afirma Moreira (2003), “a elevada concentração da propriedade da terra e a desigual distribuição da propriedade dos recursos produtivos de origem industrial conformaram aqui uma formação social capitalista de forte exclusão social” (p. 136). A exclusão do campo se deu também em relação ao acesso às condições mínimas de sobrevivência que envolvem o acesso à terra, ao trabalho, ao emprego, ao teto, à educação, à alimentação e à saúde. Outros problemas referiam-se à fraca densidade demográfica e à distância em que as áreas rurais se encontravam, considerados obstáculos ao seu desenvolvimento (Abramovay, 2000). O resultado disso foi a saída da população do campo em busca de melhores condições na cidade. De acordo com Abramovay (2000), entre 1950 e 1995, 50 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais no Brasil, constatando-se após esse período um claro “processo de envelhecimento e masculinização do meio rural brasileiro” (p. 12), fenômeno que já não corresponde mais à realidade atual de muitas regiões rurais.

Com a modernização do campo, houve o nascimento de um novo rural, mesclado ao urbano e global, significando, para alguns pesquisadores, o fim do rural tradicional (Brandenburg, 2010). As cidades tornaram-se referência, exercendo domínio financeiro, administrativo e cultural sobre o campo. O fim do rural significaria, portanto, a não diferenciação deste com o meio urbano, tendendo à paridade social. Este fenômeno refere-se à “similitude entre as condições de vida das populações que vivem nas cidades e no meio rural”, tornando-os espaços indiferenciados (Wanderley, 2000, p. 134).

Alguns autores, no entanto, defendem o fim de um rural tradicional e antigo, afirmando a existência de um rural novo, modificado pelas influências do meio urbano, mas sem deixar de ter suas características próprias (Balsadi, 2001; Brandenburg, 2010; Camargo e Oliveira, 2012; Silva, 2000, 2002; Veiga, 2004). Wanderley (2000) defende que a modernização diminuiu inevitavelmente a disparidade entre campo e cidade, mas não significou o fim desses espaços. O autor destaca, inclusive, um movimento de valorização deste espaço e de redução do movimento de migração em direção às cidades. Dessa forma, considerar todas as mudanças e interferências ocorridas no espaço rural, não significa atestar o seu fim, ao contrário, significa perceber a presença da relação entre campo e cidade, às vezes de tensão e às vezes de troca. Como afirma Silva (2002) o que se percebeu foi uma influência mútua entre os espaços, de forma a combinar as tradições da comunidade local com os valores e influências de outros espaços, fundando o que foi chamado de “rurbanização”.

Essa posição pode ainda apoiar-se em dados que mostram que, atualmente, a maioria das regiões não se constitui nem enquanto áreas rurais puras, nem como áreas rurais que desapareceram por estarem completamente fundidas às urbanas, mas sim como regiões intermediárias a esses dois extremos. Como constatado na pesquisa de Veiga (2004)

A proporção dos [centros] urbanos continuou a aumentar em praticamente todos os países avançados até meados da década de 1970, tendência que foi substituída, no último quarto do século XX, por um declínio relativo dos extremos – tanto do metropolitano como do rural “profundo” – em favor de forte crescimento populacional nos espaços intermediários (p.58).

Nesta corrente de defesa de um novo rural, não somente a influência do meio urbano sobre o rural é destacada. Também o contrário pode ser percebido através do “consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais” (Carneiro, 1998, p. 59). Não mais somente o campo é nutrido pelos centros urbanos, mas o contrário também acontece, por exemplo, culturalmente,

com a valorização de antigas tradições rurais (Brandenburg, 2010). A existência e a valorização desse novo rural se fazem assim, extremamente importantes para a construção de uma nova imagem do campo e do homem do campo, que podem ser vistos positivamente (Brandenburg, 2010).

Muitos autores (Abramovay, 2003; Brandenburg, 2010; Veiga, 2004; Wanderley, 2000), são adeptos desta corrente do “novo rural” e alguns o nomeiam de “rural socioambiental”, propondo medidas para a criação de um novo rural positivo, tanto para a natureza, defendendo a utilização sustentável do campo, quanto para a população, através de políticas de apoio e incentivo para a produção, valorização de sua cultura e tradições e garantia de condições adequadas de vida no meio rural, suprimindo as faltas e as dificuldades que se fazem presentes nesse espaço há décadas. “É um rural em que a tradição não deixa de existir, mas é recriada em termos de uma história pretérita e em função de um projeto novo” (Brandenburg, 2010, p. 424). Para Abramovay (2000) a sociedade deve se empenhar num “esforço de integrar organicamente cidade e campo sem eliminar as particularidades da organização social, econômica e territorial das áreas não densamente povoadas” (p. 14).

Em oposição a essa linha de pensamento em defesa de um rural “rurbanizado”, alguns teóricos apoiam a continuação da dicotomia campo-cidade, com a permanência de um rural tradicional (Brandenburg, 2010). Um dos argumentos dessa posição, como descrito por Moreira (2003), é o de que a modernização do campo foi incompleta, ou seja, “os baixos níveis de escolaridade, saúde, cidadania incompleta e os elevados indicadores de desigualdades sociais atestariam essa afirmação de incompletude” (p. 122). Outros autores, como Blakely e Bradshaw (1985, citado por Wanderley, 2000), concordam com tal posição, afirmando que a inferioridade aparece principalmente em relação “ao acesso da população aos bens e serviços materiais, sociais e culturais (...) condições que se agravam em função de certos fatores, tais como a identidade étnica e o pertencimento a grupos mais vulneráveis (idosos, mães solteiras, população negra, etc.)” (p. 114-115).

Outros autores, por sua vez, discordam da existência de uma total paridade entre os espaços, da permanência do rural tradicional e do nascimento de um novo

rural e defendem uma posição diferente, a de que existiria um *continuum* urbano-rural, com diferentes níveis de intensidade de influência do espaço urbano sobre o rural, permitindo várias formações entre os extremos (modo estritamente urbano de um lado e o modo rural não modificado de outro). No entanto, esse posicionamento defende uma influência unilateral, onde tudo tende à urbanização e modernização, onde o modo estritamente rural praticamente inexistente e onde os espaços rurais tenderão, com o tempo, a ceder às pressões do progresso e do desenvolvimento, atrelados ao meio urbano, resultando da mesma forma no fim dos espaços de organização rural (Abramovay, 2000; Camargo & Oliveira, 2012; Veiga, 2004; Wanderley, 2000).

As transformações do rural e de suas representações continuaram a acontecer com a crise do processo de urbanização, consequência de um êxodo rural desenfreado que levou ao inchaço das cidades e ao surgimento de problemas, tais como a violência, a pobreza e o desemprego. Passaremos aqui à descrição dessas mudanças apontando perfis múltiplos de rural e defendendo, desde já, a impossibilidade de limitá-lo a um perfil único e generalizado.

A partir da década de 1970, com a crise econômica e os impactos negativos da modernização, surgiu um grande movimento de valorização do espaço rural que passou a ser procurado como opção de lazer e até mesmo como lugar para se viver, permanentemente ou como segunda residência (casas de final de semana) (Freitas, Freitas e Dias, 2012; Carneiro, 1998; Veiga, 2004). Presenciou-se “a revalorização de festas, rodeios e feiras agropecuárias (...) valorização da cultura local e de etnias e apoio à produção de artefatos os mais diversos, como conservas, artesanatos e manufaturas associados à natureza e culturas popular e tradicional” (Moreira, 2003, p. 132). Alguns autores, como mencionado no estudo de Wanderley (2000), referem-se a este fenômeno como sendo o “renascimento rural [de uma] extraordinária vitalidade reencontrada das localidades rurais” (p.98). O espaço rural, com isso, passou a ser associado a um ganho em qualidade de vida, possuindo, como afirma Carneiro (1998), “elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial” (p. 57).

Esse movimento resultou numa intensa apreciação de aspectos do rural, principalmente naquelas regiões com maior influência da modernização, por

exemplo, através da valorização de festas caipiras, chamadas de “neo-sertaneja” ou “caipira *country*”, valorizando as tradições do campo, o vestuário, a culinária, a música e o artesanato (Gonçalves, 2005; Oliveira, 2003). Esta valorização, no entanto, não trouxe grandes benefícios à população uma vez que a arrecadação com as festas, o artesanato, as comidas típicas, o vestuário, ficou em sua maior parte concentrado nas mãos de grandes empresas que se aproveitaram para investir nesses produtos e organizar tais eventos. Vale ressaltar que as festas juninas não são exemplos de festas que valorizam o meio rural, pois, embora não se diferenciem das outras para a indústria cultural que se aproveita de todas elas para gerarem lucros, elas elevam ao extremo a figura pejorativa do caipira, com seu modo de vestir desleixado e brega, sua aparência engraçada, seu modo de falar errado e suas manias e comportamentos “jecas”. Na maioria das vezes, a origem dessas festas não é clara e partilhada por seus participantes, mas permanece presente a ridicularização do homem do campo e de sua condição de vida sofrida (Campos, 2007).

O campo tornou-se, assim, um espaço amplo, reconhecido não somente pela produção agrícola, mas por ser um espaço de morada, de relações, de sociabilidade e manifestações socioculturais, além de ser o local da valorização e preservação do meio ambiente (Abramovay, 2000; Alencar, 2007; Balsadi, 2001; Camargo & Oliveira, 2012; Freitas *et. al.*, 2012; Gonçalves, 2005; Veiga, 2004, Wanderley, 2000).

Outro fenômeno que emergiu no campo durante o período de crise do processo de urbanização foi a expansão das atividades de produção no espaço rural, que, como já dito, não estava mais limitado à produção agrícola (Albuquerque, 2002; Balsadi, 2001; Caiado & Santos, 2003). A “pluriatividade”, nome dado a ele, constituiu-se “como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante”. (Carneiro, 1998, p. 56).

A pluriatividade pode ser compreendida pela diversidade de funções relatadas por Moreira (2003) no trecho abaixo:

Eles recorrem à realização simultânea de atividades rurais e urbanas – membros da família com emprego urbano, pequenos comércios, como as bodegas etc.; diversificam as atividades da família – artesanatos, conservas caseiras, turismo rural etc.; recorrem ao emprego agrícola fora da propriedade familiar; recorrem a assalariamentos esparsos e sazonais, pequenos arrendamentos e parcerias em terras de terceiros (p. 137-138).

Esse fenômeno refere-se ainda às características de multifuncionalidade e de grande adaptação às mudanças por parte da população camponesa ajudando a superar as dificuldades impostas pelo modo de produção capitalista, principalmente após a intensa urbanização, rompendo com o paradigma que associava a cultura camponesa ao “tradicional”, “passivo” e “oposto à mudança” (Carneiro, 1998, p. 55).

Deve-se ressaltar que a pluriatividade ou multifuncionalidade não se refere a algo puramente positivo. Antes de tudo, representa uma forma de enfrentamento ou tentativa de solução das dificuldades encontradas pelos moradores do campo que não conseguiam mais se sustentar somente com a atividade agrícola e queriam permanecer no campo (Abramovay, 2000; Brandenburg, 2010).

Para permanecer no campo, seus moradores tiveram que mudar sua forma de vida e organização, fazendo surgir novas categorias de agricultor. Além do agricultor tradicional, para quem a modernização não chegou, surgiram os pluriativos (associação à palavra pluriatividade), os modernizados ou em via de modernização e os novos modelos em que a tradição e a cultura rurais não são abandonadas, a modernização exerce sua influência, e níveis de conscientização ambiental são atingidos, por meio de uma postura de grande valorização da natureza (Balsadi, 2001; Brandenburg, 2010; Freitas, *et. al.*, 2012). A principal diferença entre eles consiste no grau de adesão à modernização, às multifunções e a permanência ou não das tradições rurais. Tem-se, portanto, a descrição de uma pluralidade de ambientes rurais, em que se deve considerar as condições de cada região para realizar mudanças, ou seja, se há viabilidade e disponibilidade de

recursos para acessar e aderir às modernizações, às novas ocupações e a novas formas de consciência do ser rural em defesa de sua cultura e tradição.

Murdoch (2000, citado por Camargo e Oliveira, 2012) chama a atenção para três tipos de situações encontradas em áreas rurais:

Aquela em que o predomínio de redes verticalizadas, formadas por cadeias produtivas dominadas por empresas multinacionais, privilegia a especialização e deixa pouco espaço de manobra para os agricultores; aquelas em que redes horizontais de cooperação permitem o florescimento de uma diversidade de atividades produtivas e incentivam processos de inovação, adaptação e aprendizado e as áreas rurais marginalizadas, que não atuam em nenhuma das redes mencionadas e sobrevivem graças à distribuição de verbas pelo Estado. (p. 1708)

Em meio a todas essas mudanças, foram empreendidas ações do governo e de movimentos sociais que após a crise do processo de urbanização e modernização, passaram a empenhar-se na criação de políticas com um enfoque territorial do desenvolvimento rural. Essa denominação representou um novo olhar para as mudanças ocorridas no campo, preocupando-se em desenvolvê-lo como um todo e não apenas no seu aspecto econômico ou de produção. Assim, além de medidas no sentido de promover o desenvolvimento da agricultura familiar e de outras formas de geração de renda tais como o turismo e o artesanato de base comunitária, essa abordagem priorizou também a participação popular, o acesso à terra e a consideração das expressões culturais do campo.

As políticas de desenvolvimento regional tiveram seu início na década de 1948 com a criação, em Minas Gerais, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) com o objetivo de trabalhar pela promoção do homem rural. Durante a década de 1950, essa associação chegou à região nordeste (1954) e à região sul (1955/56). Na década de 1970 surgiram os Planos de Desenvolvimento Integrado (PDRI), que tinham por objetivo eliminar as desigualdades regionais através de mudanças no investimento de capital. As Empresas Brasileiras de Extensão Agrária (EMATERs), criadas em 1975, representaram outra tentativa

para levar conhecimentos aos pequenos agricultores. Na década de 1990 foi criado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso o Programa “Comunidade Ativa”, inserindo estratégias de desenvolvimento regional em suas políticas sociais. Em 1997, foram criados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) cursos de desenvolvimento local e não apenas voltados para a produção agrícola e outras ações nesse sentido foram desempenhadas também por parte da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura.

Outro movimento de luta pelas melhorias nas condições de vida no campo, relacionadas às oportunidades de geração de renda, tem sido o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tem como principal bandeira a defesa da reforma agrária. Dados do Incra (Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária) revelam que entre 1990 e 2000 foram criados no Brasil “cerca de 2500 assentamentos, atendendo nos últimos seis anos aproximadamente 550.000 famílias atingindo uma população estimada de mais de dois milhões de pessoas” (Albuquerque, 2002, p. 39). Além destas medidas, o governo procura disponibilizar o “sistema de crédito rural; a institucionalização da pesquisa agropecuária (Embrapa); (...) produção de bens de capital: (...) equipamentos, fertilizantes; fortalecimento de canais de comercialização; políticas de preços mínimos; criação do seguro agrícola e estímulo ao cooperativismo” (Oliveira, 2003, p. 248).

A década de 1990 foi muito significativa nas lutas por um redirecionamento no valor dado ao rural pelo governo brasileiro que passou a considerá-lo a partir de uma abordagem territorial, valorizando as características de cada localidade, propondo discussões de políticas voltadas para a melhoria de cada espaço e discutindo projetos de assentamento e em defesa da reforma agrária, dentre outras reivindicações. Destacam-se nesse período as Jornadas Nacionais de Luta, o movimento “Grito da Terra Brasil” e a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Embora o foco desse programa tenha sido estritamente econômico, a ideia de ressignificar e reinvestir na agricultura familiar a fez emergir não só como meio de produção, mas como categoria social e política, associada à recomposição do movimento sindical dos

trabalhadores rurais no início da década de 1990 (Abramovay, 2000, Freitas *et. al.*, 2012). Para tanto, a agricultura familiar foi definida em termos consensuais divulgados em relatório elaborado em convênio pela ONU para a alimentação e agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Tais definições são descritas por Freitas *et. al.* (2012):

(i) a gestão das unidades produtivas e os investimentos eram realizados por indivíduos que mantinham laços consanguíneos (familiares); (ii) a força de trabalho empregada na atividade produtiva seria igualmente dos membros da família; (iii) a propriedade dos meios de produção deveria pertencer à família (p. 1583).

Assim, com intuito de fortalecer a agricultura familiar, foram criados programas de defesa da “multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil” (Camargo e Oliveira, 2012, p. 1710). Eles foram conduzidos entre 2006 e 2008 por pesquisadores de várias instituições de ensino e pesquisa, que definiram as quatro funções da agricultura familiar multifuncional. São elas: “reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural” (Camargo e Oliveira, 2012, p. 1710).

Em 2003 foi criada pelo Ministério da Integração (MI) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) com um papel importante nas políticas de regionalização, na tentativa de reverter o quadro de desigualdade e exclusão das regiões brasileiras e sua população. Alguns exemplos são: o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver) e o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) (Freitas *et. al.*, 2012).

O governo Lula (2003-2010) trouxe diversas mudanças nas políticas que passaram a considerar o meio rural com esse novo enfoque de desenvolvimento territorial. O foco do seu governo foi o combate à pobreza e à estagnação de áreas

economicamente vulneráveis. Conforme apresentado por Freitas *et. al.* (2012), o PPA (Plano Plurianual) 2008-11, criado no governo Lula, “apresenta ainda mais nitidamente a introdução da abordagem territorial das políticas públicas, como uma forma de induzir a territorialização para a ação pública (Bonnal e Maluf, 2009)” (p.1592). Além desses, atualmente, verificam-se a existência de programas criados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA: www.mda.gov.br) a fim de combater as maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores do campo. Podemos destacar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar voltado para a organização produtiva das mulheres rurais; os programas para a melhoria da educação e cultura no campo; e projetos de expansão da Reforma Agrária.

No entanto, parece haver no quadro das políticas públicas desde a década de 1990, uma dupla intenção que nem sempre é explicitada no discurso político. Ao garantir melhores condições para o homem do campo, mantém-se o *status quo* ou a organização social vigente e o sistema capitalista encontra subsídios para sua continuidade. Assim, a preservação de um rural tradicional torna-se interessante na medida em que ele permanece na função de produtor dos bens necessários ao desenvolvimento da economia e fornecedor de suprimentos para a população como um todo, além de resolver o problema do inchaço dos centros urbanos, com o incentivo à população para permanecer nas áreas rurais.

Não se discute, contudo, o valor adquirido pelo campo e os argumentos citados em defesa deste espaço que se tornou opção de lazer, moradia e local de cuidado com a natureza, apenas apontam-se algumas razões que podem estar sendo omitidas para essa valorização. A agricultura familiar, por exemplo, passou a ser fortemente incentivada, uma vez que as consequências do seu desaparecimento e do predomínio do agronegócio foram percebidas quando os alimentos começaram a faltar nos centros urbanos e a natureza foi fortemente degradada. Novamente, como vimos acima nas descrições das políticas de incentivo à agricultura familiar, as verdadeiras intenções de sua valorização foram invisibilizadas por razões mais amenas e mais românticas, tais como, a valorização do pequeno produtor e de suas famílias, a necessidade do aumento da

renda familiar e a preservação do meio ambiente (Albuquerque, 2002; Freitas, *et. al.*, 2012; Veiga, 2004).

Apesar dos avanços, muito ainda precisa ser feito para que políticas públicas duradouras sejam implantadas de forma a valorizar outras atividades no campo que não aquelas exclusivamente agrícolas, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida dessa população (Albuquerque, 2002). A abordagem territorial, embora seja importante, acaba deixando de lado os aspectos da sociabilidade rural, cabendo a áreas como a Psicologia Social adentrar nas dinâmicas e relações da população rural a fim de promover políticas públicas e intervenções voltadas não só para o território rural, mas para o homem do campo (Brandenburg, 2010; Caiado e Santos, 2003; Camargo e Oliveira, 2012; Freitas *et. al.*, 2012). Como afirma Abramovay (2000) “enquanto o estudo do meio rural for a monótona confirmação da profecia sempre realizada de seu esvaziamento, será impossível compreender as razões que explicam a existência de áreas rurais dinâmicas” (p. 2).

Assim, constatada uma existência plural da ruralidade, cabe a cada estudo o compromisso de não perder o dinamismo das relações e influências mútuas entre os dois espaços (urbano e rural), não sendo possível falar de um único formato de rural, principalmente de um formato que sempre tende à modernização, aspecto que nos opomos aqui. Defendemos, assim, a existência de um rural emancipado e plural e tentaremos explicitar uma das formas possíveis que ele tomou debruçando-se sobre a realidade de uma região rural mineira interiorana (Freitas *et. al.*, 2012). A Psicologia Social, além disso, pode contribuir com a discussão das formas de identidade que os grupos constroem nesses espaços e como eles articulam a oposição entre rural-urbano.

As políticas públicas voltadas para o rural devem, portanto, compreendê-lo enquanto categoria social, valorizando as demandas específicas de cada região, as relações, o ser rural e as múltiplas identidades desse meio (Abramovay, 2000; Balsadi, 2001; Freitas *et. al.*, 2012). Como muito bem definido por Abramovay (2000):

se o meio rural for apenas a expressão, sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a receber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem a capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades — mas que estas próprias não podem produzir — então a noção de *desenvolvimento* poderá ser aplicada ao meio rural. (p. 3)

3. JUVENTUDE RURAL

A escolha do grupo jovem rural como prioridade de análise justifica-se pela existência de poucos estudos na área e também por se entender que essa população é a que sofre maior pressão para aderir a uma lógica urbana de vida, uma vez que a juventude carrega consigo a ideia de possuir uma vida de possibilidades pela frente além de serem mão-de-obra e consumidores em potencial, importantes em uma organização sociopolítica pautada no lucro e no desenvolvimento econômico (Carneiro, 1998a; Lima, 2010; Silva, 2002). Além disso, faz-se importante compreender a juventude rural dentro de um contexto caracterizado pela diluição da fronteira urbano-rural, pelas diversas dificuldades no campo, e pelo aumento do êxodo rural, principalmente entre os jovens, grupo que mais deixa o campo em busca de melhores oportunidades na cidade (Carneiro, 1998a).

Como apontam algumas pesquisas, o tema geral da juventude só ganhou espaço nos debates no início deste século (Silva, 2000, 2002; Menandro *et. al.*, 2010). Na política, a conquista deste espaço é ainda mais recente, tendo como marco a criação da Secretaria Especial de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) em 2005 e a efetivação da lei nº 12.852 que “institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE” (Lei nº 12.852, 2013). As tentativas de falar sobre os jovens e sobre as diversas identidades dos grupos desta categoria partiram da academia, do governo e do chamado terceiro setor por quem foram tratados como uma problemática de investimento.

Em levantamento feito por Menandro *et. al.* (2010), o início do interesse pelos temas infância e juventude se deu no final do século XVIII, com pouquíssimos estudos. No século XIX houve um pequeno avanço no tratamento do tema, mas somente no século XX os estudos foram aprofundados. Os aspectos mais focados da juventude neste século foram suas características de ambiguidade, transitoriedade, crise potencial, ruptura, adaptabilidade, potencialidade de mudança e uma ideia genérica de juventude como condição

compartilhada por todos que estão nesta faixa etária. Foi também muito abordada enquanto problema social, focando a juventude e a delinquência, drogas, gravidez precoce, violência, dentre outros problemas associados a esta etapa de vida (Carneiro, 1998a; Castro, 2005; Castro, 2009; Guimarães e Macedo, 2011; Lima, 2010; Silva, 2000 e 2002, Menandro *et. al.*, 2010).

A juventude, e não somente a rural, embora pouco estudada enquanto categoria de análise no meio acadêmico é um tema bastante abordado pelos meios de comunicação de massa que valorizam o ser jovem, a manutenção de um corpo e espírito jovens, estando ligada aos interesses de mercado, ou seja, o jovem enquanto grande mercado consumidor e fonte de lucro (Menandro *et. al.*, 2010). Menandro (2010), em seu estudo sobre as representações sociais de juventude em textos jornalísticos entre os anos 1968 e 2002, caracterizou as representações de juventude em dois períodos. No primeiro período, abrangendo os anos de 1968 a 1974, as representações encontradas foram basicamente do jovem visto como rebelde e futuro da nação em um eixo e por outro lado, a juventude que foge à regra, irreverente, descompromissada, mas portadora de uma nova consciência. No segundo período, de 1996 a 2002, a juventude foi representada de duas formas, a primeira contendo o que se espera ou o que é considerado normal nos jovens (educação e futuro e a necessidade de proteção) e na segunda, representada como aquilo que não deveria acontecer, constituindo-se enquanto um problema social devido às drogas, gravidez precoce, desemprego, baixa escolarização, violência, dentre outros (Menandro *et. al.*, 2010).

As mudanças na forma de encarar e investigar a juventude só aconteceram na década de 1950, momento em que se passou a considerar a existência de uma pluralidade de definições de juventude. A juventude passou a ser vista como específica, variando de acordo com as dimensões sócio-histórica, étnica, cultural e regional, com as pertenças dos indivíduos a segmentos sociais diversos e a vários outros elementos, nos permitindo falar não de uma juventude, mas de “juventudes” (Menandro *et. al.*, 2010).

A juventude, enquanto uma noção socialmente construída, é muitas vezes definida como um corte etário, um período de transição entre a infância e a fase adulta, como uma etapa de aprendizagem dos valores e habilidades do adulto ou

como um agrupamento de comportamentos específicos, positivos ou negativos (Menandro *et. al.*, 2010). Carrega as marcas de um funcionamento social, em que os papéis e privilégios eram, até o século XVII, rigidamente distribuídos de acordo com o gênero, divisão que continua exercendo a sua influência até hoje (Silva, 2000). Os rapazes “usufruíam do privilégio de uma boa formação escolar (...) e às moças eram reservados os privilégios exclusivos da formação voltada para a preparação de ‘boas mães’ e ‘boas esposas’, tornando-as assim, ‘adultas’ precocemente” (Guimarães & Macedo, 2011, p. 4).

Outro olhar comum e ambíguo é o da juventude como fase de luta e a associação do jovem a um agente de transformação social, ao mesmo tempo em que é visto como problema social ou como um ser incapaz de agir e se posicionar no mundo. A UNESCO, por exemplo, desde 1990, analisa “a juventude a partir de enfoques que privilegiam questões como “violência”, “cidadania” e “educação”” (Castro, 2009, p. 185). Tais definições tornam-se superficiais ao restringir o grupo a ideias como estas.

Como afirma Castro (2009), “devem-se observar os limites destas definições e questionar a naturalização da associação entre *juventude* e uma faixa etária específica” (p.186) ou a associação a comportamentos específicos, às vezes, predeterminados pela pertença ao gênero, que trazem um prejulgamento dos jovens.

Por ser ainda uma fase de transição e, por isso, desacreditada, os jovens e especificamente os do meio rural são vistos como aqueles que precisam de um direcionamento, de uma condução e um controle que devem ser dados pelos adultos. Isto tem implicações que vão desde a dificuldade em conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão (Castro, 2009; Carneiro, 1998a; Menandro *et al.*, 2010, Silva, 2000). Como afirma Castro (2005, citado por Castro, 2009) “ser *jovem rural* carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar” (p. 189).

O jovem e especificamente a imagem do jovem rural que se constrói nesses poucos estudos é bastante diversificada, uma vez que varia de acordo com a área de estudos e o aspecto da juventude a ser estudado e conforme o interesse de cada

área de pesquisa: social, ocupacional, psicológica, dentre outras (Abramovay, 2005; Carvalho *et al.*, 2009; Castro, 2009). A juventude recebe também pouco crédito, sendo pouco “levada a sério” e tratada como a parcela da população que possui um “desenvolvimento problemático” (Castro, 2009, p. 188).

No entanto, ainda que o tema juventude venha ganhando espaço de discussão, sendo difundido por teorias, na política ou na mídia, a juventude retratada ainda é predominantemente urbana e masculina, de forma que a juventude rural permanece sendo deixada de lado. Muitas vezes, a pequena abordagem do tema é justificada pelo fato desta população ser minoritária. No entanto, embora este grupo seja de fato minoria numérica e social, representa um contingente considerável de pessoas no Brasil. De acordo com Castro (2009) a “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004), a população [do campo] de 15-29 anos é de 49 milhões de pessoas (27% da população total), dos quais 4,5% rurais, ou seja, 8 milhões de jovens” (p. 182).

Assim, embora tenha ocorrido um aumento considerável no número de estudos e ações voltados para a juventude, ainda é pequeno o conhecimento produzido sobre a juventude rural brasileira, menos ainda sobre as mulheres jovens rurais, tornando-as pouco conhecidas (Castro, 2009; Carneiro, 1998a; Menandro *et al.*, 2010). Em levantamento feito por Nilson Wiesheimer (2005), citado por Castro (2009), havia poucos trabalhos publicados sobre “jovem no meio rural” no período de 1990 a 2004. A principal temática analisada nos trabalhos referia-se à compreensão do problema da migração rural/urbana e à crise da forma de produção agrícola, em especial da agricultura familiar (Carvalho *et al.*, 2009; Castro, 2009; Lima, 2010).

O crescimento do número de jovens que deixa o campo em direção à cidade, como já mencionado, é uma preocupação muito abordada nas pesquisas sobre juventude e aparece sob diversas formas de migração: aqueles que vão para a cidade e não voltam; os que vão e voltam com frequência; os que vão, ficam e depois de um tempo retornam ao campo e também aqueles que nem saíram, mas que também fazem parte desse contexto migratório pelo desejo e a impossibilidade de sair ou pelo simples envolvimento com outros que migraram. Investigar tal fenômeno se torna importante não só pela possibilidade de

compreender a migração rural/urbana, mas também pela possibilidade de entender as carências do meio rural e a forma como os jovens, neste caso, entendem, percebem e agem no meio em que vivem, com seus aspectos positivos e negativos e em relação ao meio citadino, também com pontos positivos e negativos (Carneiro, 1998a; Silva, 2002).

Alguns problemas, como as difíceis condições de vida e de produção no campo, não são apenas problemas para os jovens, mas para toda a população rural e aparecem como uma das principais razões para o abandono do campo. A falta de condições de produção, o pouco conhecimento técnico, a falta de terra ou a posse de pequenas propriedades dificultam e muitas vezes inviabilizam a permanência do jovem no espaço rural, que precisa encontrar outra forma de sobrevivência e desenvolvimento, uma vez que não vê no campo possibilidades para isso (Abramovay, 2005; Carneiro, 1998a; Carvalho *et al.*, 2009; Castro, 2005; Castro, 2009; Silva, 2000). Como presente na “Carta da Juventude Camponesa⁵”, citada por Castro (2009), “sem reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude no campo” (p. 197).

Outra dificuldade apontada é o difícil acesso à educação, principalmente porque nas áreas rurais, na maioria das vezes, só há ensino para os alunos até o 5º ano do Ensino Fundamental. As outras etapas devem ser cursadas nas cidades próximas, o que, na maioria das vezes, exige o enfrentamento de muitas dificuldades principalmente em relação à mobilidade e adequação do conteúdo à realidade do campo. Os alunos, crianças e adolescentes, frequentemente precisam enfrentar longas distâncias de estradas de terra a pé ou em transporte escolar precário, o que se torna uma das razões para o abandono da escola. De acordo com a Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA, 2005), citada por Castro (2009):

De 2,5 milhões de entrevistados, 64% têm até 30 anos. Destes, 38,8% freqüentam escolas (987.890), dos quais 48,4% na etapa de 1ª a 4ª série do ensino Fundamental (representando 95,7% da população com idade para estar

⁵A *Carta da Juventude Camponesa* foi um documento entregue ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao término do II Congresso da Pastoral da Juventude Rural, realizado em Brasília, em julho de 2006, com a presença de mais de 1000 jovens.

matriculada nestas séries); 28,5% estão freqüentando da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, e 8% o Ensino Médio e Profissionalizante. Dos que têm até 18 anos e estão fora da escola, 45% estudaram até a 4ª série e 14% não estudaram. (...) Dos jovens que moram em assentamentos rurais e estudam na cidade, 40% freqüentam escolas localizadas a 15 km de sua residência. Se ampliarmos para aqueles que estudam a 6 km ou mais, temos 77% dos Estudantes. (p. 190-191)

Embora convivam com essas dificuldades, os jovens e seus pais valorizam muito a educação como possibilidade de ascensão social. No entanto, a escola enquanto oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional é associada à cidade, justificando novamente o êxodo intensificado de jovens para os centros urbanos. Esse valor é demonstrado na pesquisa de Carneiro (1998a) realizada em duas áreas rurais, São Pedro da Serra, distrito do município serrano de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro e o município de Nova Pádua, localizado na região colonial do Rio Grande do Sul. Como afirma um jovem de uma dessas regiões: “Nossos pais, nossa família influenciou muito para que a gente saísse para estudar, para que tivesse estudo, tivesse uma formação. Não com o intuito de sair da terra, mas para ter uma formação” (Carneiro, 1998a, p. 98). O aumento na taxa de escolaridade dos jovens rurais em relação à geração de seus pais é um exemplo da crescente valorização da área, além de estar relacionado ao incentivo do estado na melhoria das escolas rurais e à criação de leis que instituíram a obrigatoriedade do ensino para crianças e adolescentes.

O incentivo dado aos jovens rurais pelas suas famílias para que a escolarização aconteça e seja na cidade pode ser explicado pelo fato de que o ensino, mesmo aquele oferecido nas áreas rurais, está direcionado à vida no espaço urbano. Tal dado aponta para a carência de instituições de formação profissional direcionadas ao campo, como é o caso das escolas agrotécnicas. A escola no campo seria ainda uma importante estratégia para a permanência dos jovens no meio rural e contribuiria para a construção de sua identidade a partir das experiências nesse espaço.

Como afirma Castro (2005), “a ida de jovens para a cidade para estudar em escolas distante de suas realidades, com conteúdos que não refletem suas vivências e somado as dificuldades geralmente de distância, tempo e condições dos transportes pode levar os jovens a desistirem dos estudos e se distanciarem das relações que as/os vinculam a vida no campo” (p. 84). Além do mais, as escolas urbanas não se organizam apropriadamente para receber os alunos das áreas rurais que não podem participar de atividades extraclasse pela dificuldade de voltar à escola fora do horário de aula, além de serem, muitas vezes, menosprezados e discriminados pelos alunos da cidade.

Com tudo isso, ainda que a educação seja considerada fundamental ao desenvolvimento dos indivíduos, as dificuldades da vida no campo acabam concorrendo e ganhando da vontade de estudar, levando muitos jovens a abandonarem os estudos pelo trabalho no campo ou até mesmo por subfunções nos centros urbanos (Abramovay, 2005; Carvalho *et al.*, 2009; Lima, 2010; Silva, 2000, 2002). Silva (2002) cita outras razões para a evasão escolar dos jovens de comunidades rurais de um município do Vale do Jequitinhonha e que podem ser comuns a outras regiões do país. São elas:

Processo de sucessivas repetências, seja porque têm de migrar para completar a renda familiar; abandoná-la, temporariamente, para ajudar os pais no plantio quando chega o período de chuvas; ou porque a escola que têm não lhes oferece perspectivas de futuro profissional, principalmente no momento de entrada no mercado de trabalho; seja pelo acontecimento de uma gravidez precoce. (p. 102).

Em relação à educação no campo, existem alguns projetos voltados para a melhoria do ensino básico, técnico e profissionalizante, mas na prática, sua execução raramente atinge um número satisfatório de jovens rurais e/ou produz os efeitos pretendidos (Albuquerque, 2002; Silva, 2000). O MST, os movimentos sociais conjuntos com a Via Campesina⁶ e diversas organizações como a

⁶ “Esta organização se constitui num espaço comum de atuação de movimentos sociais do meio rural, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Fundada no Brasil, em 1992, o processo de

Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), são exemplos de lideranças dessa luta (Castro, 2005). Algumas conquistas já foram atingidas, tais como a criação das “Escolas Itinerantes” nos acampamentos dos estados do Sul, instaladas assim que se forma o acampamento e reconhecidas pelo estado. O MST tem promovido também, juntamente com a Via Campesina, cursos em parcerias com universidades, principalmente, públicas. Como mencionado por Castro (2005):

Nos últimos cinco anos o Movimento formou só no curso de pedagogia seis turmas de em média 40 estudantes. Em diversos estados como: o Rio Grande do Sul com a Universidade de Ijuí - privada - e com a recém-criada Universidade do Estado do Rio Grande do Sul - UERGS; no Espírito Santo, no Pará e no Mato Grosso com as respectivas universidades federais instaladas nestes estados. Além de turmas de outros cursos que estão em andamento. (p. 85)

Outra tentativa de solução do problema educacional no campo se deu através da criação de um projeto pela ACHANTI (Associação Chapadense de Assistência ao Trabalhador Rural e à Infância)⁷, em convênio com o Fundo Cristão para Crianças. Este projeto consiste em um apadrinhamento de crianças e jovens que recebem de seus padrinhos uma quantia em dinheiro, sendo que para os jovens são oferecidos também cursos de formação e de profissionalização técnica, além de orientações sobre temas como gravidez e métodos anticoncepcionais. O problema é que embora o envio de quantias em dinheiro auxilie os jovens apadrinhados, ele não é suficiente para resolver, por exemplo, o

construção da Via Campesina vem se realizando por meio de atividades formativas e ações em conjunto entre Movimento Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), com a participação especial do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que tem uma atuação mais concentrada no espaço urbano. Sua intenção de fortalecer os movimentos sociais do campo e produzir quadros políticos para as organizações envolvidas tem levado a realização de cursos, seminários e manifestações comuns” (Castro, 2005, p. 68).

⁷“A ACHANTI é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, filantrópica, mantida financeiramente pelo Fundo Cristão, cujos recursos são obtidos através de doativos de família americana - pelo sistema de apadrinhamento - com a finalidade de amparar a criança carente em áreas subdesenvolvidas e promover o bem estar de suas famílias” (Amaral, 1988, p.213, citado por Silva, 2000, p. 27).

problema da migração, já que os jovens continuam necessitados de formação e oportunidades de emprego que são buscados na cidade.

Além destes, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ: www.juventude.gov.br) criou o PRONAF que é uma linha de crédito destinada a jovens agricultores entre 16 e 29 anos. O município que deseja implantá-lo deve estabelecer parceria com algum setor de formação técnica e educacional agrícola para incentivar o desenvolvimento de projetos juvenis na área rural. Esses programas, principalmente os que se referem à melhoria do sistema educacional do campo, visto como prioridade para que outras mudanças positivas ocorram, tais como, o aumento da capacitação da mão de obra no campo, novas oportunidades de trabalho, melhorias das condições de vida, recebem muitas críticas uma vez que não consideram o contexto específico das regiões onde são propostos. Dessa forma, eles acabam não respondendo às necessidades e prioridades daquela região e de sua população e, por isso, acabam não dando certo (Silva, 2000).

O projeto “Acertando o Passo”, da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, implantado na região do Vale do Jequitinhonha/MG, tinha como principal objetivo fazer com que alunos “atrasados” e desistentes concluíssem a etapa do ensino fundamental de 5ª a 8ª série (atualmente denominada como sendo 6º ao 9º ano), mas enfrentou os mesmos problemas da escola rural (os alunos chegavam ao ensino médio sem os conhecimentos mínimos necessários para avançar e atingir o nível desejável de desenvolvimento acadêmico), acrescidos de outras dificuldades como o transporte e o acesso para frequentarem a escola na cidade, problemas devido à impossibilidade de conciliar os estudos com o trabalho nas lavouras, “gerando o ‘atraso’ e a não assimilação dos conteúdos; o cansaço devido ao trabalho em outras atividades; a baixa auto-estima, a vergonha por serem repetentes” (Silva, 2002, p. 78). No entanto, como afirma Brandão (1990, p. 175, citado por Silva, 2002), “ela [a escola rural] mais contribui para alimentar anseios do que saber, impulsionando o jovem trabalhador rural para abandonar o campo por um emprego (ou subemprego) na cidade” (p. 108).

De modo amplo, os jovens rurais partilham experiências do não viver bem, de um viver com privação e dificuldades, juntamente com representações que tornam

a pertença ao grupo rural valorada negativamente e associada a emoções negativas, como sofrimento e tristeza (Carneiro, 1998a; Castro, 2005). O reconhecimento dessa condição de dificuldade e carência influencia os projetos e as aspirações de muitos desses jovens que passam a desejar para o futuro aquilo que deveria ser naturalmente oferecido a eles por ser um direito básico, como a conclusão do ensino médio, a obtenção de um emprego, de um lugar para morar e constituir uma família. Além disso, o contato com a cidade, através de experiências reais ou pelos meios de comunicação de fácil acesso como a televisão, “expõe os jovens rurais ao contato com um sistema variado de valores, ocasionando uma negociação simbólica entre níveis distintos da realidade que pode gerar tanto o reforço dos laços com a sua cultura original quanto a sua negação” (Lima, 2010, p. 32).

Tudo isso em muito influencia a construção que esses jovens fazem de sua identidade e do sentimento de pertença ou vinculação a um grupo. Em alguns casos, essa vinculação é feita muito mais ao espaço urbano do que ao rural de origem (Alencar, 2007). Carneiro (1998a) revela em sua pesquisa que “as carreiras escolhidas [pelos jovens rurais] apontam para uma certa incompatibilidade com a intenção de continuar vivendo na localidade (...)” (p.102). O processo de diluição da fronteira campo-cidade também reflete na constituição da identidade desses grupos. Esse aspecto foi muito bem ilustrado na pesquisa de Carneiro (1998a) pela fala de uma professora que diz sobre os jovens de sua comunidade rural (São Pedro da Serra-RJ): “eu acho que o jovem daqui já não tá mais tão jovem daqui, o jovem de fora já não tá mais tão jovem de fora. Acho que as coisas estão muito misturadas, entende? (...) Eu vivi muito "ele é de fora, eu sou daqui", hoje em dia tá muito misturado. O jovem que era de fora, hoje em dia já é daqui” (p. 107). Essa proximidade dos dois grupos instiga-nos ainda mais a investigá-los na prática para perceber quais os processos de diferenciação que sustentam a construção da identidade social de cada um desses grupos e em qual ou quais espaços ela se ancora (Carneiro, 1998a; Lima, 2010; Silva, 2000, 2002).

Apesar de todas as dificuldades vivenciadas no campo e da influência dos valores urbanos na construção da identidade da juventude rural, muitas pesquisas têm mostrado que também há um desejo dos jovens de permanecerem neste meio, revelando sentimentos ambíguos quanto a ir para a cidade e, ao mesmo tempo, de permanecer no campo (Carneiro, 1998a). Assim, “já é comum a expressão do desejo de que a emigração represente apenas uma fase do aprendizado supondo o retorno após a obtenção da especialização profissional” (Carneiro, 1998a, p.102). Muitas vezes, esse desejo vem associado à estratégia de combinação de um serviço externo com a vida no campo ou a pluriatividade, que é o acúmulo de funções para garantir a sobrevivência no campo (Abramovay, 2000; Carneiro, 1998a).

A escolha pelo campo ou pela cidade é também determinada por relações de poder e hierarquia e variam de acordo com o contexto familiar do jovem (Carneiro, 1998a). As mulheres jovens são as que mais migram para as cidades, movidas pelo desejo de conseguir uma formação escolar e profissional, novas oportunidades de emprego e conquistarem a independência da família, a autonomia e liberdade, rompendo com as fronteiras do universo doméstico. No entanto, a migração feminina em busca de empregos não-agrícolas de complementação ou geração da renda familiar acaba tendo, na maioria das vezes, resultados contrários àquele sonho de liberdade. Elas acabam sendo inseridas em funções precárias como empregadas domésticas ou se estabelecendo como profissionais autônomas em pequenos comércios e artesanatos (Balsadi, 2001; Carneiro, 1998a; Carvalho *et al.*, 2009; Lima, 2010).

A ambiguidade de sentimentos caracterizada pelo desejo de permanência no campo por um lado e de saída do campo por outro está presente, também, no reconhecimento, ao mesmo tempo, dos pontos positivos e negativos da cidade. Por exemplo, a saída do campo poderia ser muito bem justificada pelas representações da cidade como o local de oferta de “uma gama de serviços (como lazer, saúde e educação) e possibilidades de desenvolvimento, como complemento indispensável à vida no meio rural” (Carvalho *et al.*, 2009, p. 5). Já a permanência no campo, da mesma forma, encontraria suporte em outras representações de cidade que destacam seus aspectos negativos, tais como a violência, as drogas, a

miséria, a dificuldade de estabelecer relações de confiança, dentre outras e nas representações positivas do campo que destacam principalmente a tranquilidade, o sossego, a segurança, as relações de confiança e outros aspectos relacionados à qualidade de vida.

A possibilidade de conciliar os dois projetos (vida no campo e vida na cidade) pode acontecer pelas estratégias já descritas acima, como a de pluriatividade, mas é mais facilitada em regiões onde o campo encontra-se mais próximo de centros urbanos e o deslocamento de um a outro pode ser feito sem grandes desgastes ou gastos (Abramovay, 2000; Brandenburg, 2010). Essa alternativa é chamada por Carneiro (1998a) de projeto de vida “rurbano”.

A descoberta dos jovens de que é possível ter um padrão de vida satisfatório no campo se deu principalmente devido a um movimento intenso e recente de valorização do campo. Tal movimento permitiu que toda a população rural e também os jovens pudessem reconhecer as características positivas do seu meio de forma a apoiarem-se nelas como justificativas da permanência nas áreas rurais. Essas características foram: a qualidade de vida no meio rural, a facilidade de acesso à moradia, a tranquilidade e liberdade de vida, a solidariedade entre as pessoas e as relações de amizade encontradas nesse meio (Alencar, 2007; Carneiro, 1998a). Além dessas, a valorização das tradições culturais e religiosas⁸ do campo constituiu-se como importante fonte de vinculação dos jovens ao rural e identificação a esse meio (Carneiro, 1998a; Carvalho *et al.*, 2009, Martins, 2003).

Entretanto, mesmo com a existência dessas possibilidades de valorização do campo ou de conciliação dos dois projetos, o que se percebe é que nos casos da juventude de baixa renda, a preferência continua sendo o êxodo como possibilidade de melhoria de vida, justificando o aumento das estatísticas desse fenômeno. Esse dado só reforça a heterogeneidade e pluralidade das juventudes rurais e a necessidade de investigações sobre esse público, a fim de compreender as tendências, preferências e a vinculação de cada grupo aos dois espaços, rural e urbano (Carneiro, 1998a).

⁸ Nos estudos feitos por Silva (2000, p. 24), os jovens “afirmam sua identidade através da festa “tradicional” de *Nossa Senhora do Rosário*”, permitindo a realização do desejo de permanência no campo, apesar de todas as dificuldades.

Para além dos aspectos educacionais e profissionalizantes, outras ações foram e vêm sendo promovidas pelo Movimento dos Sem Terra, a partir do reconhecimento do grande número de jovens em acampamentos e assentamentos rurais e com a finalidade de manter os jovens no campo. Um exemplo foi a criação do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural, em 1999, realizado na Universidade Estadual de Campinas/SP. Esse curso foi a “primeira grande atividade nacional com jovens do meio rural, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.” (Castro, 2005, p. 63). O curso selecionou jovens do meio rural entre 15 e 25 anos, militantes ou não, e com gosto pelo estudo. A ideia era enfrentar o problema dos jovens nos assentamentos, principalmente relacionados à falta de formação profissional e conseqüentemente de oportunidades de emprego. Os participantes foram, na sua maioria, rapazes, uma vez que as mulheres rurais jovens eram impedidas pelas famílias de participarem dos encontros, dado que não pode ser generalizado uma vez que as mulheres estão presentes de forma ativa em muitos outros movimentos sociais.

A partir do ano 2000 ocorreu o aumento do número de organizações da juventude, movimentos sociais e ações com juventude rural, representando a conquista de um espaço político de tomada de decisões que dizem respeito à categoria rural e de luta pelo acesso a seus direitos e por condições de vida e trabalho dignas (Freitas *et al.*, 2012). Uma dessas conquistas de cunho político da juventude foi a realização do Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude, em março de 2006, ocorrido em Brasília, onde os jovens rurais integraram um dos eixos temáticos que era o “Eixo Temático Jovem Rural e Ribeirinhos”, podendo sugerir melhorias e expor suas necessidades. Ainda assim, a juventude rural nunca conseguiu se tornar ativa efetivamente na construção de políticas públicas para a juventude no geral e muito menos para seu grupo específico.

A participação dos jovens nesses espaços, como o promovido pelo MST, permite o questionamento da imagem, apresentada no início dessa discussão, enquanto sujeito passivo, problemático, desinteressado, revelando seu lado ativo em lutas políticas, passando a ser reconhecido como um importante agente de mudanças sociais. Destaca-se ainda sua participação ativa em outros movimentos

tais como o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e outros grupos religiosos (Menandro *et al.*, 2010). Este ativismo e o contato do jovem com o mundo globalizado, a fim de defender seus interesses como “trabalhador, camponês, agricultor familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos” (Castro, 2009, p. 183), questiona também a imagem de um jovem que é desinteressado pelo campo, como vimos também na discussão do desejo de permanência desse grupo nas áreas rurais (Castro, 2005).

Dessa forma, se a juventude é uma categoria ampla e uma construção social, e que se constitui em espaços múltiplos, transitando muitas vezes entre o campo e a cidade, tornam-se necessários estudos em que ela seja tratada como uma categoria social para compreender quais as suas representações atuais e como acontece o processo de construção de sua identidade. Assim, diante de tantos fatores positivos e negativos referentes ao campo e à cidade, torna-se importante conhecer como os grupos, nas suas especificidades, e os jovens em particular, articulam tais fatores na construção de uma identidade social positiva e na escolha do local para viverem no presente e no futuro.

4. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria das representações sociais trouxe várias contribuições para o estudo dos fenômenos sociais, dentre elas a possibilidade de tornar um objeto escolhido familiar ou compreensível. Os processos formadores das representações, segundo Moscovici (2004), seriam a ancoragem e a objetivação, processos dinâmicos e simultâneos. Na ancoragem, “tenta-se ancorar ideias estranhas e reduzi-las a categorias e imagens comuns”, ou seja, busca-se incorporar um novo objeto a categorias próprias do indivíduo, já familiares e partilhadas (Moscovici, 2004, p.60). Já na objetivação, como o nome indica, busca-se objetivar, materializar ou dar forma a um objeto, isto é, “transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico” (Moscovici, 2004, p. 61). Entretanto, como apontado por Sá (1998), uma vez que ambos os processos são de difícil apreensão e identificação na prática, a divisão entre eles vem sendo atenuada nas discussões teóricas.

A teoria das representações sociais foi concebida por Serge Moscovici em 1961, com o desenvolvimento da pesquisa de doutoramento sobre as representações sociais da psicanálise em Paris, publicada como *La psychanalyse, son image et son public*. No entanto, segundo o próprio autor, suas proposições tiveram como precursoras as ideias de Durkheim (1895), que trabalhava com os conceitos de representações individuais e coletivas como tendo um caráter estático (Menandro *et. al.*, 2010). Moscovici (1976) discordava da oposição dessas duas formas de representação afirmando que as representações eram fenômenos com estruturas dinâmicas e não estáticas. Sua perspectiva defendia o tratamento das mesmas como uma “elaboração psicológica e social” e a abordagem de sua formação a partir da triangulação “sujeito-outro-objeto” (Jodelet, 2009, p. 680), inaugurando para isso o campo de investigação das representações sociais. Moscovici também tinha como interesse resgatar a importância do sujeito comum e do seu modo de conhecer e por isso as representações sociais eram tratadas enquanto processos construídos e fenômenos a serem compreendidos (Menandro *et. al.*, 2010).

Torna-se importante ainda destacar as três maneiras pelas quais as representações se tornam sociais. Primeiro, elas podem ser compartilhadas pelos membros sem terem sido criadas por eles, sendo chamadas de representações coletivas ou hegemônicas, uma vez que são implícitas, homogêneas e coercitivas. Outra forma refere-se às representações ‘emancipadas’, que são incipientes e nascem de outro grupo como resultado da troca de significados diferentes sobre um mesmo objeto, mas convivem junto às hegemônicas. As últimas delas, as representações polêmicas, são geradas a partir de conflitos ou controvérsias determinadas pelas relações antagonistas ou de diferenciação entre grupos sociais e refletem pontos de vista exclusivos sobre um mesmo objeto, fazendo oposição às hegemônicas. Essas maneiras revelam a característica das representações enquanto modo de exercer influência sobre a conduta e pensamento na sociedade, que se inicia como um saber emergente emancipatório, pode passar a um saber polêmico e até se tornar um novo saber hegemônico no grupo e na sociedade (Souza Filho, 1996). Disso dependerá a postura do sujeito e as condições sociais para que ele exerça seu papel de agente de mudança. Como afirma Jodelet (2009), a “abordagem de representações sociais pode fornecer, para uma mudança social ao nível individual ou coletivo e qualquer que seja o domínio de intervenção, a melhor contribuição, mas também a mais difícil” (p. 695).

Vala (2004) e Abric (1998) apontam outras características das representações sociais, no que diz respeito às suas funções. São elas as de: revelar modos desejáveis de ação; proporcionar a constituição do significado do objeto estímulo e da situação no seu conjunto; dar sentido e justificar os comportamentos e as tomadas de posição; guiar os comportamentos e as práticas, às vezes, antecipando os comportamentos do outro para programar a própria estratégia de ação; permitir e também facilitar a comunicação social. Além dessas, destaca-se aqui sua função de formação e definição da identidade de um grupo. Esta função relaciona-se aos objetivos deste trabalho que pretende revelar e debruçar-se sobre a função identitária das representações que ao propiciar a construção da identidade de um grupo, permite sua proteção por meio da manutenção de sua especificidade.

Já Amâncio (2004), partindo das proposições de Doise, resume em três as funções das representações: a função seletiva, a função justificativa e a função antecipatória. A primeira aponta que a diferenciação entre grupos ocorre nos traços que são relevantes em determinada situação social, ou seja, há uma centralidade e seleção dos conteúdos relevantes no nível das representações mútuas. Já na função justificativa, as representações veiculam uma imagem do exogrupo que justifica tanto a sua posição no contexto da interação entre os grupos, quanto qualquer comportamento hostil em relação a ele. Por último, através da função antecipatória, semelhante a uma das funções apresentadas por Vala (2004) e Abric (1998), as representações permitem orientar o próprio desenvolvimento da relação ao anteciparem atitudes e comportamentos de sujeitos de acordo com seu grupo de pertença e a situação em que a relação acontece (Menandro *et. al.*, 2010). Essas funções em muito se assemelham às funções dos estereótipos, que serão descritas no tópico Identidade Social.

As proposições de Moscovici foram posteriormente seguidas por alguns autores que desenvolveram abordagens teóricas a partir da proposta original. Apresentaremos aqui as principais delas como complementação à apresentação da proposta teórica, embora os dados sejam tratados analiticamente a partir de uma delas. Willem Doise (1989) deu um caráter mais sociológico à teoria. Preocupou-se especificamente com a dimensão das condições de produção e circulação das representações sociais, ou seja, com o “quem sabe e de onde sabe?” (Sá, 1998, p. 74). Doise (1990), citado por Sá (1998) acreditava que as “representações sociais [eram] princípios geradores de tomadas de posição ligados a inserções específicas em um conjunto de relações sociais e que [organizavam] os processos simbólicos que [intervenham] nessas relações” (p. 74-75). De acordo com Doise, a posição ou inserção social dos indivíduos seria o determinante principal de suas representações (condicionamento social). O autor traz ainda o conceito de “consenso”, condicionando a manutenção de uma representação à existência de um consenso entre os membros do grupo sobre o tópico em questão. Para investigar tudo isso, ou seja, entender, ao mesmo tempo, o indivíduo e seus diversos contextos sociais, o autor propôs a criação de uma “psicologia societal” (Menandro *et. al.*, 2010).

Jean-Claude-Abric (1976), fundador de outra corrente, enfatizou, por sua vez, a dimensão cognitivo-estrutural das representações. Ele foi o único a formalizar suas ideias em uma teoria, chamada de “teoria do núcleo central”. Para Abric, o conteúdo das representações se organizaria em um sistema central e um sistema periférico, com características e funções distintas. “O sistema central, ou núcleo central, é rígido, coerente e estável, é consensual, define a homogeneidade do grupo e está ligado à sua história coletiva” (Vala, 2004, p. 484). Este núcleo teria um papel na estabilidade e coerência das representações. Já os elementos periféricos seriam mais sensíveis ao contexto, tendo um caráter mutável, flexível e individualizado, sendo aqueles em que se manifesta a heterogeneidade do grupo. O primeiro proporciona o significado global da representação e organiza os segundos que asseguram a interface com as situações e práticas concretas da população. A transformação das representações começaria, portanto, sempre pelo sistema periférico. (Sá, 1998; Vala, 2004). Pela teoria do núcleo central, este duplo sistema, composto pela parte central e pela parte periférica, é o que permitiria às representações serem assim, ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis, interação importante para que ocorra a atualização, evolução e transformação destas (Abric, 1998).

A terceira corrente descrita aqui, a de Denise Jodelet (1980), na verdade foi a primeira delas e corresponde à teorização mais próxima da teoria de Moscovici. É aqui apresentada por último por sua importância e especial relevância para este trabalho, recebendo por isso maior atenção e detalhamento.

A autora sistematizou a teoria original de Moscovici, dando-lhe uma feição mais objetiva. Manteve a ênfase do criador na necessidade de assegurar uma ampla base descritiva – do tipo etológica – dos fenômenos de representação social. Enfatizou também a consideração dos suportes pelos quais as representações sociais são veiculadas na vida cotidiana. Esses suportes seriam: o discurso das pessoas e dos grupos, seus comportamentos e práticas sociais, os documentos e registros e as interpretações que elas recebem nos meios de comunicação de massa, todos eles responsáveis pela manutenção das representações. Jodelet, portanto, deu grande valor à experiência empírica. Para

ela, o fato constatado tinha, obrigatoriamente, predominância sobre a teoria, estando as representações determinadas pelas práticas (Sá, 1998).

Jodelet (2009), em continuação aos trabalhos de Moscovici, propôs também uma expansão da triangulação sujeito-outro-objeto proposta por ele, passando a considerar na construção das representações não apenas as influências relacionais de sujeito a sujeito e de sujeito a objetos. Jodelet questionou o lugar do sujeito nesse processo, uma vez que as representações teriam um papel fundamental na constituição das subjetividades e na afirmação identitária desse sujeito. Ela propôs relacionar as representações sociais a três esferas de pertença, de acordo com sua gênese e função. Seriam elas: a da subjetividade, a da intersubjetividade e a da transsubjetividade, as quais apresentaremos aqui de forma breve apenas para conhecimento do leitor e sem a pretensão de compreendê-las na análise dos fenômenos resultantes desta pesquisa.

A primeira esfera, a da subjetividade, considera os sujeitos como “atores sociais ativos, afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana, que se desenvolve em um contexto social de interação e de inscrição” (Jodelet, 2009, p. 696) sendo importante para a análise dessa esfera distinguir “as representações que o sujeito elabora ativamente daquelas que ele integra passivamente, no contexto das rotinas de vida ou sob a pressão da tradição ou da influência social” (Jodelet, *ibid.*, p. 697). Quanto à intersubjetividade, a autora afirma que as “representações [são] elaboradas na interação entre os sujeitos, apontando em particular as elaborações negociadas e estabelecidas em comum pela comunicação verbal direta” (Jodelet, *ibid.*, p. 697). A última e inovadora esfera, a da transsubjetividade, “se compõe de elementos que atravessam o nível tanto subjetivo quanto intersubjetivo. Sua escala domina tanto os indivíduos e os grupos quanto os contextos de interação, as produções discursivas e as trocas verbais. (...) remete a tudo que é comum aos membros de um mesmo coletivo” (Jodelet, *ibid.*, p. 698).

Assim, para Jodelet (2009), as representações sociais “nos convidam a levar em consideração a negociação entre as condições transsubjetivas e a libertação que autoriza um pensamento subjetivo comunicável e comunicado na intersubjetividade, bem como a desvendar, no jogo dessas três esferas, as

condições de uma liberdade que sustentará as intervenções visando à mudança social” (p. 704). Jodelet defende, portanto, a função do sujeito como ator de mudanças, vendo-o como um sujeito que é ativo e social, que age no mundo, que recebe, mas também modifica as representações sociais que são partilhadas por ele e por seus grupos sociais. Esse aspecto defendido por ela, em continuidade às ideias de Moscovici, nos interessa especialmente neste trabalho em que trataremos do papel identitário das representações, ou seja, da visão que os sujeitos partilham sobre o mundo e como convivem e articulam tais representações na defesa de seu grupo de pertença e do local em que habitam.

Dessa forma, além de toda a importância já destacada da teoria, sua escolha torna-se relevante também pelo fato de ela ser tomada como uma ‘teoria do senso comum’. Sá (1998) afirma que as pesquisas com representação social mantêm relações mais significativas com as práticas socioculturais e com a comunicação de massa, que é o interesse desta pesquisa. Nesta pesquisa, as representações serão acessadas pela fala e observação dos sujeitos no que diz respeito às suas práticas, comportamentos, vivências, vinculações e opiniões. Assim, teremos a oportunidade de descobrir e divulgar outras realidades ou confirmar aquelas presentes no senso comum a respeito das comunidades e dos grupos rurais, podendo culminar no questionamento de crenças e preconceitos, no apontamento de aspectos positivos tanto da vida das comunidades como de suas características de enfrentamento das dificuldades, sem, contudo, deixar de apontar para as necessidades de melhorias nas condições da população rural. Como afirma Jodelet (2009):

[um estudo em representação] supõe a correção de crenças consideradas como inadequadas ou falsas, a valorização de saberes do senso comum, a conscientização crítica das posturas ideológicas, a reinterpretção das situações de vida, a colocação em perspectiva das posições em função de uma análise dos contextos de ação e do ponto de vista dos atores (p. 694).

5. TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL

Ao buscar entender as relações que os grupos estabelecem entre seus membros e com outros grupos, a teoria da Identidade Social torna-se apropriada por analisar a dinâmica de construção da identidade dos grupos sociais, verificando os processos de categorização e comparação social, diferenciação, bem como a identidade social como conceito, com suas dimensões cognitiva, valorativa e afetiva (Tajfel, 1982, 1983a, 1983b). Dimensões que nos levam a considerar as relações entre a teoria de Identidade Social e a teoria das representações sociais uma vez que seus elementos e processos fazem parte da construção da imagem que os indivíduos fazem do próprio grupo e dos grupos alheios, no processo de comparação social (Sá, 1998; Moscovici, 2004).

A articulação desta teoria com a teoria das representações sociais, embora bastante desafiadora e complexa, é muito defendida na literatura sobre pesquisas com grupos sociais (Bonomo *et. al.*, 2013a; Sá, 1998; Souza Filho, 1996; Vala, 2004). Esses autores defendem que as pesquisas que tratam da representação de um grupo social pelo próprio grupo devem buscar sua fundamentação teórico-conceitual em estudos de articulação entre os campos da identidade social e das representações (Sá, 1998).

Tomando como referência para nossa proposta de pesquisa as construções e o delineamento que Bonomo *et. al.* (2013a) desenvolve em sua linha de pesquisa sobre as representações de ruralidade, destacaremos a importância que a autora apresenta sobre a associação dos estudos de representações sociais com os estudos de identidade social.

Tal perspectiva de articulação teórica será adotada neste trabalho como um exercício analítico para um pesquisador iniciante, visando mais salientar a presença e a importância dos elementos complexos que estão envolvidos no fenômeno analisado, do que aprofundar nas análises e relações de suas dinâmicas. Tarefa essa que não nos parece possível em uma dissertação de mestrado.

Na mesma direção, Souza Filho (1996) reconhece a importância do estudo de identidade social para a elucidação das representações sociais de objetos e problemáticas diversas. Para o autor, “a identidade social daquele grupo (sua

identificação, auto representação) influencia a representação social que será construída” (p. 102) e ainda “a definição de inserção grupal/identitária [é] crucial para o entendimento da representação social de sujeitos individuais” (p. 86). Também Vala (2004) destaca a interlocução entre as teorias de representação e identidade social uma vez que

a teoria das representações sociais oferece, ao conceito de identidade social, uma forma de entendimento da gênese das categorias sociais e hipóteses sobre a organização dos conteúdos identitários (...) A teoria da identidade social oferece ao conceito de representação social hipóteses sobre a organização dos espaços sociais de construção e aprendizagem de representações (p. 496).

A teoria da Identidade Social proposta por Tajfel (1982, 1983a, 1983b) permite acessar o processo de construção identitária dos grupos sociais, observando suas dinâmicas de funcionamento e como os indivíduos se colocam nas relações, facilitando a compreensão de suas atitudes, se hostis, preconceituosas, discriminatórias ou amigáveis, se de aproximação ou distanciamento, de identificação ou diferenciação.

Os conflitos, como veremos mais adiante, estarão associados às consequências da categorização social, que produz diferenciações que valorizam positivamente um grupo, mas sempre em detrimento do grupo de comparação. Além disso, os conflitos são originados pelo próprio funcionamento social que é desigual, ou seja, o grupo dominante ou hegemônico tentará manter tal condição e para isso dificultará as possibilidades de ascensão de indivíduos de grupos minoritários, numa disputa por manter a diferença entre eles. Ao mesmo tempo, as minorias sociais, das quais também falaremos adiante, tentarão resistir às diferenciações que menosprezam seu grupo, com soluções que exigem “criatividade social”, para que elas mantenham uma identidade social positiva, em processos que também serão descritos aqui (Amâncio, 2004; Bonomo, Trindade, Souza, Coutinho, 2008; Moscovici, 2004; Souza Filho, 1996; Tajfel, 1982, 1983, 1983a; Vala, 2004).

A identidade social enquanto conceito seria, portanto, “concebida como o conhecimento que ele tem de que pertence a determinados grupos sociais, juntamente com o significado emocional e de valor que ele atribui a essa pertença, [e] só podem ser definidos através dos efeitos das categorizações sociais que dividem o meio social do indivíduo no seu próprio grupo e em outros” (Tajfel, 1983a, p. 294).

Para a formação da identidade estão presentes os fenômenos de categorização e comparação social. A categorização se faz presente em qualquer processo de constituição da identidade de um grupo. Como afirma Tajfel (1983a), em todas as categorizações sociais “fazem-se distinções entre o grupo próprio do indivíduo e os grupos alheios em comparação ou por contraste com ele” (p. 290), entendendo categorização social como sendo “um sistema de orientação que ajuda a criar e a definir o lugar do indivíduo na sociedade” (p. 291). A categorização pode ser feita ou por indução (aspecto indutivo da categorização), que seria a atribuição de um estímulo a uma classe de estímulos, ou por dedução (aspecto dedutivo da categorização), em que a pertença de um item a uma categoria também é utilizada para associar a este item as características e propriedades da categoria a qual ele foi inserido (Deschamps & Moliner, 2009, p. 29).

Alguns estudos demonstraram que a categorização e por consequência, a diferenciação, se dá muitas vezes nos grupos rurais em relação aos grupos urbanos mais próximos (Bonomo *et. al.*, 2013a, 2013b; Silva, 2000). Os resultados de Bonomo e Souza (2013b) apontaram para a existência de uma tensão entre “a necessidade/desejo de acesso aos recursos existentes na cidade e o vínculo afetivo com o modo de vida rural” (p. 407). A presença da oposição campo/cidade foi identificada como comum nos estudos de Bonomo. Para a pesquisadora, esta tensão acontece, porque a identidade do grupo só pode se constituir via comparação e diferenciação em relação ao outro grupo. Como afirma Bonomo e Souza (2010):

De acordo com a proposição tajfeliana, o conflito entre grupos é gerado e mantido em função do constante risco de identificação e não porque são propriamente diferentes. (...) É nesta perspectiva, *de busca pela distintividade*

social, que atua a memória da comunidade como ideologia grupal na transmissão e conservação dos elementos de identidade (p. 414).

A categorização, por sua vez, produz efeitos importantes de serem considerados. São eles: “(...) a percepção do aumento das diferenças intercategoriais (efeito de contraste ou de diferenciação cognitiva) e das semelhanças intracategoriais (efeito de assimilação ou de estereotipia)” (Deschamps & Moliner, 2009, p. 31).

No efeito de assimilação, por exemplo, os indivíduos tenderão a perceber nas pessoas de uma mesma categoria, traços comuns, chamados de estereótipos. A categorização social, portanto, estaria na origem dos estereótipos, explicando o porquê de seu aspecto simplificado e consensual (Tajfel, 1982). Os estereótipos serviriam, portanto, para organizar, ordenar e simplificar elementos onde não há nenhuma ordem. No entanto, o problema de sua utilização é que eles não se referem apenas a um conjunto de crenças positivas sobre as características de um grupo. Como afirma Deschamps e Moliner (2009),

é muito frequente que os traços constitutivos de um estereótipo tenham conotações negativas (...) podem levar os indivíduos a fazer um julgamento negativo sobre uma pessoa, não em razão das especificidades desta pessoa ou de sua conduta, mas simplesmente em razão de sua pertença a um grupo. (...) noção de preconceito que designa o julgamento a priori e geralmente negativo de que são vítimas os membros de certos grupos. (p. 34)

Para Tajfel, os estereótipos marcam não somente a atribuição de traços semelhantes para indivíduos membros de um mesmo grupo, mas também considera que as diferenças que alguns indivíduos possuem em relação a outros grupos externos são também diferenças comuns a todos os indivíduos daquele grupo. Esta é, inclusive, uma forma simplória de resolver a pobreza de informações que se tem a respeito de um indivíduo, atribuindo-lhe todas as características de seu grupo. Um dos problemas dessa generalização é a dificuldade em provar o seu contrário, ou seja, em reconhecer que uma

característica negativa de um grupo pode estar sendo injustamente atribuída a uma pessoa pelo fato dela ser membro deste grupo. Como afirmou Tajfel (1982) uma característica importante dos estereótipos diz respeito à “sua rigidez e resistência à informação que os contradiz” (p. 150). Nesses casos, a mudança é ainda mais difícil se existe preconceito, já que ele representa um “apoio adicional e recompensas para os juízos hostis, (...) e também anula a possibilidade de uma “verificação da realidade” (Tajfel, 1982, p. 150).

As distinções entre estereótipo, preconceito e discriminação são importantes de serem feitas. Vimos que os estereótipos podem ser definições generalizadas a respeito de algo, podendo ter conotação positiva ou negativa. O preconceito e a discriminação, por sua vez, fariam parte do estereótipo enquanto dimensões de valor negativo, sendo o preconceito a dimensão afetiva e a discriminação, sua expressão comportamental.

A distintividade social positiva, uma das funções dos estereótipos no que se refere à manutenção de ideologias de grupo que o preservam e ao mesmo tempo mantém as diferenciações positivamente valorizadas desse grupo em relação a outros, aparece como uma das consequências do reconhecimento da identidade por um grupo social. De acordo com Tajfel (1983a):

a) um indivíduo tenderá a manter-se como membro dum grupo (...) se esses grupos contribuíram de alguma maneira, para os aspectos positivos da sua identidade social. b) Se um grupo não preenche este requisito, o indivíduo tenderá a abandoná-lo a não ser que: 1) seja impossível (...) por razões objetivas, ou 2) isso entre em conflito com valores importantes. c) Se o abandono do grupo apresenta dificuldades (...) soluções possíveis: 1) mudar a interpretação pessoal dos atributos do grupo (...) [de forma que] suas características indesejáveis se tornem justificáveis, ou aceitáveis através de uma reinterpretação ou 2) aceitar a situação tal como é e empenhar-se (...) nas mudanças desejáveis na situação. d) Não há nenhum grupo que viva sozinho (...) os aspectos positivos da identidade social (...) só têm sentido relacionados, ou comparados com outros grupos. (p. 291)

No entanto, deve-se ressaltar que a distintividade social positiva representa uma necessidade dos grupos de manterem sua identidade social quando situações de comparação social – com ou sem conflitos – ameaçam o status do seu grupo. Isto é conseguido, muitas vezes, colocando o grupo de comparação em desvantagem, através de ações/comportamentos depreciativos de impacto objetivo ou psicológico.

O estudo do contraste ou diferenciação cognitiva revela outro efeito da categorização social muito associado à função de distintividade social positiva dos estereótipos, mostrando que a distinção entre grupos diferentes vem geralmente acompanhada de uma valorização do endogrupo e de uma desvalorização do exogrupo, fenômeno presente em várias culturas (Amâncio, 2004; Deschamps & Moliner, 2009; Tajfel, 1983). Como afirma Bonomo e Souza (2013b), o fenômeno de identidade social “congrega as dimensões do reconhecimento de pertença ao grupo (cognitivo), a atribuição de valência positiva ao próprio grupo e negativa ao opositor (avaliativa) e a manifestação de componentes afetivos vinculados a esse sistema de diferenciação e pertencimento grupais” (p. 404, grifo meu).

O processo de diferenciação é composto por duas fases, sendo a primeira justamente a avaliação positiva das características do grupo por ele mesmo e a outra, a aceitação destas características pelo grupo de comparação (alheio), reforçando a importância da confirmação do outro no processo de definição da identidade de um grupo. Além disso, a diferenciação apresenta funções tanto individuais quanto grupais. Como descrito por Tajfel (1983a):

Para o grupo no seu conjunto, ela serve para “reforçar os costumes”, isto é, contribui para a continuação do grupo como entidade social articulada. Para os indivíduos membros do grupo, as diferenciações positivamente valorizadas em relação a outros contribuem favoravelmente para a sua imagem própria e aumentam o seu respeito próprio. (p. 367).

É exatamente por isso que o processo de diferenciação está na base da formação e manutenção da identidade de um grupo que deve possuir uma imagem positiva de si que justifique a pertença de seus membros a ele.

A comparação e a diferenciação resultam na tendência do indivíduo a valorizar-se em relação às normas de um conjunto social, ou seja, a “conformidade superior de si mesmo”, ou seja, a tendência a valorizar-se em relação aos outros. O objetivo disto viria do desejo de dar ao outro uma imagem favorável sobre si mesmo, considerando a dependência que os indivíduos têm da confirmação externa de uma imagem positiva de si próprio e da legitimação pelo outro de sua própria identidade (Deschamps & Moliner, 2009, p. 45).

A heterogeneidade e a diferenciação podem aparecer também como resultado da comparação social quando essa traz uma ameaça sobre a identidade do grupo devido à proximidade ou às semelhanças entre os grupos em questão. Nestes casos, “quem toma a iniciativa da diferenciação, da inovação (criação de novos modos de pensar, sentir, de agir) são aqueles que ocupam uma posição inferior nas dimensões da comparação” (Deschamps & Moliner, 2009, pp. 42-43). São esses os grupos chamados por Tajfel (1983a) de “minorias sociais”. De acordo com o autor:

A consciência de pertença a uma minoria, só se desenvolve quando o facto de nos incluírem e/ou de nos incluímos a nós próprios numa determinada entidade social, dá lugar, ao mesmo tempo, à percepção de determinadas conseqüências sociais incluindo um tratamento discriminatório da parte dos outros e suas atitudes negativas, baseadas em certos critérios comuns (por vagos que sejam) de pertença. (p. 355)

As minorias sociais, além de serem o grupo menosprezado no processo de comparação social e reconhecerem os processos discriminatórios por que passam, são caracterizadas pela falta de liberdade que tem “para se definir a si próprio”, definindo-se “segundo critérios originados em, e desenvolvidos pelas maiorias”. (Tajfel, 1983a, p. 360). Originam-se daí processos de enfrentamento ou acomodação da situação, formando um *continuum* que vai desde a aceitação social desta posição até a sua rejeição total.

Em relação ao extremo da aceitação dessa condição de menos valia, Tajfel destaca o aparecimento de um problema psicológico difícil que seria “um conflito entre uma auto-realização satisfatória e as restrições que lhe são impostas pelas realidades da pertença a um grupo minoritário” (Tajfel, 1983a, p. 365). Este conflito é gerado pela não aceitação por parte do grupo hegemônico das características da minoria. Além disso, “ter que viver com uma opinião desprezível de si próprio, venha ela de nós próprios ou das outras pessoas, constitui um problema psicológico sério” (Tajfel, 1983a, p. 366), um problema na construção de uma imagem social positiva, sem a qual nenhum indivíduo se sustenta. O risco de tudo isso é que pela falta de liberdade de definição própria e pela ausência de confirmação de uma autoimagem positiva, os membros do grupo minoritário comecem a acreditar na sua inferioridade e passem a adotar como suas as representações sociais negativas atribuídas a eles (Tajfel, 1983a).

O que se percebe é uma limitação de soluções psicológicas para esses problemas de desrespeito ao grupo minoritário. Aquelas existentes seriam irreais e impossíveis como a “assimilação completa e a fusão com a sociedade envolvente” ou o “isolamento cultural e psicológico dos outros” (Tajfel, 1983a, p. 374). Dessa forma, a existência de soluções reais passa a depender de mudanças sociais contextuais que originem novas soluções psicológicas. A mudança social poderia criar um novo padrão de comparação social, de forma que a imagem comparativa de “si próprio” dos membros da minoria deixasse de ser depreciativa.

Uma das estratégias apontadas por Tajfel (1983a), descrita como um dos tipos de assimilação ou aceitação, é chamada de “acomodação” ou “competição social”. Ela consiste em “tentativas da minoria em manter a sua identidade própria e independência, ao mesmo tempo que se vai tornando mais parecida com a maioria nas suas oportunidades para realizar objectivos e obter valores de respeito valorizados, na generalidade, pela sociedade” (p. 380).

No outro extremo do *continuum* “aceitação-rejeição da comparação social discriminatória”, que se constitui pela não aceitação dos padrões de desigualdade, haveria a consciência de que a realidade em que o grupo se encontra não é a única possível e que existem soluções para resolver os problemas de identidade social

que se colocam para as minorias diferenciadas negativamente. As maneiras para isso seriam, como descritas por Tajfel (1983a):

1) Passar a parecer-se mais com o grupo superior, através da acção e reinterpretação das características de grupo. 2) Reinterpretar as características inferiores existentes no grupo de modo a que elas não pareçam tão inferiores, mas adquiram uma diferenciação positivamente valorizada em relação ao grupo superior. 3) Criar novas características de grupo com uma diferenciação positivamente valorizada em relação ao grupo superior, através da acção social e/ou a difusão de novas “ideologias”. (p. 322)

Entretanto, uma vez que a vivência em grupo é intrínseca à nossa condição humana, essas estratégias precisarão ser confirmadas pelos grupos alheios para se tornarem válidas e desempenharem assim, verdadeiramente, a função de solucionar os problemas de identidade e criar uma nova identidade social, agora, positiva.

Além de todas as estratégias citadas, os processos de mudança e mobilidade social também merecem destaque como formas alternativas de solução do problema da identificação a um grupo discriminado e minoritário na hierarquia social. A “mobilidade social/deserção” ou “mudança social/protesto” de indivíduos ou grupos acontecerá enquanto estratégia dependendo da existência e da compreensão das fronteiras sociais, se imutáveis, rígidas e legítimas ou flexíveis, ilegítimas e possíveis de alteração. Há nesse meio, várias combinações possíveis de fronteiras que condicionarão a uma ação dentro de um *continuum* que vai de um a outro extremo, da mobilidade, que significa a mudança de indivíduos para outros grupos sociais, à mudança social que é a mudança de todo um sistema ou de um grupo de categoria social.

Dessa forma, a mobilidade dependerá da constatação da flexibilidade, desigualdade e permeabilidade do sistema, enquanto que na mudança social, o indivíduo que “não pode deslocar-se do seu próprio grupo para outro a fim de melhorar ou mudar a sua posição, ou condições de vida; (...) [optará pela] única maneira de mudar estas condições (...) em conjunto com o seu grupo como um

todo, enquanto membro desse grupo”. (Tajfel, 1983a, p. 280). Em todos esses processos, o indivíduo é considerado como sujeito ativo e suas ações se constituirão de acordo com as possibilidades que seu meio oferece e dependendo de sua satisfação/insatisfação com sua condição social e formulação identitária.

Buscaremos, dessa forma, através dos processos acima descritos identificar quais deles estão presentes na dinâmica de funcionamento das vilas e dos grupos jovens em análise, discutindo ainda os efeitos desses processos e da pertença a determinados grupos nos comportamentos sociais dos indivíduos.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivo geral

Compreender os processos envolvidos na construção da identidade social dos grupos rurais das vilas mineiras de Mato Dentro, Vila Domingos e Caeté, em especial dos grupos jovens dessas regiões rurais e também da cidade de São Brás do Suaçuí/MG, tendo como substrato elementos representacionais de rural e urbano para os grupos.

6.2 Objetivos específicos

- Levantar os dados sociodemográficos das comunidades, tais como o histórico de surgimento, a divisão em sub-regiões, o número de habitantes, renda e principais fontes de renda, escolaridade, distribuição etária da população e por sexo, dentre outras informações;
- Fazer um estudo dos elementos representacionais de rural e urbano e de como eles aparecem e influenciam nas dinâmicas relacionais dos grupos.
- Identificar as possíveis relações identitárias presentes na dinâmica das interações entre as comunidades estudadas;
- Identificar, junto aos jovens, como o modo de vida urbano co-existe com o modo de vida rural em suas relações cotidianas.
- Discutir as temáticas que aparecem tanto nas relações das comunidades entre si e nas relações dos grupos jovens rurais e urbanos, comparando também a presença comum de muitas delas nos dois meios (rural e urbano).

7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi organizada em dois estudos. No primeiro, foram apresentados os dados do censo sociodemográfico das vilas rurais mineiras de Caeté, Mato Dentro e Vila Domingos, e suas articulações com os elementos que constituem alguns aspectos das relações intergrupais presentes no cotidiano comunitário, dentre eles, aqueles que dizem respeito a conteúdos representacionais. Os dados foram acessados por meio de um instrumento de coleta de dados abrangendo um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturado contendo questões relativas à dinâmica das relações entre os grupos e as representações construídas nas práticas cotidianas. O instrumento foi aplicado em todas as famílias moradoras das vilas rurais. A análise dos dados integrou, também, registros de diário de campo.

No segundo estudo apresentamos a discussão de elementos representacionais sobre rural e urbano que exemplificam a análise da dinâmica identitária dos grupos de origem rural e urbana estudados, por meio das interações cotidianas de seus representantes jovens. A coleta de dados com os jovens foi realizada por meio de dois grupos focais que abordam a temática estudada: a) jovens moradores na zona urbana do município de São Brás do Suaçuí; b) jovens moradores na zona rural estudada.

Os dois estudos se correlacionam e se complementam uma vez que o conhecimento das dinâmicas relacionais e dos mecanismos identitários presentes entre os grupos foi amparado pelas informações do censo e do conteúdo das representações identificadas.

Os procedimentos metodológicos estão descritos resumidamente no Quadro 1, mas serão apresentados de forma detalhada em cada estudo, devido à particularidade e especificidade de cada um.

Quadro 1 - Desenho metodológico

Estudo	Participantes	Instrumentos de coleta dos dados	Análise dos Dados	Observações
Estudo 1	Moradores das vilas rurais de Caeté, Vila Domingos e Mato Dentro.	Questionário sociodemográfico	Análise de conteúdo	A Associação comunitária rural foi criada durante a realização do censo e foi fomentada por ele.
		Roteiro de entrevista semiestruturado		
		Diário de campo		
Estudo 2	Estudantes entre 11 e 17 anos residentes na cidade de São Brás do Suaçuí/MG e residentes nas vilas rurais estudadas.	Roteiro de entrevista semiestruturado	Análise de conteúdo	Os grupos focais foram realizados no ambiente escolar dos participantes.
		Roteiro para os grupos focais		
		Grupos focais		

7.1 Método de análise

O método adotado para análise dos dados foi a análise de conteúdo categorial de Bardin (2009). O método torna-se adequado por permitir a construção de inferências a respeito de muitos aspectos, dentre eles, alguns que são os objetivos

de investigação deste estudo. A análise de conteúdo permite inferir a respeito do autor, fonte ou enunciador do texto ou da comunicação, a respeito do público alvo, dos valores, atitudes, estereótipos, preconceitos, símbolos, contribuindo para o conhecimento do contexto e da situação onde a informação circula (Bauer, 2002; Bardin, 2009; Vala, 1999).

O método permitir comparações entre as falas dos grupos, aspecto fundamental uma vez que nos estudos sobre identidade social busca-se justamente as dinâmicas e as correlações entre as características e o funcionamento dos grupos em processos de categorização e diferenciação social.

A análise de conteúdo foi tomada aqui a partir de uma de suas técnicas que é a categorial ou temática que se fixa na análise, como o nome já diz, das categorias colhidas durante a investigação. Para a realização do estudo, as etapas do método foram seguidas conforme orientação de Bardin (2009) para garantir uma aplicabilidade coerente. São elas: a fase de pré-análise, a fase de exploração do material e a fase do tratamento dos resultados (Bardin, 2009).

Na primeira fase, ou pré-análise, faz-se o levantamento e a escolha do material para estudo. Nessa fase devem-se seguir algumas orientações, como a da exaustividade (esgotar a totalidade da comunicação e não omitir nada); a representatividade (a amostra deve representar o universo); a homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, serem obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes); a pertinência (os documentos precisam adaptar-se ao conteúdo e objetivo da pesquisa) e a exclusividade (um elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria).

Na segunda etapa, da exploração do material, deve-se proceder a codificação dos resultados e as categorizações, ou seja, escolher as unidades de registro, enumerar a frequência com que aparecem e escolher as categorias adequadas a cada parcela do conteúdo do texto.

Por fim, na fase de tratamento dos resultados é que se fazem as inferências, comparações e correlações entre o conteúdo e o contexto, os emissores do material analisado e é o momento em que se buscam suas significações, interpretando os dados encontrados.

8. ESTUDO 1

Um estudo social da ruralidade: Conhecendo as vilas rurais de Domingos, Caeté e Mato Dentro

Resumo

O presente trabalho buscou conhecer e caracterizar as três vilas objetos desta pesquisa. Tal levantamento foi importante para conhecer melhor suas características sociodemográficas, seu funcionamento, a dinâmica das relações estabelecidas entre elas, compreendendo também as especificidades dessa ruralidade, seus pontos positivos e negativos, a vinculação de sua população a ela e a necessidade de políticas públicas adequadas a esta realidade. Para tanto, partiu-se do modelo de questionário construído por Bonomo e Souza (2010), baseado nas informações do IBGE para a coleta do censo. As três vilas, Mato Dentro, Domingos e Caeté, possuem um total de 87 famílias e 264 habitantes. Os resultados revelaram um contato muito próximo das comunidades entre si e delas em relação a São Brás do Suaçuí, que apareceu como o centro urbano de referência, tanto pela proximidade e oferta de recursos diversificados, quanto pela identificação dos moradores com o local, fruto de vínculos familiares, de amizade e principalmente religioso com a cidade, uma vez que as comunidades pertencem à paróquia de São Brás (divisão da Igreja católica). Identificamos ainda, que devido a essa estreita relação, muitas pessoas das três vilas mantêm uma relação constante com a cidade, seja para o estudo ou para o trabalho, indo e voltando diariamente ou em alguns casos, passando a semana na cidade e os finais de semana nas vilas (migração temporária). A agricultura familiar é praticada, ainda que não seja a principal fonte de renda da região e as comunidades apresentam como característica de produção um funcionamento voltado para a subsistência, produzindo a maioria dos alimentos que consomem e trocando ou comercializando internamente produtos complementares. Outras funções formais ou autônomas compõem o quadro de atividades laborais da população das vilas e além delas outra grande fonte de renda são os benefícios sociais tais como a

aposentadoria e o Bolsa Família (Brasil, 2004)⁹, recebidos por um ou mais membros da família. Apesar das relações estreitas com a cidade, chamou a atenção o sentimento de pertença e a construção da identidade da população rural, que parece basear-se em valores do seu meio, embora reconheçam as dificuldades desse espaço e também os benefícios da cidade em relação à oferta de recursos. Outro fator que merece destaque é a organização das vilas a fim de suprir a carência de recursos, por exemplo, por meio de seu caráter de autossustentabilidade, pela presença da solidariedade com a ajuda voluntária dos próprios moradores na doação de bens de consumo, e até com a criatividade e disposição para oferecer opções de lazer. Assim, a apresentação dessas características reforça a importância de se destacar as particularidades de cada região rural e ao mesmo tempo retoma as discussões sobre a necessidade de políticas públicas adequadas a essas especificidades regionais e que tragam melhorias nas condições de vida do homem do campo.

Palavras-chave: censo sociodemográfico rural; comunidade rural; ruralidade; representações sociais.

1. Introdução

O estudo e o levantamento das informações sociodemográficas das vilas Mato Dentro, Domingos e Caeté¹⁰ constituíram-se como estratégia para conhecer tais comunidades e compreender as relações que elas estabelecem entre si e com os centros urbanos de referência. Além disso, o censo constituiu-se como uma forma de dar visibilidade a essas comunidades e ao meio rural, tão pouco estudado, e oferecer dados para que lutem por seus direitos, já que não contavam com registros oficiais de sua realidade.

A região onde o censo foi realizado pertence à zona rural do município de Conselheiro Lafaiete/MG e fica a 25 quilômetros a região central do mesmo e há

⁹ Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, consulta em 21/06/2015, disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

¹⁰ Vide Anexos 1 ao 6.

menos de nove quilômetros da região central do município vizinho, São Brás do Suaçuí/MG, sendo que este último acaba assumindo, pela proximidade geográfica com as comunidades e pela vinculação religiosa (as vilas pertencem à paróquia de São Brás na divisão da Igreja católica), o papel de centro urbano de referência para as três vilas em análise.

A população total das três vilas é de 264 pessoas e 87 famílias. Seus moradores compartilham a mesma sede comunitária que se constitui como um centro comum onde estão presentes instituições e serviços. São eles: 01 centro de saúde, 01 Igreja católica, 01 igreja evangélica, 01 mercearia, 01 escola municipal de ensino fundamental I¹¹, 02 campos de futebol de várzea¹² e 02 bares. O local onde se localizam a Igreja católica, a escola, o centro de saúde e um dos campos de futebol de várzea, é considerado pela população local a ‘área central’ (Abramovay, 2000) da região¹³.

Neste estudo, as vilas serão também chamadas de comunidades (Camargo & Oliveira, 2012), uma vez que as relações percebidas na região se organizam segundo seu caráter de “parentesco, localidade e sentimento de pertencimento” (p.1711). Assim, Mato Dentro, Caeté e Vila Domingos são consideradas comunidades pelo fato de seus integrantes viverem juntos, serem influenciados e influenciarem seu espaço e revelarem aspectos das relações sociais estabelecidas entre elas e com outros grupos.

Além disso, a noção de grupo social faz-se essencial para a análise psicossocial da realidade investigada. A forma como o grupo constrói sua identidade, aspecto fundamental para a sua existência, é também dependente das representações que possui e influencia, igualmente, na construção de novas representações ou na reformulação de antigas (Vala, 2004). Segundo Tajfel (1983a), o grupo social tem “por função, munir os seus membros duma identidade social positiva, através da sua comparação e distinção de outros grupos semelhantes ao longo de dimensões salientes com um claro valor diferenciador” (p. 258).

¹¹ O Ensino Fundamental I corresponde às séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

¹² São locais sem muita estrutura física onde se joga o futebol amador ou até mesmo campeonatos regionais, mas não profissionais, apenas por diversão.

¹³ Vide Anexos 2 e 3.

Outro conceito importante e essencial para este trabalho é o conceito de “minorias sociais” (Tajfel, 1983a). Essas seriam grupos sociais, mas com características específicas, dentre elas, a falta de liberdade de autodefinição e as consequências que envolvem a pertença a uma minoria, principalmente, a de receber um tratamento discriminatório e atitudes negativas por parte dos grupos externos.

A partir destas concepções poderemos nos aproximar das relações psicossociais em questão, tais como: competição; conflito; preconceito; solidariedade; amizade; compartilhamento de representações sobre o grupo próprio e grupos externos, todos esses, aspectos importantes para os mecanismos de diferenciação, comparação e categorização sociais que constituem a construção da dinâmica das relações identitárias que pretendemos investigar.

2. Objetivos

O levantamento dos dados da população das vilas Mato Dentro, Domingos e Caeté teve por objetivo conhecer “as características demográficas da população local, sistema de produção, organização sociocultural” (Bonomo & Souza, 2010, p. 104); bem como as principais dificuldades e os aspectos positivos das regiões urbanas de convívio e das próprias comunidades. Assim, pretendeu-se compreender como o perfil levantado pode associar-se ao que é apresentado pela literatura; e o que ele pode trazer de novo e desafiador, fornecendo elementos que possam contribuir com o fomento de políticas públicas adequadas às necessidades da população em questão.

3. Procedimentos metodológicos

3.1- Procedimento de coleta dos dados

A coleta dos dados foi realizada nos meses de julho e agosto de 2014 com 77 das 87 famílias residentes nas vilas Domingos, Mato Dentro, Caeté. Nas outras 10

famílias, não foi possível realizar as entrevistas¹⁴ pela dificuldade de encontrar os moradores em suas residências e/ou pela presença de algum acometimento físico, psíquico ou déficit cognitivo grave entre os prováveis respondentes. Nesses casos, as informações sociodemográficas foram fornecidas por parentes, cuidadores e vizinhos desses moradores de forma a incluí-los no censo das vilas.

As famílias que possuem casas de final de semana (segundas residências) em alguma das três vilas foram excluídas do censo por não fazerem parte, efetivamente, das comunidades. A grande maioria das entrevistas foi realizada na residência das famílias, com exceção de algumas que foram realizadas no local de trabalho dos moradores (vide Tabela 1).

As visitas se iniciaram no território do Caeté, passando para as áreas mais distantes do Mato Dentro, por serem de difícil acesso devido à distância entre as casas e a distância de algumas residências da área central da comunidade (Igreja católica, campo de futebol de várzea, bar, centro de saúde e escola). O percurso foi feito de carro e algumas vezes, para chegar a algumas casas, o caminho foi feito a pé. Após essa etapa, foram feitas visitas ao restante da comunidade do Mato Dentro, já na região onde as casas ficam mais próximas umas das outras. Por fim, o último e mais rápido território visitado foi o da Vila Domingos, próximo da área central das três comunidades e onde as casas ficam uma ao lado da outra, facilitando a coleta.

O censo da Vila Domingos foi realizado à beira da estrada, onde alguns jovens moradores já estavam reunidos. À medida que as entrevistas aconteciam novos moradores se aproximavam a pedido dos que já haviam sido entrevistados ou mesmo por curiosidade, e aos poucos todos iam respondendo às perguntas. A mobilização das pessoas da comunidade para que todos pudessem responder ao censo gerou um processo de comunicação e contato entre os membros da comunidade voltados para um fim comum: colaborar para que os dados sobre a comunidade pudessem ser conhecidos.

¹⁴ Em uma das casas, havia dois idosos com perda auditiva grave, dificultando muito a comunicação e gerando constrangimento aos mesmos pela impossibilidade de entenderem e responderem às perguntas. Em cinco casas não encontramos ninguém, pois possuem apenas um morador que trabalha o dia todo. Nas outras quatro casas, uma com um casal de idosos e as outras com um único morador, também não foi possível realizar a entrevista uma vez que todos eles apresentavam algum acometimento psíquico grave (aparente desorganização mental que impossibilitou a compreensão do questionário).

Durante a etapa de coleta dos dados para o censo, foi fundamental a participação de uma das moradoras da comunidade do Mato Dentro para fazer a apresentação dos demais moradores das três comunidades. Por ser dona de um salão de beleza que atende homens e mulheres das três vilas e manter uma boa relação com as pessoas, a presença dela facilitou muito a receptividade das famílias durante a coleta.

Após explicar o motivo da pesquisa, era feita a escolha do respondente de forma livre e pela própria família. Assim como no estudo de Bonomo e Souza (2010), pudemos perceber a preferência (do grupo familiar) pelo homem para responder ao questionário, mesmo quando ambos estavam em casa. No entanto, as mulheres (devido à divisão de papéis nas comunidades, são elas quem frequentemente estão em casa) foram as que mais responderam à pesquisa.

Durante a realização do censo, ocorreu ainda um convite, tanto para a pesquisadora quanto para a comunidade, para participar de reuniões organizadas por um casal de professores residentes em São Brás do Suaçuí, mas com segunda residência na região das vilas. O objetivo das reuniões foi o de organizar a comunidade e fundar uma associação rural para lutar por seus direitos e buscar melhorias em todo seu espaço de abrangência. Neste processo, fomos convidados a divulgar a reunião na medida em que estivéssemos em contato com os moradores das três comunidades da região. Interessante ressaltar que durante a semana, nas visitas às casas para a realização do censo, passamos a falar sobre a reunião coma população e acabamos nos tornando importante veículo de comunicação deste evento, mesmo que este não fosse um objetivo previamente planejado para a pesquisa. Tal experiência será relatada no item *A fundação de uma Associação Rural*.

3.2- Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos participantes da coleta para o censo e análise dos elementos representacionais de rural e urbano foram um representante de cada uma das 87 famílias das três vilas rurais estudadas: Mato Dentro, Vila Domingos e Caeté.

3.3- Instrumentos

A coleta dos dados foi feita através de entrevistas com roteiro semiestruturado e aplicação de questionário adaptado do instrumento utilizado na pesquisa de Mariana Bonomo (2010), com base na metodologia do IBGE para realização de censos, adequando-o aos objetivos desse estudo¹⁵. O questionário continha as seguintes questões: origem familiar, número de residentes na moradia, faixa etária dos moradores, escolarização, ocupação, renda per capita, recebimento de benefícios assistenciais, informações sobre práticas de saúde, indicadores socioeconômicos, etc.. Na entrevista com roteiro semiestruturado destaca-se: indicadores sobre sentimentos de pertença ao local, aspectos positivos e negativos da vida rural e da vida urbana, dificuldades e benefícios do cotidiano rural, rotina familiar diária e relações de convívio grupais e comunitárias. A cada visita, era feito um registro em diário de campo das principais observações do dia, a fim de ampliar as informações relevantes sobre a população, sua organização e relações. As participações nas reuniões da comunidade para a fundação da associação também foram registradas em diário de campo.

3.4- Procedimento de análise

A organização dos dados foi feita manualmente, utilizando a Análise de Conteúdo como método para categorizá-los (Bardin, 2009; Bauer, 2002; Bonomo & Souza, 2010; Vala, 1999). Os resultados foram apresentados ora de forma global, ora separados por região (Mato Dentro, Vila Domingos e Caeté), conforme a necessidade de que essa distinção fosse feita. De acordo com a relevância, outras categorias foram incluídas na apresentação dos dados, tais como critério etário/geracional e sexo, dentre outras.

Assim, apresentaremos detalhadamente o perfil dos grupos investigados, dados que foram cruciais para a compreensão das representações sociais e dinâmicas identitárias que se desenvolvem neste contexto.

¹⁵ Vide Anexos 7 e 8.

4. Resultados e discussão

4.1- Os sujeitos da pesquisa

Das 77 famílias entrevistadas, 46 tiveram respondentes do sexo feminino e 31 do sexo masculino, conforme tabela 1 do perfil dos respondentes, faixa etária e região/comunidade. Houve predominância dos respondentes masculinos apenas na Vila Domingos (12 respondentes do sexo masculino e sete do sexo feminino). A posição de *status* inferior da mulher se confirmou nessa escolha espontânea do homem como primeiro respondente, mesmo sendo consenso entre os moradores de que quem detinha o maior número de informações referentes ao funcionamento familiar eram as mulheres, pois são elas que passam a maior parte do tempo em casa e gerenciam toda a rotina e funcionamento familiar. Esse aspecto foi confirmado através da comparação das entrevistas em que o respondente era do sexo masculino com aquelas fornecidas pelas mulheres, sendo que essas últimas apresentavam sempre maior precisão e detalhamento das informações. No entanto, embora as mulheres estivessem mais aptas a responder ao questionário, elas mostraram certa insegurança manifesta pelo medo de não dar conta ou de responder errado de forma mais evidente que os homens.

Assim, no caso das entrevistas respondidas pelas mulheres, quando começávamos com as perguntas e à medida que elas iam respondendo, não hesitavam mais e a insegurança desaparecia. A única questão que com frequência elas recorriam aos homens para responder era aquela relativa à extensão do terreno da família. Os homens, por sua vez, não hesitavam em nenhuma questão, e mesmo que tivessem pouco conhecimento sobre o assunto, isso não era dito, mas aparecia através de suas respostas rasas, rápidas e muito objetivas.

No que diz respeito à posição familiar do respondente, a maioria era mãe/cônjuge (39%) seguido pelo(a) filho(a) (26%). Sogra/mãe de um dos cônjuges, genro/irmão de um dos cônjuges ou o único morador da casa representaram 22% dos respondentes e pai/cônjuge 13%. Em relação à faixa etária dos respondentes, as mesmas foram definidas assim: adolescentes/jovens respondentes (11-29 anos); adultos (30-59); idosos (acima de 60 anos). No Mato

Dentro e Caeté, a maioria dos respondentes foi de adultos do sexo feminino. Na Vila Domingos, foi de jovens, ficando praticamente empatado em relação ao sexo (sete do sexo masculino e seis do sexo feminino).

Tabela 1 – Perfil dos respondentes (faixa etária, sexo, região/comunidade)

Respondente	Grupo etário	Mato Dentro	Vila Domingos	Caeté	TOTAL
Homem	Idoso	6	2	4	12
	Adulto	2	3	3	8
	Adolescente/Jovem	1	7	3	11
	TOTAL	9	12	10	31
Mulher	Idosa	8	0	6	14
	Adulta	12	1	8	21
	Adolescente/Jovem	0	6	5	11
	TOTAL	20	7	19	46

4.2- Características gerais das comunidades: perfil e organização

Participaram do levantamento censitário, 87 famílias, representando uma população total, nas três vilas, de 264 pessoas. Dessas, 19 famílias ou 76 pessoas são moradoras da Vila Domingos; 32 famílias ou 109 pessoas são do Mato Dentro e 36 famílias ou 79 pessoas são do Caeté. Apenas com esses dados já podemos perceber a distinta densidade populacional entre as regiões e que começa a delinear o perfil de cada vila, conforme descreveremos mais adiante. A Vila Domingos, área rural caracterizada por casas muito próximas umas das outras, embora tenha o menor número de famílias (19), tem, proporcionalmente, um número de pessoas muito semelhante ao Caeté que tem quase o dobro de famílias (36). No Caeté, a maioria das famílias tem um ou dois membros (67%), não havendo famílias com mais de cinco membros, e apenas duas famílias com esse número de pessoas (5%). Na Vila Domingos, não há tanta uniformidade no número de membros das famílias, havendo aquelas com um morador e também famílias com 10 pessoas. O perfil predominante nesse território é de famílias com cinco membros (32%). No Mato Dentro, embora predominem as famílias

compostas por dois moradores (35%), há a presença de vários perfis familiares, desde os pequenos núcleos com apenas um membro (9%) até famílias mais numerosas com sete (6%) e oito membros (3%). O perfil das famílias com o número de moradores por região está descrito na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Perfil das famílias por região

Número de moradores	Caeté		Vila Domingos		Mato Dentro	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
1 morador	10	28%	4	20%	3	9%
2 moradores	14	39%	2	11%	11	35%
3 moradores	6	17%	2	11%	5	16%
4 moradores	4	11%	2	11%	4	12,5%
5 moradores	2	5%	6	32%	4	12,5%
6 a 10 moradores	-	-	3	15%	5	15%
Total de famílias (N=87)	36	100%	19	100%	32	100%

A população das vilas é composta em sua grande maioria por famílias que se constituíram na própria localidade (87%). Das famílias que vieram de fora (13%), a maioria veio de áreas urbanas (82%), e 18% de áreas rurais, num interessante movimento de fluxo contrário ao ocorrido na maioria das localidades rurais que sofreram a influência do período de urbanização (Bonomo & Souza, 2010). Dentre os motivos descritos para a migração para as vilas em questão encontramos o casamento (37%), em que um dos cônjuges é da comunidade rural; a necessidade de cuidar de familiares ou ficar próximo da família (18%); a migração para o trabalho (18%); a vontade de morar na comunidade por gosto ou simpatia à terra e às pessoas (18%); e outros motivos não revelados por opção dos próprios participantes (9%). Essa migração para o rural pode ser fruto do recente movimento de valorização desse espaço, e ao mesmo tempo da vontade de sair do estresse da cidade. Além disso, as melhorias nas condições de vida no campo também tiveram grande contribuição no aumento desse fluxo (Brandenburg, 2010; Carneiro, 1998; Freitas *et. al.*, 2012; Moreira 2003; Silva, 2002; Veiga, 2004; Wanderley, 2000).

As famílias que realizaram a migração apresentam, na sua maioria, menos integrantes que suas famílias de origem, possuindo no máximo dois filhos, confirmando os dados de Carneiro (1998a) que aponta para a mudança da composição familiar rural com o aumento das famílias nucleares. O terreno que adquiriram e moram é, na maioria das vezes, herdado e frequentemente menor do que o terreno das casas dos locais de origem.

Embora o número de habitantes das três comunidades seja de 264, o número de pessoas que residem nas vilas é de 260. Das quatro pessoas que não moram nas comunidades, mas foram incluídas no censo, duas ficam na cidade de Conselheiro Lafaiete para trabalhar e estudar (graduação), e duas trabalham na cidade de São Brás do Suaçuí, voltando para as comunidades todo final de semana, onde consideram estar suas casas (migração temporária).

Como visto acima, a maioria dos moradores das vilas tem as comunidades como seu local de origem. Até há alguns anos, o registro das pessoas não precisava ser feito no município de vínculo oficial, no caso, Conselheiro Lafaiete, o que permitiu que muitos optassem por registrarem-se em São Brás do Suaçuí. Assim, encontramos um dado muito curioso em relação ao número de registros nas duas principais cidades de referência, Conselheiro Lafaiete, município da qual elas fazem parte e São Brás do Suaçuí, município mais perto e que mantém estreitas relações com a população das vilas. Nos dois, encontramos quase o mesmo número de registros, 118 pessoas registradas em São Brás do Suaçuí e 122 registradas em Conselheiro Lafaiete. A tendência é que essa diferença aumente cada vez mais, já que agora as crianças nascidas devem ser registradas no município de origem, ou seja, Conselheiro Lafaiete. O restante da população não registrada em um desses dois municípios (10%), o foi em municípios mineiros, não tendo nenhum caso de registro em outro estado: Congonhas possui cinco registros; Queluzito e São Francisco, três cada um; Lagoa Dourada, Nova Lima, Maranhão/Congonhas, Caranaíba e Santana dos Montes têm dois cada; e Desterro de Entre Rios, Alfredo Vasconcelos, Barbacena, Ouro Preto e Belo Horizonte, têm um registro cada um.

A porcentagem da população que já morou em centros urbanos é de 22%, um número pequeno, revelando que o processo de urbanização não foi tão intenso

nessas áreas e o êxodo não ocorreu de forma exacerbada. No Caeté, chama a atenção a presença marcante do êxodo urbano, em que muitos de seus moradores moravam na cidade para trabalhar e logo que se aposentaram, retornaram para o campo.

As vilas rurais não possuem formas oficiais de localização, como ruas e números, dividindo-se em regiões reconhecidas pela população local e de outros lugares próximos. Apesar disso, a observação das relações sociais entre os grupos e indivíduos da região revelou que esta denominação própria dada a cada localidade é feita apenas quando se está dentro das comunidades, momento em que se percebe o processo de diferenciação de um grupo rural diante do outro. Em contrapartida, a população das comunidades informou que quando está, por exemplo, sendo atendida em algum serviço no município de São Brás do Suaçuí, como na rede de ensino, todos eles são referidos pelos profissionais como sendo do “Mato Dentro” (englobando todas as regiões desta comunidade rural e também toda a região da Vila Domingos e do Caeté).

Ainda em relação às denominações das comunidades, um fato curioso merece destaque. A Vila Domingos é a única vila que recebe outra nomeação além da oficial, sendo popularmente chamada de “Buraquinho”. Este termo, no entanto, é reconhecido pelos seus moradores como pejorativo e não aceito por eles que o rebatem dizendo morar numa vila, já que não são “formigas para viverem em um buraco” (justificativa dada por uma adolescente moradora do local).

Em casos como esse, em que há a presença de padrões de diferenciação que discriminam e menosprezam uma minoria, como é a Vila Domingos, torna-se necessário não somente uma mudança psicológica nos padrões de diferenciação para que se tornem positivamente valorizados, mas uma mudança contextual, no ambiente social de diferenciação, para que de fato, a pertença àquele grupo possa ser interpretada pelo grupo minoritário e por grupos alheios como positiva e digna de um sentimento positivo de pertença à minoria. Caso essa mudança não ocorra, só será possível uma identificação positiva com o grupo minoritário, se esse grupo possuir suas próprias normas, valores, tradições e funções fortemente integradas, de forma que sua imagem negativa não se sobressaia na constituição da identidade do indivíduo, e que seria o que Tajfel chamou de constituição em “guetos”, que

muito se aproxima da forma de organização da Vila Domingos e que continuaremos a descrever ao longo desse estudo (Tajfel, 1983b).

4.3- Características sociodemográficas e perfil socioeconômico

A maioria das famílias das vilas reside em casa própria (apenas nove famílias estão em casas de aluguel ou como caseiros, sendo a maior parte dessas do Mato Dentro) e possui os bens básicos tais como geladeira, televisão, fogão a gás e praticamente todas possuem o fogão a lenha, utilizado prioritariamente no preparo dos alimentos (vide anexo 12, Tabela 10).

O telefone celular também pode ser considerado como bem básico, uma vez que entre 70 e 90% das casas das vilas possuem pelo menos um aparelho. Já a internet e a TV a cabo podem ser consideradas bens de luxo estando em menos de 1% das casas.

Apenas uma casa (na Vila Domingos) não possui energia elétrica. Nenhuma casa possui sistema de tratamento ou mesmo escoamento de esgoto. Sendo assim, os próprios moradores fazem fossas ou mesmo despejam o esgoto em córregos próximos. O abastecimento de água é feito por meio de minas (bombeada), poço artesiano, ou pelo sistema de cisternas. Apenas na Vila Domingos o sistema é diferente. A água é fornecida pela prefeitura de Conselheiro Lafaiete por meio de caminhões pipa, duas vezes por semana e armazenada em uma caixa de uso coletivo. Com isso, a falta d'água nessa comunidade é um problema sério e constante.

Em relação aos meios de transporte, foram citados como meios usuais o carro, a moto e a bicicleta, sendo o carro e a bicicleta os mais utilizados. As comunidades contam também com um ônibus coletivo pago que atende as comunidades com destino à Conselheiro Lafaiete. No entanto, o mesmo está disponível somente duas vezes por semana, na segunda e na sexta, com um horário de ida e outro de retorno para as comunidades.

Outra diferença marcante entre as vilas diz respeito ao tamanho das propriedades. Os moradores de Caeté possuem, em geral, grandes extensões de terra, sendo a menor com aproximadamente 4 mil metros (a única com menos de

1ha), muitas possuindo entre um e 42 hectares e a maior com mais ou menos 135 ha. Os moradores da Vila Domingos, por sua vez, possuem o equivalente a um lote para suas casas (extensão entre 250 e 300m²).

Já entre os moradores do Mato Dentro, temos aqueles que possuem uma grande extensão de terra (9 ou 10ha, sendo a maior com 25ha), embora sejam terrenos menores que os da população do Caeté e aqueles que possuem apenas a extensão de um lote, comparáveis às propriedades das famílias da Vila Domingos. Torna-se importante ressaltar que muitas famílias não forneceram essa informação que normalmente é de conhecimento do homem (marido, filho ou genro) e que na maioria das vezes não estava em casa para responder.

Em relação à composição da população por sexo, percebe-se um ligeiro predomínio da população total masculina, 50,4%, em relação à feminina que foi de 49,6%. Analisando as comunidades separadamente, não há uma diferença expressiva entre os números de homens e mulheres. No Caeté e no Mato Dentro o número de mulheres é maior, representando nos dois territórios 51% da população. Já na Vila Domingos a população é em sua maioria do sexo masculino, representando 53% do total.

Constatamos ainda a predominância de pessoas casadas apenas na população do Caeté, que é uma população mais velha. Na Vila Domingos, o predomínio é de solteiros e no Mato Dentro o número de casados e solteiros é bastante semelhante. O número de pessoas viúvas também é maior no Caeté, o que pode estar associado ao maior número de idosos nessas regiões e por isso com um maior número de falecimento de um dos cônjuges.

Em relação à cor ou raça, na comunidade do Caeté, 95% da população declararam-se branca e parda e apenas 5% declararam-se negra. Já na Vila Domingos, a situação foi inversa, 94% declaram-se negros e 6% brancos e pardos. No Mato Dentro, há forte presença das três raças, a maioria declarou-se negra (42%), seguida por aqueles que se declararam pardos (31%) e brancos (27%).

Tabela 3 – Estado civil e cor/raça divididos por sexo

Estado Civil	Caeté – N=79		Vila Domingos – N=76		Mato Dentro – N=109	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Casados	21	21	11	12	25	24
Solteiros	14	12	23	25	25	29
Divorciados	1	4	1	2	1	1
Viúvos	3	2	1	1	4	0
TOTAL	40	39	36	40	55	54
Cor/Raça	Caeté – N=79		Vila Domingos – N=76		Mato Dentro – N=109	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Branca	19	15	2	2	12	18
Negra	2	2	33	38	28	20
Parda	19	22	1	0	15	16
TOTAL	40	39	36	40	55	54

A categoria faixa etária é apresentada junto com a categoria sexo e pode ser vista em dois formatos: conforme Tabelas 4.1, 4.2 e 4.3 divididas por intervalos que definem períodos etários ou fases da vida (Bonomo & Souza, 2010; IBGE): 0-9 (infância), 10-19 (pré-adolescência e adolescência), 20-39 (jovem e adulto jovem), 40-59 (adulto) e acima de 60 (idoso) e no anexo 12, tabelas 11.1, 11.2 e 11.3, em intervalos menores, baseada na divisão do IBGE (<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>).

No Caeté (Tabela 4.1), a população é predominantemente idosa, sendo que 38% da população têm acima de 60 anos. A proporção de crianças e adolescentes é pequena, 18% da população têm idade entre 0 e 19 anos. Na Vila Domingos (Tabela 4.2), os dados se invertem. Quase 70% da população têm até 40 anos, sendo, na sua maioria, adolescentes, jovens e adultos jovens. No Mato Dentro (Tabela 4.3), a população predominante está acima de 40 anos (55%), estando 30% na faixa etária de 40 a 59 anos, 25% acima de 60 anos e 22% entre 20 e 39 anos. Assim, analisando comparativamente as três comunidades, percebe-se a ocorrência do fenômeno de envelhecimento da população, exceto na Vila Domingos.

Tabela 4.1 - Faixa etária/sexo: Caeté

Idade	Sexo feminino	Sexo masculino	TOTAL	
			Frequência	%
0-9	3	2	5	6%
10-19	5	4	9	12%
20-39	4	3	7	9%
40-59	15	13	28	35%
Acima de 60	13	17	30	38%
TOTAL	40 (52%)	39 (48%)	79	100%

Tabela 4.2 - Faixa etária/sexo: Vila Domingos

Idade	Sexo feminino	Sexo masculino	TOTAL	
			Frequência	%
0-9	4	4	8	10,5%
10-19	12	11	23	30%
20-39	11	11	22	29%
40-59	6	9	15	20%
Acima de 60	3	5	8	10,5%
TOTAL	36 (47%)	40 (53%)	76	100%

Tabela 4.3 - Faixa etária/sexo: Mato Dentro

Idade	Sexo feminino	Sexo masculino	TOTAL	
			Frequência	%
0-9	2	6	8	7%
10-19	10	8	18	16%
20-39	15	9	24	22%
40-59	14	19	33	30%
Acima de 60	14	12	26	25%
TOTAL	55 (51%)	54 (49%)	109	100%

Em relação aos dados educacionais da região, 19 crianças e pré-adolescentes estudam no Mato Dentro, tendo entre 6 e 10 anos, com algumas exceções de alunos mais velhos; e 38 adolescentes e jovens migram diariamente para a cidade

de São Brás do Suaçuí para estudar. Três moradoras das comunidades (duas do Mato Dentro e uma do Caeté) fazem curso superior durante a semana no município Conselheiro Lafaiete (localizado a 25 km das vilas). Duas delas retornam às comunidades nos finais de semana e a outra vai e volta diariamente para este município. Nas comunidades, além da escola rural, não existe nenhuma outra forma de capacitação ou projeto educacional de formação para crianças, adolescentes e jovens, restando a eles a opção de buscar nas cidades vizinhas tais oportunidades.

Na região das vilas também não há nenhuma política educacional para o campo, por exemplo, a Pedagogia da Alternância ou cursos voltados para a população rural e os moradores disseram nunca terem ouvido falar sobre isso, diferente do que acontece no município estudado por Bonomo e Souza (2010). O transporte fornecido para os alunos estudarem em São Brás do Suaçuí é pago pela prefeitura do município de Conselheiro Lafaiete e garantido para o turno da manhã. Diferentemente disso, as comunidades rurais que pertencem ao município de São Brás do Suaçuí recebem uma atenção maior do seu município. Além do transporte para seu turno escolar, eles também podem contar com o transporte para frequentarem o reforço à tarde e o EJA (Educação de Jovens e Adultos) à noite para aqueles que pararam de estudar e querem voltar. Como visto através das entrevistas do censo, a população das vilas gosta da escola rural, citando-a inclusive como aspecto positivo da área rural (tópico 4.9 deste estudo). Projetos na área educacional poderiam aproveitar essa relação, oferecendo outras possibilidades de ensino no espaço que eles já possuem um vínculo positivo.

A Tabela 6 mostra o índice de escolarização da população por região. O maior número de analfabetos está no Caeté, 9% da população, onde a população é mais velha e enfrentou maiores dificuldades para estudar no passado¹⁶ (Bonomo & Souza, 2010). O índice de analfabetismo no Mato Dentro e na Vila Domingos é muito semelhante, correspondendo, respectivamente, a 5% e 4% da população de cada vila.

¹⁶ As escolas rurais não existiam e estudavam somente aqueles que tinham um poder aquisitivo maior. Ir para a cidade estudar era muito mais raro, devido às dificuldades com o transporte e com as estradas. Apenas os grandes centros possuíam instituições de ensino e não havia nenhuma política de incentivo à educação, segundo os respondentes.

No Caeté, a maioria da população possui o primário completo¹⁷ (37%), sendo poucos os que conseguiram cursar o ensino médio, mesmo incompleto ou que ainda estão cursando (10%). No Caeté, apenas uma pessoa conseguiu chegar ao ensino superior ainda não concluído. Na Vila Domingos, onde a população predominante é mais jovem, 29% estão cursando o ensino fundamental, 5% o concluíram e outros 5% pararam antes de terminar, somando 39% da população da vila que conseguiram chegar a esse grau de escolarização. O mais alto nível de escolaridade atingido nessa comunidade é o ensino médio completo, sendo que 8% concluíram, 7% ainda estão cursando e 1% interrompeu antes da conclusão.

Já no Mato Dentro, o maior índice é de pessoas com o primário completo, 31% da população, seguidos por 16% que têm o primário incompleto. 18% conseguiram chegar ao ensino médio, sendo que 2% interromperam antes da conclusão, 5% estão cursando, 8% já concluíram e desses 3% conseguiram fazer também um curso técnico. Em relação ao nível superior, 4% da população do Mato Dentro o atingiram, o maior índice entre as três vilas, sendo que 2% ainda estão cursando e 2% já concluíram. De toda a população, 89% estudaram em escolas rurais em algum momento de seu percurso escolar ou ainda estudam, 4% nunca estudaram em escolas rurais, e para 7% esse dado não se aplica uma vez que não estão em idade escolar.

Assim, a população total das comunidades rurais em análise apresenta um índice de analfabetismo de 5%. O índice de escolaridade atingido pela maioria é o primário (48%), dentre os quais estão aqueles que não concluíram (15%), aqueles que concluíram (30%) e os que estão em idade escolar e cursam a Educação Infantil. De toda a população, 25% conseguiram chegar ao ensino fundamental, sendo 6% aqueles que não concluíram, 15% o número da população que está cursando esse nível e 4% o número que o concluiu. Além desses, 16% atingiu o ensino médio e apenas 1% chegou ao ensino superior.

¹⁷ Antiga denominação dos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental.

Tabela 5 – Escolaridade/região

Anos de Escolarização ¹⁸	Caeté – N=79		Vila Domingos – N=76		Mato Dentro – N=109		TOTAL – N=264	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Analfabetos	6	8%	3	4%	4	5%	13	5%
Sem idade escolar	1	1%	5	7%	6	5%	12	5%
1 a 5 anos	47	59%	26	23%	53	48%	126	48%
6 a 9 anos	15	19%	30	39%	22	20%	67	25%
10 a 13 anos	8	10%	12	16%	17	15%	37	14%
Acima de 14 anos	2	3%	0	0	7	7%	9	3%

Em relação às ocupações e atividade dos moradores das vilas, começaremos pela descrição das atividades que são comuns no campo. A rotina nas áreas rurais, conforme será destacado no tópico a seguir, é basicamente a mesma durante a semana e nos finais de semana, devido à presença de atividades onde o trabalho deve ser feito diariamente.

Essas atividades são ainda divididas entre os homens e as mulheres, ficando a cargo dos homens o cuidado com a lavoura e com o gado e o trabalho em atividades com vínculo empregatício na roça ou na cidade. Às mulheres são atribuídas as funções de cuidar da casa, da horta e dos animais (animais de estimação, galinhas, porcos, etc.).

Encontramos algumas mulheres que trabalham fora, na roça ou na cidade, em funções de doméstica, lavradora, faxineira, agente de saúde, auxiliar na escola da zona rural, mas ainda assim, também precisam dar conta das funções domésticas, quando não tem outra mulher na casa com quem possam dividi-las (mãe, sogra, irmã, filha, cunhada).

Esses dados em muito se aproximam dos dados encontrados na pesquisa de Bonomo e Souza (2010) e nos estudos de Silva (2000).

¹⁸ Os anos de escolarização correspondem às divisões atuais da educação básica: 1-5 anos (Ensino Fundamental I); 6-9 (Ensino Fundamental II); 10-13 (Ensino Médio); Acima de 14 anos (Técnico e/ou Ensino Superior).

A Tabela 6 traz as ocupações dos moradores das vilas, divididas por regiões, de acordo com o que foi declarado por eles.

Tabela 6 – Ocupações/região

Ocupação	Caeté				Mato Dentro				Vila Domingos			
	Faixa etária				Faixa etária				Faixa etária			
	18-29	30-49	50-59	60 anos ou mais	18-29	30-49	50-59	60 anos ou mais	18-29	30-49	50-59	60 anos ou mais
Autônomo*	0	6	6	5	4	11	7	4	2	9	1	4
Assalariado**	3	6	3	1	4	7	4	1	1	5	1	-
Trabalho em casa***	0	8	4	19	-	10	4	9	2	6	1	3
Aposentado	0	-	-	7	-	-	4	8	-	-	-	-
Desempregado	-	-	-	-	3	-	-	-	4	4	-	-

* A categoria “Autônomo” compreende às funções de lavrador, costureira e faxineira.

** Profissões citadas na categoria assalariado: músico; pedreiro; comerciante; motorista; caseiro; inspetor de qualidade; auxiliar de saúde; auxiliar de serviços educacionais; empregada doméstica; sinaleiro; ajudante de serviços gerais; auxiliar de geologia; servente; ajudante; cabeleireira; técnico em desenvolvimento; professora; cozinheira; cantineira e operador.

*** A categoria “Trabalho em casa” compreende o trabalho doméstico e o trabalho rural para subsistência.

As principais ocupações da população masculina do Caeté foram a de lavrador autônomo, seguida pela declaração como aposentado. Já em relação às ocupações femininas, a maioria das mulheres do Caeté declarou-se trabalhar em casa.

Chamou a atenção em relação aos aposentados o fato de que embora a maioria dos homens tenha se aposentado como lavrador rural e as mulheres como do lar, os homens aposentados costumam se declarar como tal, mas as mulheres aposentadas declaram-se ter por ocupação o trabalho em casa, função que na maioria das vezes ainda exercem.

Na Vila Domingos, com população mais nova que a do Caeté, a ocupação masculina predominante também é o trabalho como lavrador autônomo, seguida por outras funções assalariadas. No caso das mulheres, a ocupação que mais

apareceu foi o trabalho em casa, seguidas pelas declarações como desempregada e autônoma/diarista.

Um dado curioso, mas negativo, foi o aparecimento da categoria “desempregado(a)” na Vila Domingos, atingindo homens e mulheres. Como as entrevistas a cada morador da Vila foram feitas à beira da estrada, com outros moradores ao redor, não tínhamos o controle sobre a fala dos outros ouvintes e suas reações eram percebidas a cada resposta do entrevistado. Durante uma entrevista a um jovem desempregado, quando este foi perguntado a respeito de sua ocupação, os colegas que estavam ao lado começaram a rir e a dizer que a ocupação daquele jovem “era fazer nada, ficar à toa ou ser desocupado” (sic). Não houve nenhuma declaração como aposentado, nem do sexo masculino, nem feminino.

Os dados do Mato Dentro mostram que a ocupação mais declarada entre os homens dessa comunidade foi a de lavrador autônomo, seguida pelas funções assalariadas e pela declaração como aposentado. Entre as mulheres, o trabalho em casa foi a mais citada, seguida por outras ocupações assalariadas.

O desemprego apareceu de forma menos expressiva que na Vila Domingos, atingindo também os homens e as mulheres. O índice um pouco maior de desemprego entre os homens pode estar associado ao fato de que eles, por se considerarem provedores e, portanto, terem a necessidade de possuir um trabalho que gere renda, quando não o têm se autodeclaram como sem ocupação ou desempregados. No caso das mulheres, o que muitas vezes acontece é que a função de dona de casa (categoria “trabalho em casa”), mesmo não gerando renda, é considerada por elas uma ocupação. Essa divisão e cobrança diferenciadas entre os gêneros vêm mudando, mas ainda é bastante presente na realidade das comunidades rurais, como mesmo nos apresenta Bonomo e Souza (2010) em sua pesquisa.

Chama a atenção, em relação ao perfil ocupacional das comunidades, o índice de desemprego constatado apenas nas comunidades com maior população jovem (Vila Domingos e Mato Dentro). Isso pode ser devido a dois fatores: o primeiro relativo a um dos problemas do meio rural apontados pela literatura (Albuquerque, 2002; Camargo e Oliveira, 2012; Carneiro, 1998a; Carvalho, *et al.*,

2009; Silva, 2000, 2002) que é o número restrito de possibilidades de sustento no campo e a dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho e o segundo referente à pressão que os jovens recebem para desempenhar um trabalho formal que na maioria das vezes está associado a um trabalho urbano.

Assim, ocupações rurais acabam sendo invisibilizadas por causa dessa pressão e deixam de ser vistas como atividades e trabalho, fazendo surgir a categoria “desemprego” como opção no momento da declaração da ocupação em substituição a funções que eles desempenham.

O fato da categoria desemprego não ter aparecido na comunidade do Caeté, população de perfil etário mais velho, pode confirmar o segundo fator, pois por não sofrerem tal pressão, a população do Caeté se autodeclara a partir de funções do campo como sua ocupação.

Em relação à análise da renda da população (tabela 7), torna-se importante destacar o valor do salário mínimo vigente no período da coleta que era de R\$724,00. Tendo esse valor como base, a maioria das famílias das três vilas vive com uma renda de até dois salários mínimos, renda maior que a média de um salário mínimo constatada na pesquisa de Bonomo e Souza (2010) para a população rural de uma região do estado do Espírito Santo. No Caeté, 45% da população vivem com essa renda de dois salários, na Vila Domingos mais da metade (63%) e no Mato Dentro 44% da população.

O número de famílias que vive com até um salário mínimo é maior na Vila Domingos (32%) e menor no Caeté (19%), sendo este valor correspondente à renda de 25% da população do Mato Dentro. Aqueles que vivem com até três salários e com mais de três, correspondem a 36% da população do Caeté, 5% da Vila Domingos e 31% do Mato Dentro.

Esse dado revela que a comunidade do Caeté tem um poder aquisitivo maior, seguida pela comunidade do Mato Dentro, ambas em contraste com a situação socioeconômica da Vila Domingos, onde as famílias são mais numerosas e a renda familiar é menor, o que justifica a presença de um maior número de beneficiados dos programas do governo.

Tabela 7 – Renda mensal familiar (Salário mínimo em vigor = R\$724,00)

Renda	Caeté		Vila Domingos		Mato Dentro	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Até 1 Salário Mínimo	7	19%	6	32%	8	25%
Até 2 Salários Mínimos	16	45%	12	63%	14	44%
Até 3 Salários Mínimos	7	19%	1	5%	3	9%
Acima de 3 Salários Mínimos	6	17%	0	0	7	22%
Total de famílias	36	100%	19	100%	32	100%

A Tabela 8 nos mostra o número e a porcentagem de beneficiários dos programas assistenciais do governo federal que são a aposentadoria, o auxílio doença (benefício de prestação continuada - BPC), pensões e o Bolsa Família.

No Caeté, 32% da população são aposentados, 3% recebem auxílio doença e 5% recebem pensão. Considerando que 38% da população têm acima de 60 anos, praticamente todos eles vivem de benefícios do governo (40%).

Já na Vila Domingos, 8% da população é aposentada, 1% recebe benefício e 9% recebem pensão. No Mato Dentro, 25% das pessoas são aposentadas, 2% recebem benefício e 2% pensão. Em relação ao Bolsa Família, nenhuma família do Caeté declarou recebê-lo.

Na Vila Domingos, 37% das famílias são beneficiárias desse programa e no Mato Dentro 9% das famílias. Apesar do acesso da população a esses benefícios, as famílias informaram não fazerem parte de nenhum programa de incentivo à agricultura, de crédito rural ou de qualquer outro auxílio específico para a população rural e disseram nunca terem sido orientados sobre eles. Esse dado revela que as ações governamentais que visam a melhoria da qualidade de vida da população rural ainda não se tornaram uma política eficaz, uma vez que não atingem a todas as regiões do país, incluindo a área rural analisada.

Tabela 8 – Benefícios socioassistenciais/região

Benefício recebido	Número de pessoas					
	Caeté		Vila Domingos		Mato Dentro	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Aposentadoria	25	32%	6	8%	26	25%
Benefício/Aux. doença	2	3%	1	1%	2	2%
Pensão	4	5%	4	9%	2	2%
	Em relação ao número de famílias					
Bolsa Família	0		7 (37%)		3 (9%)	

Assim, no Caeté, a renda vem principalmente da aposentadoria, complementada na maioria das vezes pela venda de leite e por bicos como o de lavrador. Outras formas de complementação da renda são: o trabalho como cozinheiros de festas, a renda com o aluguel de casas na cidade, as pensões, benefícios ou auxílio doença, a venda de gado para corte, a venda de marmitas, as faxinas, o trabalho no comércio, dentre outros.

Na Vila Domingos, a principal fonte de renda são os benefícios do governo, dentre eles a aposentadoria, as pensões e o Bolsa Família. A renda é complementada através de trabalhos esporádicos como autônomo (lavrador, faxineira) e por meio de empregos fixos desempenhados por ambos os sexos. Outra fonte complementar de renda, no caso das mulheres, é a venda de doces e outros produtos artesanais tais como bordados.

Na comunidade do Mato Dentro a renda vem principalmente da venda do leite, da aposentadoria e de outros benefícios (BPC, pensão, Bolsa Família), seguidas por funções diversificadas principais ou complementares tais como: cabeleireira, lavrador, trabalho no comércio e venda de produtos como doces e cachaça.

A maior parte da produção de alimento destina-se ao consumo interno e à subsistência das famílias e, quando vendidos, o são internamente, entre as comunidades, como é o caso do milho e do café. Em relação a outros produtos de origem animal, não há produção em larga escala, a não ser o leite, que ainda é vendido para cooperativas, e a carne.

Outros produtos comercializados dentro das comunidades são os ovos, o queijo e alguns animais (galinhas e porcos). A maioria das famílias consome aquilo que é produzido em suas propriedades ou nas propriedades vizinhas, e compram no mercado do Caeté ou na cidade o restante para complementarem a alimentação, principalmente carnes, arroz, feijão, macarrão e pão. A maioria das famílias também produz alimentos como biscoitos, bolos, pães e doces.

As informações a respeito do perfil ocupacional e principais fontes de renda das três vilas não estão totalmente de acordo com os dados encontrados nos estudos de Albuquerque (2002, p. 38), que define “as pequenas indústrias, o comércio, os serviços e as aposentadorias” como as principais fontes de renda da população rural. Embora uma ligeira mudança venha acontecendo com o aparecimento de ocupações urbanas como importantes na geração da renda das comunidades rurais e além da importância dos benefícios sociais como a aposentadoria, apontada por esse autor, as atividades das vilas estudadas permanecem sendo tipicamente rurais e para a própria subsistência, aproximando-se dos resultados encontrados por Bonomo e Souza (2010).

4.4- O cotidiano rural: rotina e atividades das comunidades

Em geral, a rotina das três vilas é muito semelhante. Nelas têm-se por hábito acordar por volta das 6h, alguns mais cedo, em torno de 4h/5h e a maioria em torno das 7h, e vão dormir por volta das 20h, tendo também aqueles que dormem mais cedo, 19h/19h30, ou mais tarde, 21h ou 22h. O horário das refeições, assim como definido por Bonomo e Souza (2010), “é um importante marcador para a organização do tempo para a família rural” (p. 115). Em torno de 5h/6h as pessoas tomam seu café da manhã, o almoço é servido entre 10h e no máximo 11h e o jantar é servido em torno das 18h. Para as famílias com filhos em idade escolar, a rotina é organizada também em função dessa atividade: horário de ir para a escola e retorno via transporte escolar que leva os alunos para a escola da comunidade e para a escola de São Brás do Suaçuí.

Nos finais de semana, a mudança na rotina acontece em função da visita dos filhos e netos que moram nas cidades próximas e em função de festividades ou eventos religiosos: festas de aniversário, missa, casamentos, e até mesmo os jogos de futebol que acontecem aos domingos. Em relação às atividades domésticas e ao trabalho na roça (cuidar da plantação, do gado, tirar o leite, etc.), esses são mantidos durante toda a semana, independente do dia.

Além da rotina escolar e de trabalho, as atividades das vilas podem ser divididas em outros dois grupos: o grupo das atividades de lazer e o grupo das atividades religiosas. São consideradas atividades de lazer típicas das comunidades as festas juninas e julhinas, os casamentos, aniversários, batizados, o futebol e os tradicionais forrós. Durante a coleta, presenciamos os preparativos e os comentários em torno de uma festa de 15 anos e de um aniversário. Nesses eventos particulares, todos da comunidade são convidados e como afirmou uma moradora, eles convidam a todos por terem medo de esquecer alguém e não serem convidados para as festas daqueles que por ventura forem esquecidos. As festas são um símbolo de encontro, de quebra da rotina, de fartura e são o assunto de semanas ou meses antes e após a sua realização (Camargo e Oliveira, 2012; Silva, 2000).

No grupo das atividades religiosas, percebe-se a presença expressiva da religião católica nas três comunidades. No Caeté, 97% são católicos e 2% evangélicos. Na Vila Domingos, 95% são católicos e 5% evangélicos. Já no Mato Dentro 90% são católicos, 8% evangélicos e 2% declararam não possuírem nenhum vínculo religioso.

Tabela 9 – Religião dos moradores (segundo o representante familiar)

Religião	Caeté – N=79		Vila Domingos – N=76		Mato Dentro – N=109	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Católica	77	97%	72	95%	98	90%
Evangélica	2	3%	4	5%	9	8%
Nenhuma religião	-	-	-	-	2	2%

As atividades religiosas frequentes nas vilas referem-se à participação da população em pastorais da Igreja católica, como do batismo, dízimo e catequese, à participação e organização dos cultos todo sábado e da missa que acontece uma vez por mês. A organização e participação de rezas do terço, novenas, a limpeza e o cuidado da Igreja católica, a participação em reuniões religiosas, de conselhos comunitários, da equipe de cântico, é sempre feito pelas pessoas da comunidade, principalmente pelas mulheres, que estão à frente da maioria dessas atividades. Além dessas, uma atividade de grande importância para as comunidades é a organização e participação de suas duas grandes festas: em honra a São Sebastião e em homenagem a Nossa Senhora de Fátima. Além disso, a participação nas atividades comunitárias religiosas e a organização dessas festas se tornam um importante espaço de sociabilidade e aspecto tradicional que identifica e dá visibilidade às comunidades em relação à região mais ampla.

A festa em honra a São Sebastião acontece no final de janeiro ou início de fevereiro, e nela são organizadas novenas, leilões e a missa em honra ao santo, contando com a participação de toda a comunidade, de comunidades rurais e de cidades vizinhas, sendo animada pela tradicional Folia de Reis. Outra época de tradição festiva é o Mês de Maio, dedicado à homenagem a Nossa Senhora de Fátima, padroeira da comunidade. Durante todo esse mês são realizados cultos, novenas, missa e coroações com as crianças da comunidade e de comunidades e cidades vizinhas. Essas festas, além do caráter religioso, também são parte do outro grupo de atividades que são as atividades de lazer.

A interação entre as comunidades chama a atenção, de forma mais evidente, nessas festas religiosas. Nestas ocasiões, os moradores da Vila Domingos ficam em grupos separados do restante dos participantes da festa bem como nas celebrações católicas na igreja da comunidade (que ocorre sempre no terceiro sábado de cada mês), em que eles permanecem na parte do fundo da Igreja, deixando a parte da frente e do meio para aqueles que são do Mato Dentro e Caeté.

Apesar disso e de outras diferenças dentro das comunidades, elas demonstram uma organização, especialmente através da vivência em grupo, ajudando-se mutuamente a fim de suprir as necessidades diversas, desde as mais básicas

(arrecadando dinheiro para a construção de casas, fornecimento de alimentos, remédios e transporte para aqueles que precisam) até aquelas referentes ao lazer (organizando as próprias festas, reunindo-se nas casas de vizinhos, parentes e amigos, organizando excursões para outras cidades para assistir aos jogos de futebol do time local) e à integração social (promoção de encontros e inclusão das crianças pela ministra da eucaristia da comunidade que as leva com ela para fazerem visitas às pessoas acamadas e/ou idosas para rezar e levar a comunhão a elas)¹⁹.

4.5- Acesso aos recursos de saúde, doenças mais frequentes e uso de remédios

O centro de saúde, localizado na região do Mato Dentro, atende às três vilas e oferece os serviços de controle de pressão e vacinação. Possui uma equipe formada por uma enfermeira e uma agente de saúde, estando incompleta pela falta de médico e dentista (informações da população e da própria equipe de saúde). Os demais serviços de saúde são buscados nas outras localidades principalmente na cidade de Conselheiro Lafaiete, onde a população tem à sua disposição hospitais públicos, opções de médicos e acesso aos serviços dos planos de saúde particulares e do sindicato rural.

O centro de saúde do município de São Brás do Suaçuí é uma opção muito acessada em casos mais simples e gerais, tais como para serviços odontológicos, consultas com clínico geral e algumas especialidades que a cidade oferece, como ginecologia e pediatria.

Em Caeté, todos os entrevistados afirmaram buscar diretamente a cidade de Conselheiro Lafaiete para serem atendidos pelo SUS ou por médicos conveniados ao sindicato ou a outros planos de saúde. Há também aqueles que pagam pela consulta médica na cidade de Conselheiro Lafaiete ou, com menos frequência, vão a outras cidades mineiras, tais como, Belo Horizonte e Barbacena. Na Vila Domingos, a população vai tanto para Conselheiro Lafaiete quanto para São Brás do Suaçuí, contando muitas vezes com a ajuda de moradores que tem carro para

¹⁹ Essa é uma prática típica da religião Católica em que os ministros da Eucaristia encarregam-se de levar a Comunhão (símbolo católico do corpo de Cristo) para as pessoas que não estão em condição de frequentarem a Igreja, idosos e doentes, principalmente.

levarem-nos ao médico. No Mato Dentro, a maioria (77%) afirmou que costuma procurar os serviços de saúde no município de Conselheiro Lafaiete. Alguns incluíram a cidade de São Brás do Suaçuí como opção (17%) e poucos (6%) afirmaram procurar outras cidades. Uma parcela da população do Mato Dentro, aquela com menores condições econômicas, também se beneficia da ajuda de moradores para levarem-nos ao médico em caso de emergência.

Notamos que a temática de saúde faz acionar alguns vínculos com cidades maiores quando os recursos almejados não se encontram disponíveis em territórios menores, como São Brás do Suaçuí. Assim, podemos inferir a necessidade de se flexibilizar a dimensão da realidade “cidade” adotada pelos moradores das vilas, pois como proposto por Tajfel (1983b) a diferenciação ocorre entre grupos sociais próximos, onde os atributos da identidade tencionam a fronteira entre o nós e o eles, dando margem para o efeito de contraste que potencializa os efeitos da categorização social (Deschamps & Moliner, 2009).

Com relação ao sindicato rural, reconhecido como importante meio de acesso aos serviços de saúde – garantindo descontos em consultas, exames e outros serviços – a maioria filiada pertence à comunidade do Caeté (26% de sua população), seguida pelo Mato Dentro (17%) e por último a Vila Domingos (8% de filiados). Já em relação a outros planos de saúde privados, as comunidades do Caeté e Mato Dentro possuem o mesmo número de pessoas afiliadas a eles, correspondendo a 18% e 14% de sua população, respectivamente. Na Vila Domingos, 12% da população possuem plano de saúde, a menor taxa entre as três vilas. Assim, da população total, ou seja, dos 268 habitantes das três vilas, 14% possuem plano de saúde privado.

A porcentagem da população das vilas que faz uso de algum tipo medicamento é de 28%, sendo o medicamento para controle de pressão, o mais utilizado. Um pequeno número entre os moradores (6%) faz uso de remédios para transtornos psiquiátricos, principalmente depressão e ansiedade. Dessas pessoas, algumas justificam o uso desses medicamentos para conseguirem lidar com a solidão do meio rural (a causa principal), com a falta de atividades além do trabalho, principalmente para aqueles que não têm mais uma ocupação (aposentados por idade ou invalidez).

O pequeno número de pessoas que faz uso de medicamentos psiquiátricos confirma os dados de Abramovay (2000), que afirmou que “nas áreas não densamente povoadas é, com frequência, menor o sentimento de solidão trazido pelo anonimato da vida metropolitana: sobretudo quando essas áreas podem representar a recuperação e o reforço de relações de proximidade familiar, comunitária e de vizinhança” (pp. 12-13). Curiosamente, na Vila Domingos, população com menos recursos e condição social mais precária, temos apenas um morador que faz uso desse tipo de medicamento.

Anualmente, a equipe do centro de saúde das comunidades elabora um relatório chamado diagnóstico populacional, e a sua edição mais recente na época da realização do censo (novembro de 2013) confirmou os dados encontrados nesta pesquisa no que diz respeito aos aspectos de saúde da população. As principais semelhanças foram a descrição de doenças referidas como sendo neurológicas (tais como, síndrome do pânico e bipolaridade), informando que os pacientes fazem acompanhamento contínuo nas cidades vizinhas com psiquiatras e psicólogos. Outro dado importante apresentado foi a descrição da hipertensão como a doença mais frequente, acometendo 21% da população, seguida pela diabetes (2%).

Os chás são frequentemente utilizados nas comunidades rurais, seja para cuidados paliativos, para o tratamento de doenças ou simplesmente como um hábito familiar e regional. Muitos moradores, por exemplo, afirmam fazer uso dos chás pelo menos aqueles de efeito calmante, como o de camomila, ou aqueles para resfriados e gripes. Outros chás são usados para dores renais, dores no estômago e outros males.

Alguns moradores, no entanto, dizem não fazer uso por já tomarem algum remédio prescrito por médico e ficarem com medo da combinação dos dois. Os principais chás citados foram: limão, boldo, hortelã, funcho, folha de chuchu, quebra pedra, amora, combinações para dormir, para gripe, tanchagem, suco verde, xaropes, erva doce, erva cidreira, carqueja, camomila e jurubeba.

4.6- Relação e cuidado com a natureza

O posicionamento das comunidades frente às questões ambientais foi bastante semelhante aos dados encontrados por Bonomo e Souza (2010). Esses dados confirmaram também a opinião de alguns autores em defesa da valorização de um novo rural, preocupado com as questões ambientais e com a preservação da natureza (Abramovay, 2000; Alencar, 2007; Balsadi, 2001; Brandenburg, 2010; Camargo e Oliveira, 2012; Freitas *et. al.*, 2012; Gonçalves, 2005; Veiga, 2004).

Esse novo rural aparece muitas vezes com a denominação de rural socioambiental. As ideias associadas a essa nomenclatura trazem a discussão da utilização sustentável do campo. Como veremos na descrição dos dados, apesar da consciência ambiental da população já ter sido despertada, muito ainda precisa ser feito para que se efetivem políticas de preservação da natureza, como, por exemplo, em relação ao cuidado com o lixo e que não dependem somente de uma consciência socioambiental, mas de recursos que viabilizem sua concretização.

Para Moscovici (2004), as representações sociais construídas pelos grupos têm íntima relação com seus comportamentos, uma vez que o mundo é ditado por um sistema de representações sociais que reúnem objetos, pessoas e acontecimentos, sintetizando-os e construindo padrões com os quais orientamos nossas ações. Assim, se a ideia de campo vem mudando, conforme descrevemos acima ao falarmos de um rural socioambiental, as ações voltadas ao rural também tendem a mudar junto às novas representações.

Quando os entrevistados foram perguntados a respeito de como se posicionam frente à questão da preservação ambiental, a maioria direcionou sua resposta para o cuidado com o lixo, seguidos por respostas referentes ao cuidado com a mata, não desmatando, sendo que o restante da população citou outros cuidados como o cuidado com a água, com a preservação das nascentes; o cultivo de plantas; evitar a prática de queimadas; não destruir; o cuidado com a dengue (questão muito mais de saúde pública do que ambiental) e a prática de conscientização da população. Uma pequena parcela diz não ter cuidado algum ou não quis se manifestar sobre a questão. Cada entrevistado poderia descrever mais de uma medida praticada em relação à preservação ambiental.

Deve-se ressaltar que a questão do lixo abre uma discussão de extrema relevância se considerarmos que não há oferta de serviços públicos que dão conta desse problema. Não há coleta de lixo nessa área rural e os moradores precisam criar estratégias para eliminar, à sua forma, os produtos não orgânicos e não recicláveis, que no passado não faziam parte do seu cotidiano ou o faziam em pequena proporção, tais como vidros, latas, plásticos, materiais de higiene pessoal, eletroeletrônicos, dentre outros. A solução encontrada pela maioria é a queima do lixo, pelo menos aquele definido como lixo pessoal, composto por toalhas de papel, papel higiênico, absorventes, cotonetes e fraldas descartáveis. Alguns moradores têm a preocupação e a possibilidade de levar o lixo para ser reciclado e recolhido na cidade, mas a maioria não tem condições para isso e queimá-lo, embora não seja uma forma de cuidado propriamente dita, é o que é condizente com os recursos que eles têm.

Outro grave problema também sanitário, diz respeito à inexistência de rede de esgoto, levando os moradores a resolverem o problema de descarte de dejetos também à sua maneira e condições disponíveis. Alguns possuem fossas sépticas (em sua maioria na comunidade do Caeté) e muitos, a maioria da população da Vila Domingos e uma parcela da população do Mato Dentro, fazem esse descarte nos córregos e rios ou o deixam expostos a céu aberto, gerando também um problema de saúde pública. Esse descarte inapropriado impossibilita o uso dos córregos e rios no abastecimento de água da população, ainda mais em períodos de escassez. Tal qual na questão do lixo, ainda que a população se preocupe, não há ações por parte dos órgãos públicos que ofereçam suporte para resolver essas situações. Ainda assim, consideramos que, de forma geral, as comunidades manifestam uma consciência ambiental muito positiva, desempenhando ações de cuidado com a natureza na medida do possível de sua realidade e recursos (Brandenburg, 2010).

4.7- Meios usuais de informação e locais de sociabilidade

Nesse tópico, destacaremos os principais espaços de encontro e de divulgação de informações utilizados pelos moradores das vilas rurais em análise. Iniciamos a

discussão com a questão da fofoca, aspecto constantemente relatado pelos moradores como um problema comum em comunidades rurais e também em cidades pequenas. Assim, embora a fofoca seja alvo das reclamações da população por defender um formato rígido e tradicional de comportamentos sociais e também pela sua face preconceituosa e estereotipada, percebemos que é por meio dela que as pessoas se orientam quanto ao que está acontecendo na comunidade, mostrando ser um eficiente mecanismo de comunicação (Fonseca, 2000; Trindade, 2005).

A própria coleta de informações para o censo que integrou uma das etapas da pesquisa, se tornou uma notícia propagada pela fofoca, de forma que após ter iniciado as visitas, as famílias seguintes já sabiam, mais ou menos, do que se tratava, pois já tinham “ouvido falar” (Bonomo & Souza, 2010; Silva, 2000). Entretanto, ainda que exerça essa função comunicativa, a fofoca não deixa de ter um forte caráter regulador. Uma vez que possui a função de reforçar a vigilância para que a norma social construída ao longo dos anos pelos grupos sociais não seja ferida e as pessoas não se desviem do que é considerado certo, ela se tornou também um importante veículo de transmissão de valores de uma geração para outra. Nesse sentido, várias são as formas de manifestação e conteúdos. Uma das observadas e contadas acima foi a ridicularização do desvio que se torna objeto de hilaridade, quando se referiu à ocupação de um dos jovens da Vila Domingos (aquele que não tem emprego é alvo de chacotas por “não fazer nada”). Segundo Fonseca (2000) a ridicularização do desvio “pode contribuir para fortalecer a norma vigente” (p.156). Por outro lado, a autora aponta que dependendo da circunstância e do grupo a análise pode se dar em outra direção “(...) a inversão cômica e festiva, ‘por meio de suas conexões com as circunstâncias da vida cotidiana, fora do tempo do carnaval e do palco’ pode minar tanto quanto reforçar a autoridade convencional” (Fonseca, 2000, op. cit.).

Outras formas tradicionais de comunicação amplamente utilizadas são o recado transmitido verbalmente, os avisos dados na escola da comunidade e nos cultos e missas na Igreja e os cartazes. Esses últimos são normalmente anexados na escola, no centro de saúde, no salão de beleza, nos bares e no mercado (com autorização prévia dos responsáveis de cada local). Embora a população tenha

acesso aos meios e serviços de telecomunicação, o uso do telefone é pouco frequente visto que o funcionamento é precário e não se constitui como um instrumento efetivo. Por outro lado, as notícias das cidades vizinhas e de grandes centros urbanos chegam normalmente pela televisão (TV) ou jornal impresso. A prática de assistir TV faz parte da rotina dos moradores e a preferência é, nesta ordem, por programas religiosos, novelas e noticiários (Brandenburg, 2010; Gonçalves, 2005).

O rádio, outra fonte de informação, muitas vezes serve de companhia para os moradores que vivem ou ficam sozinhos durante o dia. Enquanto cuidam dos serviços domésticos, ouvem músicas, notícias e propagandas. O tipo de música mais ouvido nas três vilas rurais é o sertanejo. No entanto, algumas escolhas musicais aparecem como específicas de cada região, podendo estar associadas ao perfil etário de cada uma delas. No Mato Dentro e Caeté o gosto musical é muito semelhante e, além do sertanejo, eles têm preferência pelas músicas de raiz e o forró. Já na Vila Domingos, comunidade de perfil mais jovem, a escolha é pelo funk, rap e hip hop.

Os espaços de divulgação da informação são também os espaços de socialização dos moradores das vilas. A Igreja católica, e especificamente o lado de fora ou adro²⁰, representa um importante ponto de encontro após os cultos e as missas e é também o local onde são realizadas as festas religiosas e os leilões. A Igreja e o salão anexo a ela funcionam também como espaço de encontro para a realização de reuniões sejam elas de cunho religioso ou não. A escola, a venda, os bares e o salão, também são pontos importantes de encontro. Na escola do Mato Dentro, por exemplo, as mães que levam seus filhos para a aula, muitas vezes por morarem longe, permanecem do lado de fora da escola, esperando os filhos para voltarem para suas casas. Enquanto esperam, conversam e interagem.

O futebol e o truco à noite para os homens e a reza do terço para as mulheres, são outros desses espaços. Além desses, os moradores possuem o hábito de visitar os parentes e amigos, forma importante de manutenção das relações de intimidade entre eles. As festas, onde todos se encontram, também desempenham essa função de socialização. A Vila Domingos, particularmente, tem seu próprio espaço de

²⁰ Adro é o nome dado à área externa, coberta ou não, e normalmente cercada no entorno das Igrejas católicas.

sociabilidade que são os banquinhos à beira da estrada e a própria estrada em frente às suas casas. É nesse espaço que os jovens se encontram, paqueram, os meninos jogam bola, as meninas conversam e há interação entre eles.

Através dessas descrições, nota-se a presença de uma forte ligação entre as comunidades, sendo poucos os espaços restritos a uma só vila. Exceto pela estrada, que faz parte especificamente do contexto dos jovens da Vila Domingos, os outros espaços são compartilhados pela população das três vilas. Sendo assim, a divisão que emerge nesses espaços não é mais a territorial, mas de gênero e etária/geracional, uma vez que alguns espaços de sociabilidade se caracterizam como predominantemente masculinos (truco, bares, futebol), outros predominantemente femininos (as faxinas na Igreja católica, a reza do terço, as novenas, as visitas às casas de idosos e doentes para levar a comunhão) e a maioria para ambos (festas no geral, forrós, reuniões da Igreja católica e do coral, cultos, missas, reuniões da associação, dentre outros).

O fato dos bares serem um espaço muito frequentado pelos homens das comunidades não deve ser interpretado como um dado problema em relação ao índice de dependência de álcool nessas regiões rurais. Isso porque o bar assume um papel muito mais significativo enquanto espaço de encontro e socialização do que como indicador de problema de saúde pública. Já em relação às mulheres, destaca-se a questão da religião enquanto importante não só pelo seu valor como crença, mas enquanto *locus* ou contexto que gera espaços de encontros para esse grupo. Assim, as atividades que são em sua maioria organizadas em torno de tradições religiosas acabam constituindo-se como motivos para o encontro das mulheres das comunidades, sendo um local autorizado para que se reúnam e falem sobre outros assuntos que não só o tema religioso.

4.8- O papel da mulher nas comunidades rurais

Um aspecto interessante da organização das comunidades e que reflete uma organização maior da sociedade diz respeito ao papel da mulher e o seu reconhecimento social. No tópico anterior sobre a rotina, atividades e organização das vilas, pudemos verificar o papel fundamental das mulheres enquanto líderes e

como aquelas que estruturam a maior parte do que acontece nas comunidades, sendo as responsáveis pela manutenção de um rural organizado e de suas tradições culturais e religiosas. Além do papel delas dentro de casa, destacado quando falamos de sua importância no gerenciamento e funcionamento da rotina familiar, as mulheres circulam mais nos espaços sociais do que os homens, possuindo inserções variadas, estando à frente da organização de quase todas as atividades de lazer acima citadas, exceto do futebol, em que, embora não organizem e não estejam em maior número, também estão presentes. Assim, desde a limpeza da Igreja católica, passando pela organização dos cultos, dos cantos, das reuniões da Igreja, das pastorais, das festas religiosas e não religiosas, tudo ou quase tudo é liderado ou fruto principalmente do trabalho das mulheres.

Apesar disso, as funções em que são reconhecidas são aquelas restritas ao âmbito privado e elas não possuem poder ou voz iguais aos dos homens. Assim, ainda que elas tenham maior inserção social e que sejam, na maioria das vezes, as provedoras de suas famílias, isso não lhes autoriza a ocupar um status de poder no âmbito familiar, ainda ocupado pela figura masculina da casa, e muito menos no âmbito público. As mulheres, dessa forma, não possuem o capital social, apenas financeiro. Como exemplo disso, podemos citar a escolha do homem como informante nas pesquisas, ficando para a mulher a oportunidade de ocupar esse lugar somente na ausência dele, como substituta.

Outro exemplo é a distribuição dos cargos da associação rural das comunidades em que dos 12 cargos votados (presidente, vice, tesoureiros, secretários e fiscais), apenas quatro mulheres foram eleitas. Além disso, as funções para as quais elas foram designadas na associação rural são funções de segunda secretária e fiscais, importantes, mas sem poder de decisão como são aquelas ocupadas pelos homens. Tudo isso abre uma importante discussão sobre o papel das mulheres e sua desvalorização, muitas vezes discutido no caso das mulheres urbanas, mas que está presente de forma marcante nas comunidades rurais, principalmente nas mais tradicionais.

Em contrapartida, ao nos debruçarmos sobre a organização das vilas do Caeté e Mato Dentro, percebemos um movimento interessante liderado pelas próprias mulheres de reconhecimento do seu grupo em outros espaços sociais que não

somente o doméstico. Ao mencionarmos a divisão de tarefas dentro de casa, vimos que as mulheres (mães, esposas, tias, sogras, cunhadas e filhas) são designadas aos serviços domésticos e de cuidado com os animais. No entanto, essa estruturação vem sofrendo mudanças e reflete na organização dos papéis sociais para as gerações mais novas²¹. O que vem acontecendo é que a geração das filhas passou a simplesmente ajudar nessas funções, mostrando que essa não é mais a sua única função e nem sua atividade prioritária. Suas funções se expandiram assim como as atribuições das mulheres modernas de qualquer faixa etária, mas a geração das filhas é a única reconhecida em suas novas atividades.

Dessa forma, as jovens são liberadas do papel doméstico durante a semana para estudarem, o que representa um movimento de reconhecimento da ascensão e conquista social de outros espaços por parte das mulheres. Dessa maneira, a mulher jovem da família acaba por alçar socialmente não só a família, mas também a comunidade e a geração das mulheres mais velhas reconhecem e disponibilizam às mais jovens as oportunidades que não tiveram (Gianordoli-Nascimento *et. al.*, 2015; Motta, 2004; Torres, 2004; Barros, 2004). Nos finais de semana, elas são chamadas a esse papel doméstico/familiar, mas talvez por serem funções marcantes e que ainda fazem parte da identidade feminina.

As mulheres mais velhas são as grandes responsáveis por dar esse reconhecimento que elas mesmas não tiveram. A modernidade trouxe para elas o acúmulo de funções, desde as antigas funções domésticas/familiares às novas e não reconhecidas funções sociais/laborais. Esse movimento de reconhecimento não acontece na Vila Domingos, onde a organização social é mais tradicional e as funções domésticas e familiares ainda são das filhas, como das outras mulheres.

²¹ Para mais informações sobre o assunto, vide textos complementares:

Motta, A. B. (2004). **Gênero, idade e gerações**. Caderno CRH, Salvador, 17 (42). p.349-355.

Torres, A. (2004). **Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero**. Caderno CRH, Salvador, 17 (42). p.405-429.

Gianordoli-Nascimento, I. F., Oliveira, F. C., Cruz, J. P. D., Freitas, J. C., Reis, D. B., Santos, T. L. A. & Mendes, B. G. (2015). **Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira**. Memorandum, 28, 110-131

4.9 - O impacto das dinâmicas intergrupais na construção de representações sobre o rural e o urbano

Neste tópico discutimos como a visão dos grupos sobre si mesmos e os outros (vilas rurais x São Brás do Suaçuí; pessoas da cidade x pessoas do campo; Rural e Urbano), bem como sobre aspectos concretos dos contextos vivenciados, surge como força mobilizadora de representações sociais em circulação. Salientamos que as representações são saberes que emergem de uma constante negociação diante da tensão originada no processo de diferenciação entre os grupos, e neste caso, os processos de comparação social nascem da relação dos moradores das vilas (respondentes do estudo) com a cidade de São Brás do Suaçuí.

Partindo da visão dos moradores das três vilas, o censo sociodemográfico revelou os aspectos positivos das comunidades, que parecem estar balizados pelo fator de proteção endogrupal que garante a construção de uma atitude positiva frente ao rural. Os principais elementos presentes nos discursos dos entrevistados foram: o sossego e a tranquilidade; o convívio e os relacionamentos humanos (a amizade, a união e a convivência); a natureza e a paisagem do campo; a qualidade de vida e a liberdade. Outros aspectos mencionados por uma ou duas das vilas foram: as festas, a Igreja católica, o campo de futebol e a escola.

Tais elementos mencionados são importantes recursos de materialização das representações sociais, na medida em que o acionamento de imagens e estereótipos cumprem a função de dar concretude a este objeto. Assim, esses elementos icônicos facilitam o processo de ancoragem das representações no conjunto de conhecimentos do grupo sobre sua realidade. Garantem a formação de conhecimentos acerca deles mesmos e dos grupos externos. As práticas e conversações sustentam o imaginário popular e garantem a continuidade da representação na medida em que possibilitam a eliminação do conflito gerado por uma realidade ameaçadora.

Tendo as mesmas qualidades icônicas, algumas dificuldades são apontadas pelos mesmos moradores como pontos negativos que marcam seus cotidianos, sendo as principais fontes de insatisfação: a precariedade da estrada (principalmente as estradas particulares que dão acesso à via principal e o difícil acesso a áreas da própria região e às cidades vizinhas) o que é potencializado nos

períodos de chuva; a falta/precariedade de transporte; a falta de médico e de recursos de saúde na região (o que leva a população a ter que buscar atendimento na cidade). Ainda foram mencionados por moradores de uma ou duas das três comunidades elementos como: o pequeno número de ofertas de emprego; as dificuldades em plantar e colher (entre elas o desgaste físico decorrente do trabalho); a baixa remuneração do homem do campo; a solidão; a falta rotineira de água²²; a falta de comércio; falta de segurança; e a precariedade de condições para o estudo.

A revelação de tais aspectos negativos, ainda que se encontrem associadas em maior intensidade ao meio rural, não é apresentada como exclusiva deste meio, sendo também aproximada do contexto de São Brás do Suaçuí, tomado aqui como cidade de referência. Conhecer tais aspectos permite a aproximação de elementos estereotipados e imagens que materializam o imaginário sobre o cotidiano da região e que retroalimentam as representações e práticas sociais vigentes.

A análise de conteúdo das entrevistas e de elementos dos diários de campo revelou temáticas compostas de atributos muito semelhantes no que se referem às comunidades e a São Brás do Suaçuí, apresentando diferenças sutis, e revelando a grande proximidade e identificação entre os dois grupos na visão dos moradores das áreas rurais, o que demonstra a presença de dinâmicas e processos identitários latentes entre eles. Deste modo, foi possível construir um conjunto de categorias (Quadro 2) que estão associadas em diferentes intensidades às comunidades rurais e a cidade de São Brás do Suaçuí:

Quadro 2 - Categorias temáticas associadas às comunidades rurais e a São Brás do Suaçuí

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
<i>Qualidade de vida</i>	Bom local para se viver, tranquilo, pequeno e sossegado, com uma paisagem bonita e agradável.
<i>Associação à religião</i>	Vinculação a partir das tradições religiosas, através das missas, das festas religiosas.

²² Cabe mencionar que o abastecimento da Vila São Domingos é feito através de caminhões pipa, duas vezes por semana, sendo muitas vezes em quantidade insuficiente para todos, e em condições de limpeza e conservação comprometem sua qualidade.

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
<i>Sentimentos positivos</i>	Sentir-se bem, sentir afeto e gostar do local.
<i>Relações pessoais</i>	Relações de amizade ou de parentesco.
<i>Lazer</i>	Festas e eventos.
<i>Recursos e estrutura</i>	Acesso a rede de comércio, assistência médica e infraestrutura básica.
<i>Lembranças positivas</i>	Traz as lembranças na maioria das vezes de sua infância.
<i>Local de referência</i>	Onde foram registrados, onde está a paróquia a que pertencem. Local que gostariam que as vilas pertencessem. Onde os alunos estudam a partir do 6º ano.
<i>Local de pertença</i>	Onde nasceram, estão vinculados e se identificam.

Os mesmos temas parecem estar relacionados a descrição do meio rural e urbano, mas quando se trata de elementos positivos os mesmos são associados em maior intensidade ao meio rural. Por exemplo, se existem relações de boa convivência, nas áreas rurais elas são melhores e mais íntimas, estando associadas a relações de solidariedade, amizade e união.

A solidariedade, união e boa convivência são os conteúdos mais representativos na descrição das pessoas do meio rural e também na descrição das pessoas da cidade de São Brás do Suaçuí. Assim, se as pessoas da cidade de São Brás do Suaçuí são amáveis, os moradores das comunidades são ainda mais amáveis e assim por diante.

Quadro 3 - Atributos das pessoas das comunidades rurais e das pessoas de São Brás do Suaçuí

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
<i>Características positivas</i>	Pessoas boas, gentis, educadas e que convivem bem umas com as outras.
<i>Amizade</i>	Laços de amizade e união.

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
<i>Familiaridade</i>	Vínculos pessoais estabelecidos por meio da vivência e experiência de laço afetivo, sem necessidade de vínculo consanguíneo, solidariedade.
<i>Lembranças positivas</i>	Lembranças de experiências pessoais, na infância e escola.
<i>Religiosidade</i>	Pessoas associadas ao contexto religioso.
<i>Características negativas</i>	Pessoas preconceituosas, arrogantes, ignorantes, falsas, individualistas.

Como descrito por alguns autores (Abramovay, 2000; Brandenburg, 2010; Camargo e Oliveira, 2012), o aspecto de associações positivas às pessoas é fundamental para que o sentimento de pertença e uma imagem positiva do lugar de pertença ao qual esse sentimento se vincula sejam construídas. Tal elemento de descrição das pessoas também varia em intensidade em relação ao rural e ao urbano, sendo as pessoas da cidade aquelas mais associadas a atitudes preconceituosas e individualistas. Torna-se importante ressaltar que a categoria “Características negativas” não era atribuída pelas pessoas da comunidade a elas mesmas ou a pessoas do grupo de pertença. Quando elas foram atribuídas às pessoas das comunidades rurais eram sempre às pessoas das outras comunidades que não a do respondente ou então foram atribuídas às pessoas da cidade.

Há também mais associações positivas à comunidade de pertença do que à cidade, sendo comuns os relatos saudosos em relação à infância nas vilas rurais. Ainda assim, algumas queixas parecem ser peculiares aos moradores de uma determinada localidade. A vila de Caeté traz a questão agrária com um sentido específico de reivindicação. Ou seja, os relatos que fazem sobre sua infância revelam que os moradores conviveram com uma estrutura social agrária nas suas comunidades, e que essa estrutura tem importância na constituição identitária do seu grupo.

Sendo assim, as lembranças da infância são trazidas pelos moradores do Caeté com certa insatisfação, justificada pelos rumos que a organização de sua comunidade tomou. Embora reconheçam os avanços e as melhorias advindas da cidade (acesso a bens e serviços, por exemplo, conquistas na valorização do

homem do campo, diminuição da pobreza e aumento da renda familiar), reivindicam uma melhoria do meio agrário. Assim, citam como um dos aspectos negativos do campo, a falta de mão de obra/opções de trabalho e trazem enquanto ponto positivo do meio rural, a possibilidade de plantar para o próprio sustento, remetendo novamente à questão da terra. Tudo isso pode estar associado a uma manifestação do desejo de que a agricultura familiar tivesse a centralidade que já teve, uma vez que ela remete a aspectos do passado que fizeram e ainda fazem parte da constituição identitária dessa comunidade.

Neste sentido, por mais que seja possível aproximar as características das três localidades com as características do centro urbano em questão (São Brás do Suaçuí) (vide Quadro 2 acima), o processo de diferenciação está presente uma vez que é imprescindível na construção da identidade desses grupos (Bonomo & Souza, 2013b; Deschamps & Moliner, 2009; Tajfel 1983b).

Entre os moradores das três vilas, notamos que aqueles da Vila Domingos são os que mais trazem o questionamento das diferenças entre as regiões ao elucidar representações de pessoas da cidade e pessoas das vilas, colocando-se em situação inferior frente aos moradores da cidade e até em comparação aos moradores das outras vilas, e, em contrapartida, percebendo os moradores da cidade e das vilas do Caeté e Mato Dentro como aqueles que estão em condições econômicas melhores que as deles. Os moradores da Vila Domingos marcam muito bem sua diferença das outras comunidades, principalmente em relação ao Caeté, e associam características negativas, como o preconceito, às pessoas das outras comunidades e às pessoas da cidade. Deste modo, como afirmam Deschamps e Moliner (2009) “quem toma a iniciativa da diferenciação, da inovação (criação de novos modos de pensar, sentir, de agir) são aqueles que ocupam uma posição inferior nas dimensões da comparação” (pp. 42-43), no caso, o grupo rural.

Além disso, os respondentes das comunidades do Caeté e Mato Dentro (na Vila Domingos isso não foi percebido) fizeram questão de distingui-las entre si, principalmente quando indagados sobre as representações de pessoas das comunidades, deixando transparecer certa rivalidade entre os dois grupos (Caeté e Mato Dentro).

O sentimento de pertencimento às suas comunidades é comum às três vilas. Embora os moradores reconheçam as dificuldades de sua região, eles afirmam que gostam de morar no local e a maioria (93% dos respondentes) dizem que só se mudariam das comunidades por acontecimentos que não tivessem outra forma de solução, como no caso de uma doença mais grave ou de precisarem trabalhar e ficar na cidade. Como disse uma moradora, "eu fiz tudo aqui: nasci, batizei, casei, tudo aqui" (idoso, 62 anos). Muitos ainda brincaram que só sairão de suas comunidades quando morrerem, fazendo referência ao fato de que os moradores dessas vilas são sepultados no cemitério de São Brás do Suaçuí, e, por isso, realmente, "mudam-se" para São Brás do Suaçuí no final de suas vidas.

Aqueles que consideraram a possibilidade de mudar para alguma cidade representam 23% dos respondentes e os motivos citados foram as facilidades que encontram na cidade, principalmente de acesso à saúde, educação e oportunidades de emprego. Aqueles que são do Caeté e que disseram que se mudariam, escolheram a cidade de São Brás do Suaçuí como primeira opção. Já entre os moradores da Vila Domingos, a metade disse que escolheria São Brás do Suaçuí e o restante ficou dividido entre os municípios de Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco (outra cidade da região). No Mato Dentro, metade dos moradores também escolheu São Brás do Suaçuí e outros disseram que iriam para os municípios de Conselheiro Lafaiete, Congonhas ou outro lugar ainda não decidido.

São Brás do Suaçuí aparece, portanto, como um local de referência. Os moradores dizem possuir um carinho especial pela cidade, não somente pela proximidade e por ser lá o local onde muitos foram registrados e onde resolvem a maioria de seus problemas e necessidades, mas por haver um forte vínculo religioso, pertencimento reforçado no âmbito da divisão paroquial das comunidades e também pelas relações de amizade e de parentesco que unem ainda mais as duas localidades.

Os moradores, ao serem perguntados sobre a cidade de São Brás do Suaçuí, associam a ela boas lembranças vindas da vivência religiosa da Semana Santa, da festa do padroeiro e outras. A vivência da Semana Santa no passado foi uma experiência marcante para as famílias das comunidades, uma vez que elas ficavam durante todo esse período na cidade. Os adultos e idosos contaram essas

lembranças com muita alegria, demonstrando saudades dessa época. Além disso, a cidade ainda é referência no âmbito escolar, uma vez que muitos adultos estudaram nas escolas de São Brás do Suaçuí que é onde seus filhos e netos estudam hoje. Tudo isso facilita a criação de laços com a região e com as pessoas do lugar e faz com que a cidade se torne referência e desperte representações positivas.

A percepção de aspectos positivos e negativos de cada região influencia, como afirma Bonomo e Souza (2010), na oposição entre ficar e sair do campo, tensão que acontece, porque a identidade do grupo só pode se constituir via comparação e diferenciação em relação ao outro grupo:

De acordo com a proposição tajfeliana, o conflito entre grupos é gerado e mantido em função do constante risco de identificação e não porque são propriamente diferentes. (...) É nesta perspectiva, *de busca pela distintividade social*, que atua a memória da comunidade como ideologia grupal na transmissão e conservação dos elementos de identidade. (p. 414)

De modo amplo²³, quando os grupos compararam os ambientes rural e urbano, os pontos positivos estiveram mais associados a aspectos relacionais e os pontos negativos a problemas estruturais que denunciam o descaso com as condições de vida no campo. Já em relação à cidade, os pontos positivos e negativos referiram-se a aspectos associados ao que garante ou prejudica a qualidade de vida nos centros urbanos. Além disso, pôde-se perceber que as categorias que elucidam os pontos positivos da cidade e os negativos do campo têm grandes semelhanças entre si. Esse aspecto baliza as dinâmicas identitárias dos grupos rurais e, como sinalizado por Bonomo e Souza (2010), eles refletem a ambiguidade da carga afetiva acionada no desejo de se manter no campo, mas ao mesmo tempo revela pontos de identificação com a cidade.

Dessa forma, podemos pensar a presença de relações positivas (aspectos positivos do rural) como motivos importantes para que os indivíduos se identifiquem com suas comunidades, revelando o caráter fundamental e forte do

²³ Vide Quadros de 5 a 8 do Anexo 13.

aspecto afetivo dessa pertença. Assim, mesmo reconhecendo todas as dificuldades do campo e tudo de positivo que a cidade tem a oferecer e apesar da tensão destacada por Bonomo e Souza (2013b) entre a “necessidade/desejo de acesso aos recursos existentes na cidade e o vínculo afetivo com o modo de vida rural” (p. 407), na cidade faltam vínculos, relações e essas características fazem uma enorme diferença.

Como descrito na pesquisa de Carneiro (1998), em que um jovem compara o campo (local de origem) e a cidade em termos de vínculos e relações estabelecidas: “querendo ou não, você acaba se integrando ao todo; as referências são muitas em termo de família, aquela coisa um pouco histórica, enquanto no Rio eu não tenho isso, minha referência sou eu próprio e pronto! (nativo de São Pedro da Serra/RJ, estudante no R.J., 20 anos)” (p. 107).

O que vemos aqui é que para os jovens e também para os adultos o fato de se sentirem parte de um grupo, de um todo, é o que os mantém no meio rural, o que os faz valorizar positivamente seu espaço (Tajfel, 1983b) e é exatamente isso, a relação, o que eles não querem perder. Na cidade, como exemplificado na fala acima e presente nos relatos dos participantes dessa pesquisa, as relações são frias, sem união, não se pode confiar tanto nas pessoas, elas são mais individualistas e egoístas, e “lá” é cada um por si.

Conforme destacamos, há uma associação da cidade à presença de recursos em oposição ao campo, onde os mesmos são deficientes. No entanto, alguns moradores das vilas trazem um argumento interessante que tem a ver com a maior facilidade de sobrevivência no campo. Esse argumento faz referência às áreas rurais como tendo mais recursos que a cidade, uma vez que propiciam aos seus moradores meios de sustento sem custo ou de baixo custo, como o fogão a lenha, alimentos que podem ser plantados no quintal de casa (cereais, frutas, verduras, legumes) e outros suprimentos como ovos, leite e a carne de animais criados ali mesmo onde vivem, fazendo com que a população gaste menos que na cidade, onde os alimentos devem ser comprados, inclusive o gás para prepará-los, além de gastos com transporte e outros serviços. Como disse um morador, “no campo, só passa fome quem quer”, mostrando esse outro lado do campo e da cidade em relação à oferta de recursos para a sobrevivência.

O processo de categorização que ocorre internamente nos grupos rurais parece se dar basicamente a partir do conteúdo das representações sobre as pessoas de cada região, sendo que ao dar atributos negativos aos vizinhos a diferenciação se faz mais evidente. Já a diferenciação entre rural e urbano se ancora nas dicotomias: liberdade/aprisionamento; tranquilidade/barulho, agitação e violência; pessoas boas/pessoas ruins; custo de vida baixo/custo de vida alto; qualidade de vida/qualidade de vida ruim; ausência/presença de recursos; condições melhores para as pessoas na cidade/condições piores no campo; local de pertença/local de referência.

4.10- A fundação de uma Associação Rural

Terminamos o tópico dos resultados com a apresentação da associação rural, por ela ter sido fundada justamente ao final da realização da coleta dos dados para o censo e sua criação ter sido pensada e articulada durante este período. A Associação Rural das Vilas Domingos, Caeté e Mato Dentro, nomeada como ASCOR (Associação Comunitária Rural do Caeté e Mato Dentro), foi criada em agosto de 2014 com o objetivo de organizar a população para lutar por seus direitos e cobrar medidas e políticas públicas para a solução de suas dificuldades. Destaca-se aqui que a dificuldade de integrar a Vila Domingos às outras comunidades aparece inclusive no fato do nome desta vila não fazer parte do nome da Associação, embora seja também representada por ela.

Um dado importante a respeito da organização da associação é que ela é regida predominantemente pelos homens. Ou seja, dos doze cargos disponíveis, quatro são ocupados por mulheres. Ainda assim, os cargos de maior expressão, como o de presidente e vice, tesoureiro e vice-tesoureiro, são ocupados por homens. O cargo da presidência é ocupado pelo professor que liderou o movimento de criação da associação e que reside na cidade de São Brás do Suaçuí, possuindo segunda residência na região das vilas.

Durante as reuniões da associação rural, os moradores fizeram também uma lista de prioridades a serem reivindicadas junto à prefeitura e que será apresentada aqui com o objetivo de comparar e enriquecer os dados colhidos durante o censo.

Nesse relatório os moradores listaram as dificuldades na ordem das mais urgentes às necessárias, mas menos urgentes, com a finalidade de focar e buscar solucionar uma de cada vez.

O primeiro ponto da lista foi também o problema das estradas (principalmente as vias secundárias), seguido pelas queixas da falta de médico/dentista e de equipamentos para o centro de saúde; o problema da água na Vila Domingos; a necessidade de uma participação mais eficaz da polícia; a questão da iluminação pública (os postes de luz das comunidades estão, em sua maioria, apagados); a necessidade de reforma da escola do Mato Dentro e do Caeté (esta última não funciona como escola, mas pode se transformar em um espaço para o uso da população); a necessidade de construção de um salão ou de uma área de recreação no Caeté; a necessidade de um projeto para capacitar e ocupar os jovens da Vila Domingos e a reforma da Igreja católica.

Até agora, conquistas importantes já foram alcançadas, tais como a melhoria das estradas, a troca dos postes de luz, resolvendo o problema da precária iluminação das estradas das comunidades. A população também conseguiu solucionar o problema do fornecimento de água para a Vila Domingos através da iniciativa de fazer um poço artesiano para abastecer a vila. Outra conquista foi a contratação de uma professora para ficar com um aluno da comunidade que tem necessidades especiais e que agora pode continuar frequentando a escola normal, pois conta com o auxílio de uma pessoa que é facilitadora de seu processo de inclusão e aprendizagem. A Associação já realizou também algumas festas com o intuito de arrecadar fundos para manter-se ativa e até agora os eventos tiveram grande participação popular, inclusive de comunidades próximas e de cidades vizinhas.

A Associação, dessa forma, representa uma grande conquista das comunidades enquanto passo importante na organização política e na militância. Até então, as vilas em análise não tinham nenhuma trajetória de organização política, diferentemente do que Bonomo e Souza (2010) constata na sua pesquisa sobre uma comunidade rural do Espírito Santo.

Uma das hipóteses para essa ausência de uma luta política dessas vilas, mesmo na presença de inúmeras dificuldades, remete ao perfil das mesmas que

não são rurais agrárias, ou seja, não vivem da agricultura ou não possuem um histórico de formação socioeconômica advindo de atividades do campo, característica que o censo ajudou a evidenciar. Dessa forma, não incorporam como lutas próprias, as principais lutas políticas do meio rural, relacionadas à necessidade de políticas que favoreçam e permitam que suas populações sobrevivam das atividades rurais. Ligado a esse fator, está a proximidade das vilas às cidades que garantem uma estrutura mínima de funcionamento a esse meio rural ao suprir muitas de suas necessidades.

Tudo isso parece levar a um funcionamento mais individualista e menos militante do grupo social, pois os problemas são resolvidos com a ajuda e união dos moradores e amparo das cidades, não instigando neles o desejo de luta e mobilização política. No entanto, a fundação da associação inaugura uma mudança importante e uma nova forma de organização social e política que já no seu início trouxe melhorias importantes como as citadas acima.

5. Conclusão

A partir dos dados levantados e da descrição do perfil das vilas em análise, destaca-se a presença de um dos muitos formatos possíveis que a ruralidade brasileira, mineira e interiorana pode tomar. Não só essa pesquisa, mas também os estudos mencionados aqui mostram a realidade do campo, e revelam a necessidade de melhorias de condições de vida para seus moradores.

Como vimos nas discussões sobre Ruralidade e Juventude Rural, falar de um novo rural ou reconhecer o movimento de retorno a esse espaço e de valorização do mesmo, não anula os questionamentos e as necessidades de melhoria. Como dito também, torna-se importante pensar nas regiões rurais como espaços únicos, apesar de apresentarem semelhanças em suas estruturas de funcionamento e no âmbito de suas dificuldades.

Neste sentido, acreditamos que a Psicologia Social pode contribuir realizando novos estudos sobre o rural como categoria social, a fim de levantar dados para a criação de políticas específicas para cada região, rompendo com uma tradição de ciência psicológica urbana. Este campo de estudo permite ainda descrever e

destacar as relações que os espaços rurais estabelecem entre si e com outras regiões, inclusive urbanas, e que são importantes para compreender a construção das representações sociais desses dois espaços e dos mecanismos identitários e de pertença a cada um deles, possibilitando uma melhor percepção da realidade dos grupos sociais, em especial os rurais que são minorias sociais.

Ao tomar as regiões marginalizadas como objeto de estudo, desempenhamos também o importante papel de fornecer a eles dados que se tornam instrumentos para subsidiar a busca por direitos. Como afirmou Abramovay (2000), “nada mais poderoso do que a consciência para permitir o avanço de um povo em direção a sua cidadania, nós psicólogos desenvolvemos um corpo de conhecimento que pode auxiliar neste processo, junto aos marginalizados em geral, e aos que vivem no ambiente rural em particular” (p.40).

9. ESTUDO 2

Representações sociais e dinâmicas identitárias de jovens em três vilas rurais e uma cidade do interior de Minas Gerais

Resumo

As representações de rural e urbano vêm sendo explicitadas por vários estudos ao longo dos anos e mostram uma pequena variação na forma como esses espaços são vistos. Basicamente o meio urbano e sua forma de vida são valorizados em oposição ao meio rural, espaço de desvalorização, descaso e alvo de discriminações. Mesmo com o aumento da valorização do campo por meio de teorias de várias áreas do conhecimento e o início do êxodo urbano-rural, tais representações tradicionais e hegemônicas ainda deixam marcas no senso comum. O presente estudo busca discutir, a partir de elementos representacionais sobre rural e urbano, a dinâmica identitária dos grupos de origem rural (Caeté, Mato Dentro e Domingos) e urbana (São Brás do Suaçuí/MG), por meio das interações cotidianas de seus representantes mais jovens. Acreditamos que a consideração de tais elementos representacionais contribui para entender as relações entre esses espaços no que diz respeito à construção da identidade social dos grupos em questão. Para tanto, foram utilizados os dados colhidos a partir da realização de dois grupos focais com adolescentes e jovens que estudam na escola municipal de São Brás do Suaçuí/MG e que moram ou nesse município ou em uma das vilas. Para a análise de todo o material, foi utilizado, o método da Análise de Conteúdo categorial (Bardin, 2009; Bauer, 2002; Bonomo & Souza, 2010; Vala, 1999). Os resultados demonstraram a presença tanto de semelhanças quanto de diferenças entre os elementos representacionais dos meios rural e urbano para os jovens dos grupos analisados. As semelhanças entre os territórios podem ter surgido uma vez que a cidade tomada aqui como representante de urbano é uma cidade pequena, com algumas características interioranas e semelhantes àquelas das áreas rurais. Ainda assim, as diferenciações sociais apareceram como forma de proteger a identidade social de cada grupo e foram percebidas especialmente em termos de intensidade. Ainda que a valorização endogrupal se expresse através de

representações que ressaltam os aspectos positivos do meio rural, permanece explícita a necessidade de soluções para questões estruturais de qualidade de vida nesses espaços para que também por meio disso possam-se construir representações positivas de rural, facilitando as relações de identificação com esse meio.

Palavras-chave: rural; urbano; juventude; representações sociais; identidade social

1. Introdução

O presente estudo parte de elementos representacionais acerca dos objetos rural e urbano para adolescentes e jovens moradores das vilas Domingos, Mato Dentro e Caeté e para a mesma faixa etária residente na cidade de São Brás do Suaçuí com o intuito de compreender as dinâmicas intergrupais que ocorrem entre os dois grupos. Os dados foram obtidos através de grupos focais em que foram analisadas as representações sociais de seus integrantes de morar na cidade e de morar em comunidades rurais e a percepção que cada grupo tinha em relação ao outro.

Torna-se importante ressaltar que a cidade de São Brás do Suaçuí/MG foi escolhida como categoria de análise para representar o meio urbano, por ter sido apontada pela população, durante a realização do censo das comunidades (Estudo 1), como a cidade referência das vilas, ainda que oficialmente pertençam ao município de Conselheiro Lafaiete/MG. Por meio deste material buscamos identificar os processos de relação estabelecidos entre o rural e o urbano, as representações vigentes sobre cada um e as identificações da população com cada espaço (rural e urbano). A discussão dos dados articula a teoria das representações sociais e a teoria de identidade social a fim de compreender processos como a categorização, comparação e diferenciação entre os grupos sociais.

2. Objetivos

Colher elementos das representações sociais de rural e urbano para os adolescentes e jovens de três vilas rurais mineiras (Mato Dentro, Vila Domingos e Caeté) e do município de São Brás do Suaçuí e discutir as dinâmicas relacionais e os processos de constituição identitária dos grupos em questão.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1- Procedimento de coleta dos dados

A coleta dos dados deste estudo foi feita através da realização de dois grupos focais conduzidos a partir de um roteiro específico para cada grupo, conforme anexo 11, com os alunos da escola municipal da cidade de São Brás do Suaçuí, neste espaço, durante o horário de aula, mediante autorização prévia da direção da escola. Os participantes foram tanto alunos que residem na cidade (um grupo) como também aqueles que residem em uma das vilas analisadas (outro grupo). Os grupos foram realizados na escola devido à dificuldade de transporte dos alunos residentes nas vilas, que por isso não poderiam retornar à cidade em horário diferente ao do turno em que estudam (manhã). Os participantes foram chamados durante as aulas cujo conteúdo pudesse ser repostado em casa por eles, por exemplo, em aulas de leitura de textos ou trabalhos que pudessem ser feitos em outro momento, o que foi acordado previamente com os professores das disciplinas.

Ao convidar os estudantes das vilas Mato Dentro, Caeté e Vila Domingos, era explicado a eles que o objetivo do grupo era conhecer como acontecia a chegada deles a São Brás do Suaçuí/MG, como era a experiência de mudança de escola, quais dificuldades eles encontravam, o que pensavam dessa cidade e das vilas onde moram, como eram recebidos, como era a relação entre os espaços, o que identificavam como pontos positivos e negativos de cada um deles e em qual desses espaços eles pensavam construir seu futuro.

No grupo dos alunos de São Brás do Suaçuí, o passo inicial foi apresentá-los, já que nem todos se conheciam para, em seguida, explicar-lhes a proposta do estudo. Foi dito a eles, da mesma forma, que o objetivo do grupo era entender como eles viam a presença de diferentes grupos de alunos na escola, vindos de

locais diferentes, com o foco na diferença territorial, ou seja, entre aqueles que são da cidade e aqueles que vêm de comunidades rurais mais distantes, no caso, Mato Dentro, Vila Domingos e Caeté. Como no grupo rural, os alunos foram questionados sobre a percepção da relação entre eles e o grupo rural, sobre os pontos positivos e negativos dos dois espaços (rural e urbano) e sobre as identificações e planos que fazem em relação a esses meios. Dessa forma, a análise dos grupos focais nos permitiu identificar o contexto das relações, captar a dinâmica que ampara e ancora as representações e as ideias que esses grupos têm sobre eles mesmos e sobre o grupo de comparação.

Os grupos focais tiveram duração aproximada de 50 minutos e foram gravados em áudio, sendo os conteúdos transcritos posteriormente.

O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição promotora e em ambos os momentos de coleta os participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido, conforme modelo nos Anexos 9 e 10.

3.2- Os sujeitos da pesquisa

Foram realizados dois grupos focais, um deles (urbano) composto por cinco alunos de São Brás do Suaçuí/MG e o outro (rural) por quatro alunos que residem em uma das comunidades do Mato Dentro, Caeté e Vila Domingos. Os participantes foram selecionados de acordo com a desenvoltura e boa comunicação, demonstradas no cotidiano da escola na qual a pesquisadora atua como psicóloga, para que assim o grupo fosse capaz de responder às perguntas e alimentar as discussões que seriam propostas com maior naturalidade e fluidez. A escolha pelos estudantes do grupo rural teve que ser feita de forma muito cuidadosa, uma vez que eles são mais tímidos e reservados, especialmente os meninos. A seleção de pares de alunos da mesma série foi uma estratégia para que eles ficassem mais à vontade no grupo, mesmo sendo expostos a uma situação diferente e com outros alunos de outras salas. Nos dois grupos a estratégia funcionou. Nenhum participante se mostrou intimidado frente aos colegas e houve respeito entre eles. A seleção dos participantes foi pensada de forma que tivessem

alunos iniciando a etapa final do ensino fundamental (6º ano 9º ano) e alunos que estivessem concluindo a mesma, bem como de ambos os sexos.

No grupo urbano, foram selecionados cinco alunos (uma a mais que no outro grupo, uma vez que uma aluna, ao ver os colegas sendo convidados, pediu para participar). Desses, havia uma menina e um menino do 6º ano, ambos com 11 anos, e um menino e duas meninas do 9º ano, os três com 14 anos. Uma das meninas já residiu em Belo Horizonte e mora há dois anos em São Brás do Suaçuí; outra mora em uma área mais distante do centro da cidade, equivalente a uma periferia; um menino reside no centro da cidade, e os outros dois moram em bairros próximos do centro. Essa escolha permitiu o acesso a visões diferentes de um mesmo espaço de circulação e das comunidades rurais de comparação.

No grupo rural foram selecionados dois meninos que estão no seu segundo ano nesta escola. Um deles está repetindo o 6º ano e está com 13 anos e o outro está no 7º ano e tem 12 anos. A preferência por não chamar aqueles que chegaram agora na escola se deu por acreditar que eles poderiam ficar inibidos por não estarem ainda habituados à vinda para a cidade e à mudança de escola. Assim, a expectativa era a de que os mais velhos já tivessem condição de elaborar a experiência que tiveram e o impacto que sentiram no primeiro ano na escola de São Brás do Suaçuí. Os outros dois participantes foram duas meninas, ambas do 9º ano, uma com 16 e outra com 17 anos. Um dado interessante percebido aqui é a disparidade de idade entre os alunos da cidade e das vilas, revelando que os alunos do meio rural têm mais dificuldade em conseguir concluir o ano escolar, talvez pela distância dos conteúdos do contexto rural, repetindo o ano, muitas vezes, mais de uma vez, o que contribui para a evasão escolar, conforme mostram as pesquisas de alguns autores (Abramovay, 2005; Carvalho *et al.*, 2009; Castro, 2005; Lima, 2010; Silva, 2000, 2002). A comunidade do Caeté não foi diretamente representada, pois durante o período de coleta não havia nenhum aluno residente nesta comunidade matriculado na escola.

No grupo da cidade foi necessária uma maior intervenção a fim de organizá-los, uma vez que frequentemente eles opinavam ao mesmo tempo. Já o grupo rural foi mais organizado. A timidez esteve presente em ambos os grupos, mas

não atrapalhou o posicionamento dos alunos em nenhum deles, embora o grupo urbano parecesse estar mais à vontade.

Na Quadro 4 abaixo caracterizamos cada participante de forma a facilitar a localização de quem fala e de qual lugar estão falando (os nomes foram preservados a fim de garantir o sigilo de suas identidades):

Quadro 4 – Identificação dos participantes dos grupos focais

	Identificação	Idade	Naturalidade	Local de moradia atual	Escolarização
RURAL	Menina rural 1	17	Mato Dentro	Mato Dentro	9º ano
	Menina rural 2	16	Vila Domingos	Vila Domingos	9º ano
	Menino rural 1	13	Vila Domingos	Vila Domingos	6º ano (repetente)
	Menino rural 2	12	Mato Dentro	Mato Dentro	7º ano
URBANO	Menina urbana 1	11	Belo Horizonte	Bairro central	6º ano
	Menina urbana 2	14	São Brás do Suaçuí	Bairro mais periférico	9º ano
	Menina urbana 3 (enteada do prefeito)	14	São Brás do Suaçuí	Bairro próximo do centro	9º ano
	Menino urbano 1	11	São Brás do Suaçuí	Bairro central	6º ano
	Menino urbano 2	14	São Brás do Suaçuí	Bairro próximo do centro	9º ano

Destaca-se que a naturalidade dos alunos das comunidades rurais representa o local onde vivem desde que nasceram, não o local de registro, uma vez que eles foram registrados nas cidades vizinhas, São Brás do Suaçuí ou Conselheiro Lafaiete.

3.3- Procedimento de análise

Os conteúdos originados dos grupos focais foram analisados através do método de análise de conteúdo categorial, que permite utilizar o material para fazer inferências quanto ao contexto e ao emissor do conteúdo analisado, facilitando o reconhecimento e a interpretação de elementos da dinâmica

relacional dos grupos, objetivo deste trabalho (Bardin, 2009; Bauer, 2002; Bonomo & Souza, 2010; Vala, 1999).

Tal estudo demonstrou ainda a possibilidade de articulação entre as teorias de Identidade Social e Representação Social e a importância dessa aproximação para compreender os processos grupais. Como afirmou Souza Filho (1996) “a identidade social daquele grupo (sua identificação, autorepresentação) influencia a representação social que será construída” (p.102) e ainda “a definição de inserção grupal/identitária [é] crucial para o entendimento da representação social de sujeitos individuais” (p. 86). Assim, compreender as representações dos grupos permite reconhecer o lugar do qual eles falam e dos grupos com os quais constroem sua identidade, e ainda, compreender a dinâmica dos grupos permite inferir as representações que os mesmos constroem sobre si e sobre os grupos de comparação (Bonomo *et. al.*, 2013a; Sá, 1998; Souza Filho, 1996; Vala, 2004).

4. Resultados e discussão

A análise do material obtido por meio da realização dos grupos focais revelou a presença de vários temas que foram divididos em tópicos para uma apresentação mais clara da discussão. Optou-se ainda por não trazer os dados em tabelas devido ao número pequeno de respondentes.

4.1- Considerações sobre as representações sociais de rural e urbano (pequenos e grandes centros)

As representações sociais identificadas durante as discussões nos grupos focais foram organizadas a partir de seu caráter valorativo, sendo dividida em pontos positivos e pontos negativos de cada espaço (rural e urbano).

Os pontos positivos do espaço rural, segundo o grupo oriundo das comunidades rurais, foram: a tranquilidade de vida, a amizade e a liberdade. Os pontos negativos descritos foram: a falta de tecnologias como a internet, a falta de festas, o fato de terem que se deslocar até a escola e a “fofoca”, descrita como a mania das pessoas de querer cuidar da vida umas das outras. Em relação à cidade,

esse mesmo grupo apontou como aspectos positivos a presença de mais opções de coisas para fazer, a possibilidade de uso da internet e como pontos negativos, o movimento mais intenso de pessoas e carros e a violência.

Já o grupo residente na cidade de São Brás do Suaçuí apontou como aspectos positivos do campo a tranquilidade e o contato com a natureza e como negativos a ausência de internet, poucas opções de lazer, de festas e de coisas para fazer, as distâncias entre as casas, a maior dificuldade de visitar amigos e a dependência de transporte para o acesso à educação, a serviços de saúde especializados, a bens de consumo, dentre outros serviços. A tranquilidade, associada também à boa qualidade de vida no campo, apareceu como o principal aspecto positivo desse espaço e de várias formas tais como: o pouco movimento de carros, o contato com a natureza, o silêncio e o pouco barulho, uma vida mais calma, sem o estresse diário da cidade; não ter tanta violência e roubos como na cidade. Embora a segurança, a calma e a tranquilidade tenham sido citadas de forma unânime pelo grupo, uma jovem afirmou que teria medo de morar no campo, justamente pelo silêncio absoluto, pela mata ao redor da casa e pela escuridão da noite. Eles afirmaram, ainda, em tom de deboche, que lá (as áreas rurais) deve ser tranquilo, pois nenhum ladrão vai querer roubar nada, pois lá não tem nada de interessante para roubar. É importante ressaltar que essas representações foram construídas a partir de uma referência geral de rural e carregada de aspectos negativos, uma vez que nenhum dos participantes deste grupo conhece as regiões rurais analisadas, remetendo-nos aos conceitos de estereótipo e preconceito (Deschamps e Moliner, 2009; Tajfel, 1983b).

Em relação à cidade de São Brás do Suaçuí, o grupo urbano apontou como aspectos positivos: “poder fazer o que se tem vontade”, o fato da cidade não ser violenta, a boa qualidade da escola e as festas tradicionais da cidade (Carnaval e a Festa de Exposição, sendo esta última uma festa de valorização do produtor rural). Como pontos negativos, o grupo mencionou a falta de opções de atividades educacionais, de lazer e profissionalizantes, principalmente para os jovens, e também o hábito da fofoca e a infraestrutura ruim dando como exemplo, a falta de um hospital. Percebemos aqui uma semelhança em relação aos pontos negativos da cidade e do campo apontados pelos moradores da cidade e os problemas do

campo apontados por seus próprios moradores. No entanto, tais problemas se diferenciam no que diz respeito à intensidade, estando presentes com maior força no meio rural (faltam mais recursos no campo que na cidade, a fofoca é mais intensa no campo). Trata-se de um *locus* privilegiado para a análise do processo de diferenciação, uma vez que está presente a tentativa de ambos os grupos de proteção endogrupal através de suas representações.

Aos alunos foi perguntado também a respeito do vínculo e das representações que possuem dos grandes centros urbanos. No grupo rural não apareceram muitas falas sobre esses espaços, revelando que os grandes centros urbanos não são parte de seu contexto e convívio habitual e, portanto, não fazem pressão para que eles se diferenciem, uma vez que é o outro próximo, diferente, mas igual, que me faz saber quem sou (Bonomo & Souza, 2010; Tajfel, 1983b). A referência desses centros se objetiva em figuras da mídia (novelas, jornais e outros programas), elementos que não estão diretamente relacionados às experiências dos sujeitos. Eles mencionaram, por exemplo, em relação às grandes cidades, a presença da violência e a existência de muitas opções de atividades. As cidades mencionadas pelo grupo rural como sendo grandes centros foram: Conselheiro Lafaiete, Belo Horizonte e Ibirité. Um dado interessante para nossa análise é que a representação do “urbano”, em seus aspectos negativos, é colocada em locais distantes, sinalizando que a cidade mais próxima, São Brás do Suaçuí, não é materializada inteiramente como urbana e sim suas vizinhas, economicamente maiores.

Já o grupo urbano demonstrou ter um acesso maior a esse meio o que facilitou o relato em relação aos grandes centros urbanos. Foram apontados como pontos positivos desses espaços: mais opções de lazer, maior infraestrutura (opções de escolas, hospitais e serviços no geral) e como pontos negativos, a vida corrida e estressante, a violência e o trânsito intenso de automóveis. O grupo urbano mostrou-se ainda dividido em relação à vontade de usufruir dos recursos oferecidos pelos grandes centros, uma vez que sabem que terão que enfrentar os problemas desse espaço, como a falta de liberdade e violência, fatores que não são problemas para eles e que os faz valorizar as cidades menores como São Brás do Suaçuí. Para o grupo da cidade os grandes centros citados foram capitais como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

Ambos os grupos identificam aspectos negativos nas representações de urbano que eles tendem a afastar de si mesmos, ainda que o exogrupo seja diferente, no caso dos jovens rurais, as cidades grandes, e para os jovens urbanos, as capitais. As representações são construídas numa tensão que ora aproxima seus autores, ora os distancia, uma vez que uma de suas funções é justamente dar conta de uma realidade ameaçadora.

4.2 - O sentimento de pertencimento a um grupo e ao território de origem

Em relação à preferência por um lugar para morar, embora os participantes do grupo rural mostrassem insatisfação com as poucas possibilidades do seu espaço, principalmente de profissionalização e educação, e tivessem considerado morar em outras cidades, as opiniões ficaram divididas entre os que querem continuar morando na área rural (menina rural 2 e menino rural 1) e os que não querem (menina rural 1 e menino rural 2). No grupo da cidade, as opiniões foram unânimes em relação a morar no campo. Nenhum deles manifestou tal desejo e foram enfáticos em dizer que não mudariam para uma área rural “de jeito nenhum”. Como um deles afirmou, “se São Brás já não tem nada para fazer, imaginem lá” (menino urbano 2). Eles mostraram certo interesse em visitar uma dessas comunidades, mas com a condição de que fosse uma visita breve, para um evento específico como um almoço ou festa, e pudessem retornar logo que o evento terminasse. A conversa a seguir reproduz bem essa relação e a visão que esse grupo tem das comunidades rurais.

Menino urbano 2: “Ah, fazer o que lá? No meio do mato!”

Menina urbana 2: “Pior do que São Brás!”

Menina urbana 3: “De vez em quando... não precisa morar lá”

Menina urbana 2: “Mas ce vai sair de um lugar que é parado pra ir para um lugar que é mais parado ainda? Não vai fazer diferença!!”

Menino urbano 2: “Pra passear no meio do mato? Pra passear no meio do mato?”

Essa posição veemente e negativa em relação ao campo é reforçada com argumentos como, “lá não pega celular, nem internet” (menina urbana 1), “as

casas são muito distantes umas das outras, e se você quiser conversar com alguém, visitar um amigo, tem que andar muito” (menino urbano 2). Esse posicionamento de não querer morar no campo é também justificado pela consideração de algumas limitações para participarem de atividades que fazem parte de sua rotina como o reforço escolar, que é à tarde, e outras atividades oferecidas na cidade (aula de música, dança, karatê e violão). Essas representações negativas apareceram de forma homogênea e espontânea, ou seja, sem que a pergunta fosse direcionada para os aspectos ruins da vida no campo. Diferentemente disso, ao perguntar sobre os aspectos positivos do meio rural, o grupo da cidade demorou para mencioná-los, dizendo que precisavam pensar bem para encontrarem algum. Além disso, muitas vezes, os aspectos positivos mencionados tinham caráter estereotipado sobre o contexto rural.

Em relação a permanecer na cidade do interior, dois participantes do grupo urbano revelaram ter essa vontade (menina urbana 3 e menino urbano 1) e três disseram que pretendem morar em cidades maiores (menina urbana 1, menina urbana 2 e menino urbano 2). Esse aspecto gerou uma discussão entre eles, e o ponto de acordo a que chegaram foi o de que mesmo aqueles que desejam permanecer em São Brás do Suaçuí na sua vida adulta ou velhice, terão que sair em algum momento para buscar capacitação e qualificação profissional.

Os motivos citados por aqueles que desejam sair da cidade foram: as fofocas (vizinhos que cuidam da vida deles, falam sobre eles e sobre todos ao redor, comentam tudo, desde críticas às roupas que vestem ao que fazem e aos seus comportamentos). Além disso, disseram que a cidade não oferece opções de lazer e de emprego, principalmente para os jovens. Já para aqueles que gostam da cidade e desejam permanecer, os motivos citados foram: as festas (Carnaval, Festa de Exposição) e atividades que a cidade oferece como aulas de música; a tranquilidade; liberdade; e possibilidade de contato com a natureza, principalmente para a menina que morou em Belo Horizonte e valoriza muito o fato de poder brincar na rua e sair sozinha de casa.

Diante disso, percebe-se que a vinculação dos indivíduos aos seus grupos e o sentimento de pertença aos mesmos são aspectos presentes em ambos os grupos (rural e urbano). No grupo rural, os jovens defendem-se das representações

negativas que o meio rural carrega, dizendo que aqueles que criticam o seu espaço, normalmente não o conhecem. Da mesma forma, afirmam que aqueles que conhecem sua região, passam a apreciá-la. Outro aspecto importante é que embora eles reconheçam as dificuldades e as limitações do local, como a dificuldade de construir uma carreira profissional sem sair do campo, muitos deles relatam gostar de morar na comunidade rural. Essa motivação encontra materialidade nas representações positivas e emancipadas de rural como a liberdade de poder pescar, de poder ir ao campo de futebol de várzea (para jogar futebol no caso dos meninos e para ver os meninos, no caso das meninas), de poder aprender a dirigir, ficar na estrada no meio do caminho, sem passar nenhum carro e olhando as estrelas (olhar romantizado). Além dessas razões, as festas constituem-se como importantes para a identificação dos jovens rurais com suas comunidades, aspecto que já foi descrito por outros autores (Gonçalves, 2005; Oliveira, 2003). Como relatado pelo grupo, eles participam de quase todas, incluindo as festas mais tradicionais que são as de São Sebastião e de Nossa Senhora de Fátima, além das festas de casamento, batizado, aniversários, 15 anos e os forrós, que acontecem quase todo final de semana.

Já a vinculação ao território urbano, apesar de ter gerado um debate, também está presente no grupo urbano e se apoiou, conforme dito acima, nas representações positivas desse espaço, tais como: a boa qualidade da escola, o fato da cidade ser tranquila, de sentirem-se livres nesse espaço e conhecerem a maioria das pessoas. Assim, trata-se de um “urbano” peculiar que compartilha características com o rural e neste ponto os grupos se identificam. As festas, assim como para o grupo rural, foram citadas enquanto motivo de identificação dos adolescentes e jovens com a cidade de São Brás do Suaçuí.

4.3 - A rotina do meio rural e do meio urbano

As atividades consideradas comuns em cada um dos meios (rural e urbano) foram apresentadas pelos dois grupos e revelaram percepções diferentes entre eles sobre seus respectivos espaços. Os participantes do grupo rural citaram como atividades comuns do seu dia-a-dia: assistir TV, pescar, ajudar nos trabalhos da

roça e de casa (por exemplo, arrumar a casa, a cozinha, cozinhar), passear de carro, navegar pela internet, no Facebook, falar ao telefone e jogar videogame. Além disso, eles relataram ser comum ir ao campo para jogar bola ou para assistir aos jogos de futebol que acontecem nos finais de semana e também disseram participar de eventos festivos como festas de 15 anos, batizados, casamentos, festas da comunidade e os forrós. Interessante ressaltar que quando esse grupo foi perguntado sobre o que fazem, seus participantes responderam que fazem muitas coisas e que lá (nas comunidades) eles têm muitas opções de atividades, relato que se contrapõe às representações sociais vigentes inclusive para o grupo urbano analisado de que nesses espaços não se tem nada para fazer.

Já no grupo urbano, a maioria dos participantes respondeu não fazer nada, exceto quando tem alguma festa para ir. Ainda que a cidade ofereça algumas atividades e opções de lazer, para o grupo urbano não é suficiente e eles reclamam da falta de opções. Como eles afirmaram durante as discussões, há um desejo neles de participarem de atividades presentes em cidades maiores (ir ao cinema, shopping, frequentar casas de shows, bares, praticar esportes, dentre outras atividades), as quais, nesse momento, a cidade de São Brás do Suaçuí é comparada e não oferece.

Com a relação à escola, a maioria dos integrantes do grupo rural diz gostar de estudar em São Brás do Suaçuí e reclamam apenas por terem que acordar muito cedo (3h, 4h e 5h da manhã) e do transporte que, às vezes, atrasa para passar na comunidade e demora para levá-los de volta às suas casas, fazendo-os esperar em torno de 40 min após o término da aula. Os alunos das três vilas rurais têm a opção de estudar em outras escolas, mas como a prefeitura de Conselheiro Lafaiete só oferece o transporte gratuito para São Brás do Suaçuí, essa se torna a opção escolhida por unanimidade.

Os participantes do grupo urbano vêem a escola como uma boa referência, apesar de acharem chato estudar. Essas representações positivas são reforçadas quando comparam a qualidade do ensino público da cidade de São Brás do Suaçuí com o ensino também público em cidades maiores como Belo Horizonte, citada devido à experiência de uma das integrantes que morou e estudou na capital mineira. A escola só é vista como negativa, por essa mesma menina (menina

urbana 1), no quesito relacionamento interpessoal, pois ela relata sofrer preconceito por ter vindo de fora ao ser tachada de metida e “patricinha”, o que a incomoda. Esse aspecto se relaciona ao que trataremos mais adiante sobre as relações interpessoais perpassadas por temáticas como a fofoca, a imposição de normas sociais e o rigor das pessoas de comunidades menores, rurais ou urbanas, para que todos sigam o que é politicamente correto e socialmente desejável e que esbarra no desejo de liberdade desses jovens que pedem apenas para não serem julgados pelas aparências.

Um tema que apareceu exclusivamente no grupo rural, perpassando toda a conversa, foi o namoro. As meninas do grupo relataram que enquanto esperam o transporte escolar para voltar para suas casas, ficam “vendo os meninos bonitos passarem”. Já nos momentos em que estão nas comunidades, principalmente as meninas da Vila Domingos, elas dizem gostar de ficar na porta de casa, à beira da estrada, ou de irem para o campo de futebol para olhar os meninos e namorar. Os meninos do grupo também trouxeram esse tema, mas com mais vergonha e receio, embora o entusiasmo e a excitação com o tema estivessem presentes da mesma forma que para as meninas.

4.4 - O preconceito

Chamamos a atenção, inicialmente, para o fato de os jovens das vilas não serem diferenciados pelos grupos urbanos de acordo com seu local de pertença (Mato Dentro, Vila Domingos ou Caeté), sendo todos os que vêm de uma dessas vilas, chamados de “os Mato Dentro”. Assim, o preconceito sofrido por eles da parte dos jovens da cidade de São Brás do Suaçuí, já começa por esse não reconhecimento de suas diferentes identidades e é assumido como presente pelos dois grupos (rural e urbano). Como afirma uma adolescente do grupo urbano em relação aos alunos das comunidades, eles “ainda sofre[m] porque é “os Mato Dentro”, é “os não sei o que que tem, tudo enquanto é nome...”(menina urbana 2). Eles são chamados de “os Mato Dentro”, “o bonde dos Mato Dentro”, ou o “bando dos Mato Dentro” porque andam sempre juntos. Percebe-se que esse preconceito é além de regional, por virem da área rural, étnico-racial. Ele se

manifesta através da exclusão dos moradores das vilas que permanecem em seus grupos e não mantêm relações próximas com os grupos da cidade (eles ficam juntos entre eles e isolados dos outros alunos).

As meninas do grupo rural que estão no 9º ano, por exemplo, afirmaram que sofriam preconceito quando chegaram à escola, no 6º ano, e os outros meninos deste mesmo grupo confirmaram isso. Entretanto, elas disseram que hoje se sentem integradas à escola, contando que os alunos da sala as aceitam e que elas não sofrem mais preconceito. Já os meninos não compartilharam desta posição e afirmaram que ainda são alvo de discriminações. As observações no ambiente escolar revelaram que, embora as meninas digam estarem integradas à escola, elas permanecem isoladas dos grupos mais jovens da cidade, seja em sala de aula, seja no recreio.

Os participantes do grupo urbano também falaram sobre as formas desse preconceito, exemplificando como os jovens das comunidades são tratados. Um deles disse que eles são chamados de “morenos” (menina urbana 1) e outro relatou um fato que eles disseram acontecer com frequência: “que nem as meninas que estudam na minha sala, elas num tem... mal cheiro debaixo do braço, mas tem algumas que tem, e às vezes chega a ser insuportável e aí fala (...) [os outros falam] que é da roça, tem ‘cc’” (menino urbano 2).

Uma jovem do grupo rural também ilustrou o preconceito contando os nomes que os jovens das vilas são apelidados: “brioso”, “niguim” (menina rural 2), referindo-se a formas depreciativas de tratamento e discriminação racial. O preconceito territorial também pode ser ilustrado pela forma como as comunidades são referidas pelos outros grupos na escola. Como descrito por uma jovem do grupo rural: “eles dizem que zona rural é pobre, que não tem lugar pra passear (...) é feio (...) lugar horrroso” (menina rural 1). O próprio nome dado à Vila Domingos reflete esse tipo de discriminação. Ela era e ainda é chamada por grupos externos não só da cidade, mas também por comunidades rurais vizinhas de “Buraquinho”. Sobre isso, uma jovem de lá se defende: “aqui é a Vila. Eu não sou formiga, porque chamam meu lugar de buraquinho?” (menina rural 2).

Um aspecto interessante em relação aos apelidos preconceituosos dados aos jovens rurais pelos grupos urbanos é que muitas vezes esses mesmos apelidos são

usados dentro do próprio grupo rural, como forma de tratamento entre eles. Assim, o que se percebe é que quando o apelido vem daqueles considerados pares ou iguais, ele deixa de ser mal visto ou sinônimo de preconceito. Mesmo que seu conteúdo seja reconhecido como pejorativo, sua interpretação muda de acordo com o vínculo que se tem com aquele que o chama pelo apelido. Dessa forma, ‘mexer’ entre amigos pode, mas apelidos trocados entre integrantes de grupos distintos torna-se um ato ofensivo. A noção de grupo aqui desenvolvida para considerar alguém como pertencente ao mesmo grupo ou ao grupo externo, vinculação que influenciará a interpretação dos apelidos como brincadeiras ou como preconceito, é dada pela diferenciação campo/cidade e não há diferenciação dentro do grupo rural, todos se sentem parte de um mesmo grupo.

Esse preconceito e as brincadeiras são reconhecidos pelos dois grupos como sendo mais direcionados aos alunos das vilas do que aos alunos da cidade. Os apelidos pelos quais eles se denominam e que são interpretados como carinhosos ou como brincadeira são: “Tinga” (referente a um jogador de futebol negro que já foi alvo de racismo) e “macaco”. Outro exemplo disso é a forma como os meninos das comunidades falam com as meninas a respeito dos seus cabelos, dizendo que elas não podem ver um “cabelo bom”, insinuando com isso que o cabelo delas é o oposto, ou seja, crespo, mas que é compreendido como sendo um cabelo ruim.

Apesar de existir distinção entre os conceitos “preconceito” e “discriminação”, essa diferenciação não é feita aqui por priorizarmos a expressão dos sujeitos da pesquisa de forma literal. Sendo assim, utilizamos apenas a palavra preconceito, que é utilizada pelos jovens, mas seu significado teórico equivale ao conceito de discriminação de Tajfel (1982), que se refere às ações com o intuito de menosprezar o outro grupo tomando para isso um estereótipo negativo do mesmo.

4.5- A fofoca, as normas sociais e o desejo de liberdade

A fofoca, aspecto considerado negativo por ambos os grupos, e citado no censo, foi um tema muito presente e discutido. Notou-se que a opinião dos outros é muito importante para os mais jovens e representa, ao mesmo tempo, um

incômodo por se associar ao hábito comum em cidades pequenas e áreas rurais de controle social (Fonseca, 2000; Trindade, 2005). Assim, o fato de todos serem conhecidos e de normalmente essas localidades terem uma tradição cultural e religiosa rígidas, pesa muito para os jovens da pesquisa. Alguns gostam e outros não do fato de se conhecer todo mundo da cidade ou da comunidade. Os que vêem isso como um aspecto positivo, alegam que a violência é menor, uma vez que as pessoas são conhecidas e a confiança nelas é maior e, também, porque gostam de cumprimentar todo mundo na rua. Acham, inclusive, estranho e ruim o que acontece nas cidades grandes, onde se reconhecem como um desconhecido e assim também as pessoas ao seu redor. O problema em tudo isso, reconhecido por todos do grupo urbano, é que a fofoca surge justamente porque as pessoas se conhecem e querem opinar e participar da vida de todos. Como um adolescente afirmou: “a única coisa que não é pequena aqui em São Brás é a língua do povo...” e disse ainda que “o problema da cidade pequena é que você tem que fazer pra você agradar as pessoas que estão a sua volta e não ocê fazer pra se agradar.” (menino urbano 2)

Sendo assim, os adolescentes e jovens trazem com eles um desejo de liberdade, de fazer suas atividades, aquilo de que gostam, mas se vêem presos ao que os outros dizem e mesmo que carreguem consigo o discurso do “eu não me importo com o que os outros pensam de mim” (fala constante de todos), são afetados pelos comentários gerados caso fujam à regra ou convenção social. Eles sofrem ainda por serem dependentes dos pais a quem devem obediência, tendo que aceitar certos hábitos e deixar outros porque para a geração dos seus pais é ainda mais importante o que os outros pensam.

Essa temática é, portanto, um aspecto comum dos dois grupos (rural e urbano) e gera incômodo e insatisfação, independente do território em que acontece. Como disse uma adolescente: “Eu odeio isso. Porque meio que oce se priva de ser feliz, de fazer as coisas que oce gosta, por que? Porque oce fica, ah, o que que será que as pessoas vão pensar de mim?” (menina urbana 2).

4.6 - Perspectivas de futuro

Outra temática que emergiu nos grupos diz respeito aos sonhos para o futuro em que estudar aparece como condição necessária para se alcançar as profissões almeçadas por eles. Mesmo para os adolescentes e jovens rurais que mostraram um desejo de permanecer no campo, os estudos e, com isso, a necessidade de morar na cidade, se colocou como fundamental. As profissões desejadas por eles foram várias, sendo que cada participante citou mais de uma opção. Observou-se que as profissões ditas inicialmente diziam respeito a áreas menos comuns no contexto e região dos mesmos. No entanto, ao longo da discussão, opções mais concretas foram sendo mencionadas.

Assim, as escolhas iniciais do grupo rural foram: piloto de aeronáutica, fuzileiro naval, ajudante de um cantor sertanejo famoso e trabalhar viajando pelo mundo. As opções que apareceram depois foram: trabalhar em empresas siderúrgicas da região (dois participantes citaram cada um uma empresa), alguma função na área de informática, ser médica, advogada, polícia civil, polícia militar, professor de capoeira e karatê. Todos os participantes deram mais de uma opção profissional, por exemplo, viajar pelo mundo, ser advogada e policial civil, outra afirmou querer ser médica, trabalhar com informática, na área da mineração, lavando caminhões como o pai e ser ajudante de cantores sertanejos, outro disse querer ser policial e professor de capoeira e karatê e outro disse querer trabalhar como fuzileiro naval, na aeronáutica ou como funcionário da empresa Vale. Percebemos um misto de projetos mais do âmbito da fantasia e dos sonhos com projetos mais reais, ancorados em experiências de familiares e conhecidos. Em nenhuma das profissões desejadas, o caminho se dá com a permanência deles nas comunidades, revelando que as representações que se tem de rural e urbano normalmente desvalorizam o campo como local de trabalho, levando os adolescentes e jovens a buscarem funções urbanas, embora haja um desejo reconhecido e ambivalente de permanência no campo (Bonomo & Souza, 2010).

Já em relação ao grupo urbano, os projetos profissionais mencionados foram: cursar biologia; fazer psicologia ou ser mergulhadora; ser professor de matemática ou de história; e uma das participantes disse estar muito indecisa entre as profissões de arquiteta, engenheira, psicóloga e administradora. Aquele que escolheu ser professor foi muito criticado pelos colegas que afirmaram que essa é

uma profissão difícil e desvalorizada. Interessante ressaltar que o movimento aqui foi contrário ao que aconteceu com os alunos das comunidades rurais. Os alunos de São Brás do Suaçuí inicialmente escolheram profissões mais próximas da realidade, como cursar biologia, psicologia e depois passaram a dar voz aos seus sonhos, como o de ser mergulhadora e ser prefeito ou presidente.

5. Conclusão

Notamos que as relações intergrupais que se desenvolvem entre as vilas e o município de São Brás do Suaçuí objetivadas pelas relações entre os adolescentes e jovens revelaram processos de comparação e diferenciação social presentes principalmente pela necessidade, a todo o momento, de diferenciar as duas localidades e os grupos que possuem vários pontos de identificação.

Essa semelhança, proximidade e identificação entre os espaços rural e urbano analisados pôde ser percebida através de algumas percepções dos integrantes dos grupos como, por exemplo, a noção de perto e longe. Eles destacaram, por exemplo, que no campo tudo é longe e mais difícil e na cidade tudo é perto. Essa constatação nos permite deduzir que a referência de cidade que eles comunicam é a de centros urbanos menores, onde tudo é realmente próximo, bem diferente do que acontece nos grandes centros. Dessa forma, essa noção de cidade para eles é muito próxima da noção de facilidade do rural e reafirma esse como um dos pontos de identificação entre os territórios.

Os dados colhidos apontaram características que mais revelaram a valorização do espaço urbano em detrimento do rural e pouco se percebeu do movimento emergente de valorização do campo, diferente do que trouxe a literatura (Alencar, 2007; Carneiro, 1998a; Carvalho *et al.*, 2009, Martins, 2003).

Nesse sentido, ainda que haja incentivo, por exemplo, para as festas na cidade de São Brás do Suaçuí em especial aquelas de cunho rural, o valor que é dado a esse espaço não muda muito. Esse rural das festas de exposição de gado ou das chamadas festas do produtor rural, pouco tem de rural. São festas, como vimos em outros estudos (Gonçalves, 2005; Moreira, 2003; Oliveira, 2003), organizadas com fins de lucro, onde o rural que se destaca não é o do agricultor, ou do modo

de vida no campo, mas um rural globalizado, em que estão presentes as músicas sertanejas e uma culinária específica associadas ao campo e que, por isso, trazem uma boa arrecadação aos seus organizadores. Sendo assim, o rural que precisa ser valorizado é aquele das populações rurais, com sua cultura, hábitos e tradições e que necessita de investimentos públicos para oferecer condições satisfatórias de vida à sua população, mas sem tornar seu espaço mera cópia das cidades.

Percebemos que os aspectos destacados como positivos no campo estão normalmente associados às relações pessoais de amizade, união, solidariedade e de forte vínculo estabelecidas entre os moradores. Já os aspectos negativos do campo, assim como os aspectos positivos e negativos da cidade concentram-se mais nos termos estruturais/materiais de cada espaço. No caso do campo, há falta de recursos, oportunidades de formação e profissionalização e de opções de lazer. Já a cidade, oferece o acesso a tudo isso (pontos positivos), mas o problema está na falta de qualidade de vida, problema não associado à cidade de São Brás do Suaçuí que por ser de pequeno porte, se aproxima, também neste quesito, do campo.

Por fim, os grupos rurais, enquanto minorias sociais, mostraram, pela análise de suas relações com os grupos urbanos, as dificuldades que enfrentam para manterem-se como grupo. Assim, apesar do rural permanecer desvalorizado quando consideramos as representações que se têm de cada espaço, deve-se destacar o movimento identitário de cada grupo analisado, especialmente do rural em buscar destacar um maior número de características positivas para o seu grupo, exemplificando o fenômeno de comparação social e valorização do próprio grupo em detrimento dos grupos externos (Bonomo & Souza, 2013b, Deschamps & Moliner, 2009; Tajfel 1983b).

10. DISCUSSÃO

10.1 - O papel complementar dos dois estudos

O Estudo 1 possibilitou ilustrar o que a literatura nos apresenta sobre o rural, especialmente sobre as dificuldades desse meio. O censo apresentado nesse estudo nos permitiu conhecer de que rural estamos falando, uma vez que acreditamos na importância da identificação das especificidades de cada rural. Além disso, permitiu identificar a cidade de São Brás do Suaçuí como sendo a cidade referência das comunidades e propiciou contato suficiente com a comunidade para perceber suas práticas, comportamentos, vinculações e opiniões, o contato íntimo entre os grupos rurais e com a cidade de referência, compreendendo o contexto de onde surgem as representações de rural e urbano. Tal construção de relação de referência se dá ainda que o município de São Brás do Suaçuí também goze de características que podem ser vistas como rurais, tais como, o número de habitantes.

Como afirma Jodelet (2009), o sujeito é ativo na elaboração das representações e conhecer seu contexto se torna fundamental para perceber de onde este sujeito articula suas opiniões e ações. Assim, identificar de onde ‘fala’ a comunidade, ou seja, saber que as vilas em estudo têm uma constituição rural, uma vez que ali predomina o êxodo urbano-rural, que a maioria da população que veio de fora, veio de centros urbanos, que muitos saíram das comunidades para trabalhar e retornaram após a aposentadoria e que atualmente a população é constituída por pessoas que nunca moraram na cidade e nem pretendem, dá um sentido especial para a interpretação de suas representações. Tudo isso auxilia na compreensão das estratégias de enfrentamento da hegemonia urbana, mostrando que de fato as comunidades se constituem como um grupo social com forte vínculo de pertencimento ao meio rural. Além disso, puderam ser observadas nesse estudo, as representações que explicitam as formas de relação entre as comunidades, compreendendo seu papel de proteção identitária.

O Estudo 2, em complementação à análise das relações entre rural e urbano, discutiu os dados de dois grupos focais que permitiram exemplificar como essas

dinâmicas relacionais acontecem entre grupos jovens rurais e urbanos. A teoria da Identidade Social contribuiu também na compreensão da necessidade de confirmação, pelo outro, da própria identidade, dos mecanismos de identificação e diferenciação e também para melhor entender a presença de representações hegemônicas baseadas em estereótipos e os mecanismos de defesa dos grupos alvos das discriminações.

Este trabalho favorece ainda a problematização de crenças sobre o rural, ou seja, a discussão sobre aspectos do rural que são positivos, como os vínculos de solidariedade das populações do campo, ao mesmo tempo em que reconhece seus pontos negativos não como características cristalizadas, mas como fruto do descaso de políticas públicas.

Questionar representações falsas e preconceituosas, ainda que hegemônicas, e valorizar o senso comum é uma das propostas que Jodelet (2009) defende enquanto objetivo principal das pesquisas de representações sociais, e que endossamos nesta investigação. As formas de enfrentamento das dificuldades também podem ser entendidas como formas de resistência de um grupo para continuar existindo como tal. Outras estratégias de enfrentamento e permanência no grupo rural são a não aceitação dos padrões de desigualdade, reinterpretando as características do seu grupo de forma que a adoção de representações, na maioria das vezes emancipadas, os diferenciem positivamente em relação ao grupo urbano (Tajfel, 1983a).

Da mesma forma, conhecer a identidade social de um grupo e a inserção grupal do indivíduo é crucial para o entendimento das representações sociais dos sujeitos. A análise dos processos identitários permitiu compreender uma situação intergrupo através do acesso às comunidades e possibilitou observar as oposições entre os grupos rurais e o grupo urbano, dinâmica que acontece via processos de comparação e diferenciação.

Os conflitos percebidos nas relações entre os grupos em análise são parte de um processo de constituição identitária para que os grupos se mantenham distintos e não cindidos (Bonomo & Souza, 2010; Tajfel, 1983a, 1983b). Um exemplo disso foram as formas de diferenciação positiva já descritas e caracterizadas pelo

aumento das diferenças frente aos grupos externos e a promoção das semelhanças internas.

Pudemos apreender o funcionamento de estereótipos, como mecanismo de diferenciação e ao mesmo tempo de constituição identitária, resultando em atitudes preconceituosas ou discriminativas, por exemplo, do grupo urbano para com o grupo rural (Deschamps e Moliner, 2009;Tajfel, 1983b)

Em contrapartida, o estereótipo também surge como recurso de proteção ao propiciar a elevação de características positivas do grupo de pertença. Tal fenômeno pôde ser visto nos grupos focais e durante a realização do censo, quando, por exemplo, a comunidade da Vila Domingos fez uso do recurso da comparação social, diferenciando-se positivamente das demais comunidades e da cidade e colocando os grupos de comparação em desvantagem. Ao mesmo tempo, os respondentes de tal comunidade foram os que mais declararam ser alvo de processos discriminativos e de exclusão social. A comunidade de Vila Domingos parece assumir o papel de gueto, conceito de Tajfel (1983b), por tratar-se de uma população alvo de discriminações e que se fecha internamente com o objetivo de se proteger e se manter segura.

Os Estudos 1 e 2 se complementam ainda uma vez que os diferentes grupos de respondentes, sejam eles representantes das famílias ou adolescentes e jovens em idade escolar, nos forneceram elementos complementares relativos aos aspectos positivos e negativos da realidade estudada, bem como, sobre a percepção das características dos exogrupos, e assim pudemos por meio de fontes diversas ampliar a compreensão do cenário.

Desta complementaridade surgiram duas questões temáticas que descreveremos a seguir de forma a articulá-las nos dois estudos.

10.2 - Papel das mulheres: tradição e mudanças

Pudemos perceber durante a realização do censo a presença da divisão tradicional de papéis de gênero, em que a mulher é reconhecida apenas no espaço doméstico, onde seu papel está naturalizado, embora exerça várias outras funções não legitimadas como femininas. Ao homem é dada a função, e principalmente o status de provedor e é ele quem detém o poder, mesmo que as mulheres tenham

um papel mais atuante na organização e estruturação das comunidades, e na organização do cotidiano familiar. Além disso, vem ocorrendo uma ascensão da mulher no que diz respeito à sua participação em funções que não as domésticas. Vimos que são as próprias mães que apoiam a mudança de papéis tradicionais na socialização das filhas o que simboliza uma luta contra uma divisão de papéis historicamente estabelecida (Gianordoli-Nascimento, Oliveira, Cruz, Freitas, Reis, Santos & Mendes, 2015; Motta, 2004; Rodrigues & Yannoulas, 1998 e Torres, 2004). Esse aspecto confirma o dado extraído de pesquisas como a de Carneiro (1998a) sobre o valor que as famílias dão à educação, reconhecendo-a como o caminho principal e único de ascensão social.

Essa divisão social dos papéis apareceu também nos grupos focais, através dos quais pudemos ter acesso às rotinas das famílias descritas pelos próprios participantes dos grupos e por meio das discussões trazidas por eles, por exemplo, dos planos de futuro e dos desejos em relação à carreira. Vimos que as comunidades ainda mantêm a divisão tradicional de papéis, de forma que as meninas dos grupos ainda são aquelas que ajudam ou são as responsáveis pelo serviço doméstico. No entanto, a mudança vem acontecendo, pois suas famílias colocam como prioridade o estudo e as funções que desempenham nas tarefas de casa são no máximo concomitantes a ele. Nos planos futuros das adolescentes, por exemplo, aparecem funções de status social elevado ou que antes eram desempenhadas apenas pelos homens. As meninas não fazem planos de futuro como donas de casa ou profissionais de serviço doméstico, também almejam a saída para o mercado de trabalho, e neste sentido identificamos uma ambiguidade no que se refere ao desejo de manter-se no campo e o sucesso profissional (Gianordoli-Nascimento *et. al.*, 2015; Motta, 2004; Rodrigues & Yannoulas, 1998 e Torres, 2004).

Esse momento de ascensão social das mulheres parece ser fruto do movimento do próprio grupo, por exemplo, das mães, normalmente as chefes de família, que autorizam suas filhas a conquistarem outros espaços fora do universo doméstico/familiar. Acreditamos que este aspecto possa ser investigado em oportunidades futuras, uma vez que, como vimos, as pesquisas sobre juventude falam de uma juventude urbana e masculina e esses movimentos de ascensão da

mulher rural, como o identificado aqui, não aparecem (Castro, 2009; Carneiro, 1998a; Menandro *et. al.*, 2010). Isso poderia trazer também aprofundamentos sobre a questão da mulher como importante agente de mudança social e de ação política, uma vez que como identificado aqui, elas possuem um papel fundamental em vários segmentos, são líderes e articuladoras, cuidam da organização de muitos espaços (familiar e social, público e privado), mas não são protagonistas nas investigações no meio acadêmico e menos ainda no social (Gianordoli-Nascimento *et. al.*, 2015; Motta, 2004; Rodrigues & Yannoulas, 1998 e Torres, 2004).

10.3 - Análise das dinâmicas relacionais entre os grupos rurais e urbanos

Foi possível analisar as três dinâmicas relacionais entre as vilas rurais e a cidade, previstas nos objetivos desta pesquisa. A primeira delas foi a relação entre a população da Vila Domingos (NÓS) e a população do Mato Dentro e Caeté (ELES). Como apresentado, esse processo de diferenciação aparece quando as vilas são avaliadas nas relações que mantêm entre elas. A discriminação, por exemplo, foi mencionada pelos moradores da Vila Domingos, que se dizem alvo de comentários racistas e depreciativos vindos dos moradores das outras vilas. Além disso, essa diferenciação apareceu ao descreverem as pessoas do grupo próprio por meio de características positivas (amizade, bondade, solidariedade) e as pessoas dos grupos externos com características negativas (pessoas ruins, que fazem fofocam, mal julgamento e provocam brigas). Nas relações entre as comunidades do Mato Dentro e Caeté, notou-se também a presença da comparação talvez devido à vontade de que o grupo de pertença concentre um maior número de recursos (por exemplo, a Igreja e o centro de saúde do território ficam na região do Mato Dentro, mas o único armazém de que as três vilas dispõem está na área do Caeté).

Outro processo de diferenciação ganha cena quando o grupo das três vilas se une em oposição ao grupo da cidade, passando a ocorrer a diferenciação entre urbano e rural. Assim, esta segunda dinâmica relacional nos traz a oposição entre Mato Dentro, Vila Domingos e Caeté, representando a categoria comunidade rural

(NÓS), e São Brás do Suaçuí, representando a cidade (ELES). Assim, a discriminação dos grupos jovens urbanos para com os grupos rurais pôde ser percebida tanto através da análise dos grupos focais quanto a partir das entrevistas com a utilização de roteiro semiestruturado aplicada a esses grupos e durante a realização do censo. As representações sobre as pessoas do meio rural e especificamente vindas daqueles que estudam na escola da cidade e que participaram dos grupos focais mostraram-se repletas de manifestações discriminatórias em relação à raça e ao território rural. Já os moradores das vilas que também responderam ao roteiro não disseram receber tal tratamento discriminatório por parte da população de São Brás do Suaçuí, afirmando ao contrário, que sempre foram bem tratados por eles. Deste modo, a juventude no espaço escolar se mostrou como um meio precioso de acesso a dinâmicas que não poderiam ser notadas com os demais respondentes.

Os grupos rurais e urbanos mostraram vários aspectos de identificação entre eles. Esta semelhança nas características de rural e urbano, que justifica processos marcados de diferenciação, pode ser exemplificada a partir dos dados seguintes: falta de recursos que devem ser buscados em outros locais; presença da fofoca nos dois ambientes; tranquilidade; maior segurança nesses espaços; maior qualidade de vida; maior proximidade entre as pessoas. Sendo assim, os grupos tiveram que encontrar estratégias para se diferenciarem dentro da semelhança. A intensidade das características foi o principal recurso de diferenciação utilizado. Um recurso secundário foi o de tentar especificar cada uma das características comuns aos dois espaços/grupos de forma a encontrar particularidades para cada grupo de forma que eles se diferenciasssem. Por exemplo, a qualidade de vida para o grupo rural foi caracterizada por componentes tradicionalmente vinculados ao rural, tais como, o contato com a natureza, o consumo de alimentos mais naturais, o ar puro (Abramovay, 2000; Campos, 2007; Carneiro, 1998; Gonçalves, 2005; Moreira, 2003; Nóvoa & Fressato, 2007; Oliveira, 2003). O grupo urbano, da mesma forma, buscou elencar pontos da mesma categoria “qualidade de vida” que estivessem mais associados à cidade do que ao campo (presença de recursos mínimos de sobrevivência e mesmo assim ter tranquilidade).

Ainda assim, o que de fato conseguiu diferenciá-los foi a intensidade das características, pois muitas vezes as tentativas de diferenciar cada categoria tornando-as próprias de cada meio acabavam na questão da intensidade das características, que foi o que conseguiu criar, manter e fortalecer a oposição entre os grupos. Para o grupo rural, dessa forma, o campo é mais tranquilo, as relações são mais próximas, a liberdade e a segurança são maiores e a qualidade de vida também é melhor que na cidade de comparação. Para o grupo urbano, a cidade de São Brás do Suaçuí tem mais recursos para a sobrevivência, mais oportunidades de emprego e formação profissional, mais opções de lazer e do que fazer. Outro ponto de grande importância para os grupos e que por isso mesmo foi usado na comparação social foi a questão da fofoca. Ela chegou a ser usada como justificativa para quererem se mudar do meio urbano e como explicação para não quererem morar no meio rural. Assim, o grupo urbano considera que a fofoca é mais presente e maior no campo que na cidade.

A terceira e última relação engloba as vilas (Domingos, Mato Dentro e Caeté) e a cidade de São Brás do Suaçuí (NÓS), representando as regiões interioranas em oposição às grandes cidades ou capitais como Belo Horizonte/MG (ELES). Aqui, as semelhanças entre as regiões rurais e urbanas do interior foram reconhecidas e ressaltadas, através, por exemplo, das semelhanças entre seus aspectos positivos, tais como, a tranquilidade e a liberdade e entre seus pontos negativos, tais como, a falta de recursos e de oportunidades.

Esta terceira dinâmica, revelou que São Brás do Suaçuí é representante deste urbano composto de características peculiares, que em alguns momentos se aproxima das comunidades rurais passando eles, em conjunto, a identificar como outro, aquele das grandes cidades ou capitais.

Ainda nesta última dinâmica relacional, apareceu o desejo de mudança do espaço de origem manifestado principalmente nos grupos focais e pouco pelos respondentes do censo (moradores das vilas). Esse desejo, embora, às vezes, venha com a dúvida trazida pela filiação desses grupos às suas comunidades, é reconhecido como necessário para a realização do sonho profissional. Para outros, a necessidade de mudança não traz conflito, uma vez que para estes o estilo de vida do interior não agrada e o sonho de morar em grandes cidades reforça-se pela

necessidade de uma melhor formação educacional e de mais oportunidades de trabalho (Barros, 2004; Bonomo & Souza, 2013b).

Apesar disso, esta última relação em que o “nós” era representado pelas vilas e a cidade, em oposição a “eles” que seriam os grandes centros urbanos foi a dinâmica menos presente entre as vilas. A explicação para isso pode ser o fato dos grupos dos grandes centros estarem distantes do campo referencial do grupo rural (não existe um vínculo estabelecido entre eles). Sendo assim, o mecanismo de diferenciação não se torna necessário por não haver nenhuma tensão entre esses grupos. Para o grupo da cidade, a identificação com os grandes centros mostrou-se um pouco mais forte. Isso foi percebido, por exemplo, na ambiguidade presente entre os integrantes do grupo urbano em relação a migrar para os grandes centros ou permanecer na cidade interiorana de origem. Neste caso, há um desejo de sair misturado à necessidade de buscarem recursos e oportunidades melhores, principalmente no âmbito educacional/profissional, mas o mesmo sentimento de pertença ao meio de origem o que gera dúvida e dificuldade de decisão.

Talvez o que aconteça sejam pertencas psicológicas de ordem diferente, por exemplo, o grupo urbano se vincula no âmbito cognitivo aos grandes centros por sentir-se parte ou desejoso do que é oferecido lá, mas estão, ao mesmo tempo, vinculados afetivamente e valorativamente ao grupo ao qual pertencem (mesma dinâmica que acontece com os grupos rurais em relação à cidade).

Mais uma vez, ressaltamos a importância dos dois estudos no reconhecimento dessas dinâmicas e relações aqui descritas. Tanto a construção do censo quanto a realização dos grupos focais permitiram uma aproximação e o conhecimento das comunidades e dos grupos rural e urbano para realizar a análise de suas dinâmicas identitárias, com a ajuda de elementos representacionais sobre rural e urbano.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das características reveladas através da análise das características das três comunidades rurais (Estudo 1) e através da análise das dimensões relacionais entre os espaços rural e urbano (Estudo 2), destaca-se a importância do estudo dos temas “Ruralidade” e “Juventude Rural”, temáticas ainda pouco desenvolvidas no âmbito da psicologia social.

Pôde-se perceber também que os grupos rurais se constituem como “minorias sociais” (Tajfel, 1983a) em pelo menos três aspectos: racial, regional e socioeconômico, sofrendo inúmeras discriminações por causa disso. Os conteúdos, na maioria das vezes negativos, que acompanham o meio rural veiculam-se à ideia de que para evoluir esse espaço precisa urbanizar-se. Da mesma forma, essa desvalorização do rural é percebida quando analisamos elementos das representações sociais dos dois espaços. O que aparece é um desinteresse dos moradores da cidade em conhecer o campo e o reconhecimento pelos moradores rurais da necessidade de sair desse espaço para buscar meios de sobrevivência e sucesso, reforçando a ideia de que a realização só é possível de acontecer na cidade.

O que identificamos, portanto, é que políticas públicas precisam ser criadas de modo a melhorar as condições de vida no meio rural, dando a possibilidade da construção de representações e práticas positivas em relação a esse espaço. No entanto, tais políticas precisam ser pensadas para cada região, respeitando suas especificidades, suas tradições e cultura. Somente assim, acreditamos ser possível a criação de um rural positivo capaz de oferecer condições mínimas e agradáveis de vida, sem as quais sua comparação com o urbano é no mínimo desleal. Essa valorização se torna fundamental na medida em que oferece aos moradores desse território aspectos positivos com os quais possam identificar-se evitando com isso o que Tajfel (1983a) temia, a composição de grupos sociais em que as pessoas tivessem que conviver com uma “opinião desprezível de si próprio, venha ela de nós próprios ou das outras pessoas, (...) um problema psicológico sério” (p. 366), um problema na construção de uma imagem social positiva, sem a qual nenhum indivíduo consegue sustentar-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. (2000) Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo - Rio de Janeiro, (texto feito como produto do projeto de pesquisa: *Distribuição espacial da população brasileira: concentração versus descontração*, em execução pela Diretoria de Estudos Sociais do IPEA no âmbito do projeto REDIPEA).

ABRAMOVAY, R. (2005) “Juventude rural: ampliando as oportunidades”, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Ano 1, nº 1. Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>

ALBUQUERQUE, F. J. B. (2002). Psicologia Social e Formas de Vida Rural no Brasil - *Psicologia: Teoria e Pesquisa* - Vol. 18 n. 1, pp. 37-042.

ALENCAR, C. M. M. (2007) Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional Metropolitano - REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 109-126

AMÂNCIO, L. Identidade Social e relações intergrupos (2004). In: J. VALA; M. B. MONTEIRO. (Org.). Lisboa, Psicologia Social, Serviço de educação e bolsas Fundação Calouste Gulbenkian, 6ª ed., p. 387-409.

BALSADI, O. V. (2001) Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável, São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 1, p. 155-165.

BARROS, M. M. L. (2004) Do “mundinho” fechado ao universo quase infinito: negociando a saída de casa. Salvador, Caderno CRH, v.17, n.42, pp. 365-373.

BAUER, M. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: M. BAUER; G. GASKELL (eds.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, Vozes, p. 189-217.

BARDIN, L. (2009) Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 281p.

BONOMO, M.; TRINDADE, Z. A.; SOUZA, L.; COUTINHO, S. M. S. (2008) Representações sociais e identidade em grupos de mulheres ciganas e rurais. Lisboa, Psicologia, v.22(1), Edições Colibri, p. 153-181.

BONOMO, M.; SOUZA, L. (2010) (Orientador). Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES.

BONOMO, M.; SOUZA, L.; MELOTTI, G; PALMONARI, A. (2013a) Princípios organizadores das representações de rural e cidade. *Sociedade e Estado*, v.28 (1), p. 91-118.

BONOMO, M.; SOUZA, L. (2013b) Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. *Avances em Psicología Latinoamericana/Bogotá (Colombia)*, v.31(2), p. 402-418.

BRANDEMBURG, A. (2010) Do rural tradicional ao rural socioambiental; *Ambiente & Sociedade - Campinas* v. XIII, n. 2; p. 417-428

CAIADO, A. S. C. e SANTOS, S. M. M. S. (2003) Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais; *São Paulo em Perspectiva*, 17(3-4): p. 115-124

CAMARGO, R. A. L. e OLIVEIRA, J. T. A. (2012) Agricultura familiar; multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.42, n.9, p. 1707-1714.

CAMPOS, J. T. (2007) Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos - *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 589-606.

CARNEIRO, M. J. (1998) Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, p. 53-75.

CARNEIRO, M.J. (1998a) O ideal rurubano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Teixeira da Silva, F.C., Santos, R., Costa, L.F.C. (orgs.) *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, p. 95-118.

CARVALHO, D. M.; SANTOS, A. B., SOUZA JÚNIOR, J. P., FERRER, M. T. (2009) Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade. Apresentação Oral no Sobre 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre – RS.

CASTRO, C. V. S. (2005) A Mística de tornar-se jovem no MST - a experiência do I Curso de Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural. Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Seropédica. UFRRJ. Instituto de Ciências Humanas e Sociais; curso de pós-graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade. CPDA. Orientadora: Regina Ângela Landim Bruno; 142p.

CASTRO, E. G. (2009) Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez, juv* 7(1), p. 179-208.

DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. (2009) Os processos identitários. In: J. C. DESCHAMPS; P. MOLINER. *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais*. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, Vozes, p. 28-61.

FLICK, U. (2009) Entrevistas e discussões tipo grupos de foco. In: Introdução à pesquisa qualitativa. Capítulo 10. Tradução Joice Elias Costa, Porto Alegre, Artemed, 3ª ed., p. 124-136.

FONSECA, C. (2000) Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares – Ed. Universidade/UFRGS, 1. ed., Porto Alegre, 245p.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. & DIAS, M. M. (2012) Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas - Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro v.46, n.6, p. 1575-1597.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F., OLIVEIRA, F. C., CRUZ, J. P. D., FREITAS, J. C., REIS, D. B., SANTOS, T. L. A. e MENDES, B. G. (2015). Representações sociais de “ser mulher militante”: as imbricações entre geração e gênero na trajetória de militância de mulheres durante a ditadura militar brasileira – Memorandum, 28, p. 110-131.

GUIMARÃES, G. G. e MACEDO, J. G. (2011) Culturas juvenis: uma resignificação contemporânea. In: Antonio Ricardo Penha; Christiane Maraia C. C. Penha. (Org.). Reengenharia educacional. Rio de Janeiro: Livre Expressão, p. 1-18.

GONÇALVES, E. M. (2005) O folclore na mídia de massa: Globo Rural e aspectos folclóricos do homem do campo - Universidade Metodista de São Paulo; Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação –18p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Geografia. Sobre as “Regiões Rurais”. Recuperado em 21 de junho, 2015, Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_regioes_rurais.shtm

JODELET, D. (2009) O Movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. Brasília, Sociedade e Estado, v.24, n.3, p. 679-712.

LEI Nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 (2013). Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Casa Civil.

LIMA, A. G. (2010) Escolarização, Gênero e Projeto de Vida: O Discurso de Jovens Mulheres Rurais. São João Del Rei/MG. Dissertação de mestrado em Educação. Programade Pós-Graduação: Processos Socioeducativos e Práticas Escolares; Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique de Souza Gerken - Co-orientadora: Profa. Dra. Marília Novais da Mata Machado. 178p.

MARTINS, A. K. A. (2003) A Ruralidade da Ilha de Cotijuba: um olhar etnográfico. Belém, Lato & Sensus, v.4, n.1, p. 3-5.

MENANDRO, M. C. S. ; TRINDADE, Z. A. ; ALMEIDA, Â. M. O. (2010). Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência / juventude em textos jornalísticos. 1. ed. Vitória: GM / Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES, v. 1. 174p.

MILLWARD, L. J. Grupos Focais. (2010) In: BREAKWELL, G. M.; HAMMOND, S.; FIFE-SCHAW, C. & SMITH, J. A. Métodos de Pesquisa em Psicologia. Cap. 14, Penso, 3ª ed., p. 278-301.

MOREIRA, R. J. (2003) Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. Texto apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Unicamp, Campinas, São Paulo. Estudos Sociedade e Agricultura, 20, p. 113-143.

MOSCOVICI, S. (2004) O fenômeno das representações sociais. In: Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, Vozes, p. 29-109.

MOTTA, A. B. (2004). Gênero, idade e gerações – Caderno CRH, Salvador, 17 (42), p. 349-355.

NÓVOA, J. e S. FRESSATO (2007) Um Caipira Ingênuo E Malicioso Debocha Da Modernidade: Representações No Cinema De Mazzaropi - Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 187-203.

OLIVEIRA, L. L. (2003) Do Caipira Picando Fumo A Chitãozinho E Xororó, Ou Da Roça Ao Rodeio - Revista USP, São Paulo, n.59, p. 232-257

RODRIGUES, A. e YANNOULAS, S. C. (1998). Gener-idade: primeiras aproximações ao estudo do gênero na infância. Em Universidade Católica de Goiás. Vice- Reitoria para assuntos comunitários e estudantis. Estudos de gênero. Goiânia: Ed. UCG. N°7.

SÁ, C. P. (1998) A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais. Rio de Janeiro – EdUERJ, 110p.

SILVA, V. A. (2000) “Eles não têm nada na a cabeça...”: jovens do sertão mineiro entre a tradição e a mudança. Dissertação de mestrado. Orientador: Neusa Maria Mendes de Gusmão. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP; 188p.

SILVA, V. A. (2002) Jovens de um rural brasileiro: socialização, educação e assistência. Campinas-SP, Cad. Cedes, v. 22, n. 57, p. 97-115. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SOUZA FILHO, E. A. (1996) A dimensão grupal identitária na produção de representações sociais. In: C.M. Nascimento-Shulze (Org.). *Novas Contribuições para a Teorização e Pesquisa em Representações Sociais*. Florianópolis, Coletâneas da ANPEPP, 1 (10), p. 85-107.

TAJFEL, H. (1982). *Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em Psicologia Social*. Primeiro volume. Livros Horizonte LTDA, Lisboa.

TAJFEL, H. (1983a). *Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em Psicologia Social*. Segundo volume. Livros Horizonte LTDA, Lisboa.

TAJFEL, H. (1983b) *Categorização social, identidade social e comparação social*, In: *Grupos Humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social*. Lisboa, Livros Horizonte, 2º vol., p. 289-303.

TRINDADE, Z. A. (2005) *Comunicação e Socialização do conhecimento: o boato e a fofoca como objeto de pesquisa da Teoria das Representações Sociais*. In: Denise C. Oliveira; Pedro H. F. Campos (orgs.). *Representações Sociais: uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro. Editora do Museu da República, p. 85-98.

TORRES, A. (2004). *Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero – Caderno CRH*, Salvador, 17 (42). pp. 405-429.

VALA, J. (1999) *A análise de conteúdo*. In: A. S. SILVA; J. M. PINTO (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto, Edições Afrontamento, p. 101-128.

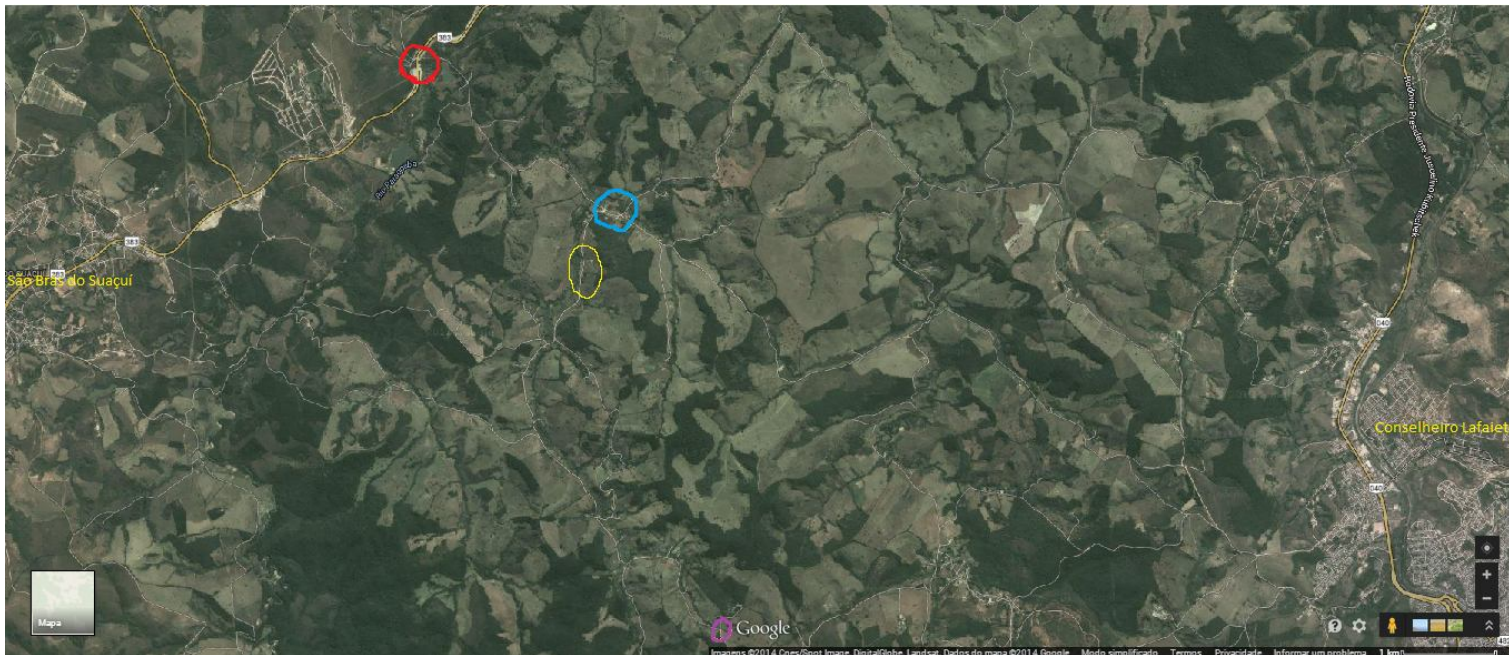
VALA, J. (2004) *Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano – Capítulo XIV*. In: J. VALA; M. B. MONTEIRO. (Org.). Lisboa, *Psicologia Social, Serviço de educação e bolsas Fundação Calouste Gulbenkian*, 6ª ed., p. 457-502.

VEIGA, J. E. (2004) *Destinos da ruralidade no processo de globalização*. São Paulo, *Estudos Avançados*, v18 n51, p. 51-67.

WANDERLEY, M. N. B. (2000) *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, p. 87-145.

ANEXOS

ANEXO 1 – Comunidades do Mato Dentro, Vila Domingos e Caeté (áreas rurais do município de Conselheiro Lafaiete – MG) em relação aos municípios vizinhos de São Brás do Suaçuí - MG e Conselheiro Lafaiete - MG



LEGENDA:

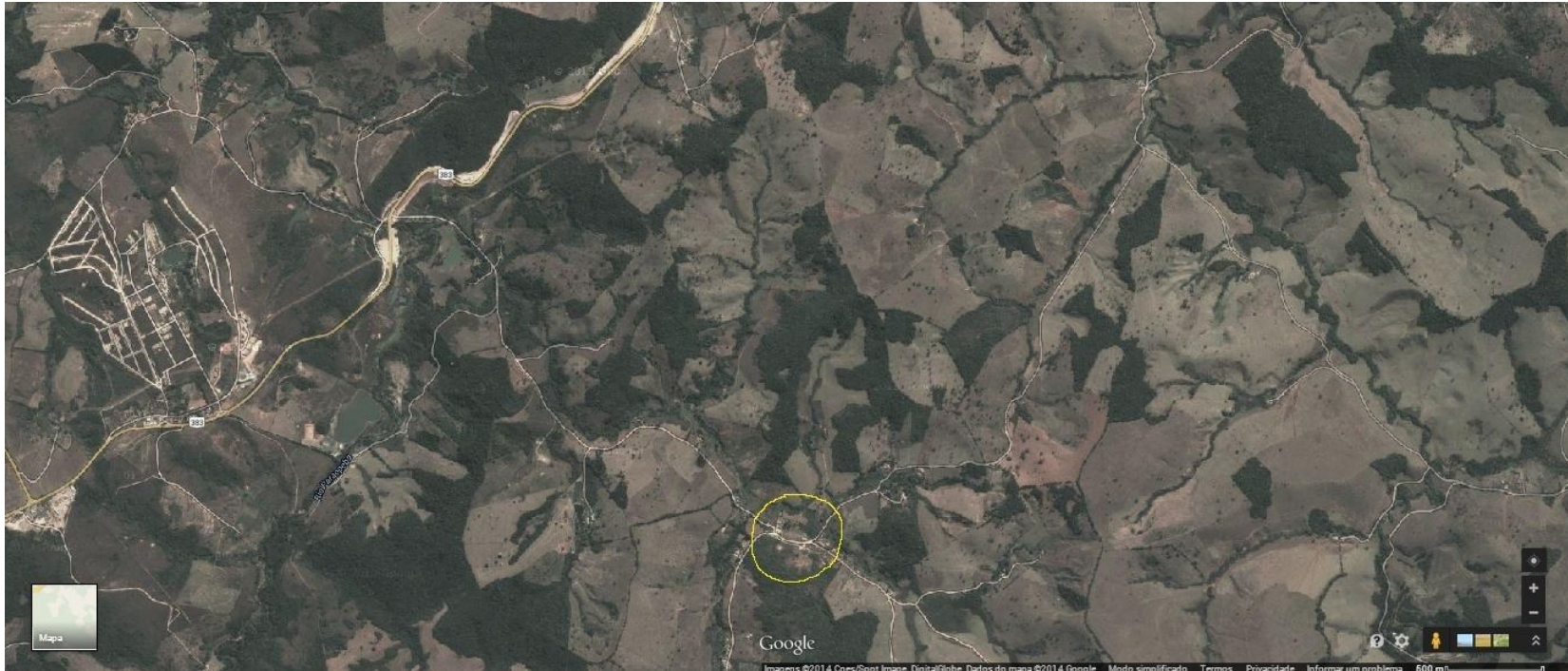
Círculo vermelho: Entrada pela MG-383 para as comunidades rurais de Mato Dentro e Caeté

Círculo azul: área central de Mato Dentro (onde localizam-se o prédio com a escola e o centro de saúde, o campo de futebol de várzea e a Igreja católica)

Círculo amarelo: Vila Domingos

Círculo roxo: final da comunidade rural do Caeté

ANEXO 2 – Região central das vilas rurais em relação à MG-383



LEGENDA:

Linha amarela: MG-383

Círculo amarelo: Região central de Mato Dentro onde estão localizados a Igreja católica, o campo de futebol de várzea e o prédio onde funcionam a escola e o centro de saúde.

ANEXO 3 – Região central de Mato Dentro e algumas casas da comunidade (zona rural do município de Conselheiro Lafaiete – MG)



LEGENDA:

Amarelo: Escola e centro de saúde (mesmo prédio)

Laranja: Igreja de Nossa Senhora de Fátima

Azul: Campo de Futebol de várzea

ANEXO 4 – Região central do Mato Dentro em relação à Vila Domingos, áreas rurais do município de Conselheiro Lafaiete - MG**LEGENDA:**

- X:** região central de Mato Dentro (onde localizam-se o prédio da escola e do centro de saúde, a Igreja católica e um campo de futebol de várzea)
- X:** Vila Domingos

ANEXO 5 – Região da Vila Domingos/área rural do município de Conselheiro Lafaiete - MG**LEGENDA:**

Tracejado amarelo: Vila Domingos

ANEXO 6 – Comunidade do Caeté/área rural do município de Conselheiro Lafaiete - MG**LEGENDA:**

Toda a região da comunidade rural do Caeté.

ANEXO 7 - Roteiro de entrevista/Censo Comunitário

PARTE I

FORMULÁRIO GERAL – FAMÍLIA

Território: _____ Família: _____

Número de membros: _____ (Se migraram) De onde vieram?
_____() Z. Rural () Z. Urbana Há quanto tempo moram na
comunidade? _____ Por que vieram para esta comunidade?_____

pertencente a este lugar?Atividade econômica da família: 1^a:_____ 2^a:_____ 3^a:_____ [ordem de
importância]

Renda familiar aproximada: _____ Afiliado ao sindicato rural? S () N ()

Casa própria? _____ Número de cômodos: _____ Geladeira: _____ Fogão a gás: _____

Fogão a lenha: _____ Freezer: _____ Televisão: _____ Dvd player: _____ Telefone/celular:
_____ Carro: _____ Trator: _____ Outros:

_____O que produz para a subsistência da família? _____

_____O que produz para a comercialização? _____

_____O que é mais difícil/complicado na vida de quem mora na roça?

_____O que você acha mais importante na comunidade?

Atividades na comunidade durante a semana: _____

Atividades na comunidade durante o final de semana: _____

Grupos existentes na comunidade: _____

Quais as festas/comemorações que existem na comunidade? _____

Tipo de comida? _____

Quais tipos de música você gosta? _____

Existe Centro de saúde: _____ Sistema escolar: _____

Assistência pública na agricultura: _____ Acesso ao Hospital (como é): _____

Você se preocupa em preservar o MA? _____ O que você faz? _____

Você utiliza remédios caseiros? Se sim, quais? _____

Outras informações sobre a comunidade/família que queira dar: _____

**CENSO COMUNITÁRIO RURAL
PARTE II**

DADOS GERAIS – MORADORES

Nome	Relig.	Idade	Sexo		Loc. Fam.	Etnia	Est. Civil	Escol.	Escola rural?	Profissão	Loc. Nasc.	Áreas urbanas?		Mora na casa?	Mora na com.?	Pertence à comunidade? (perguntar a cada um)
			Já morou?	S								N				
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			
			F	M								S	N			

Conhece pessoas da família ou da comunidade que atualmente vivem em área urbana? (nome, telefone, etc.)

ANEXO 8 - Questionário (para os alunos da escola e famílias das comunidades)

Nome completo:

Data:

Idade:

Sexo: () M () F

Estado civil:

Filhos:

Religião:

Série matriculada:

Onde moro?

Quantas pessoas moram na minha casa? Quem são e qual idade de cada um?

Como venho para a escola? _____

Que horas saio de casa e que horas eu volto? _____

A) O que você pensa, sente, imagina quando eu falo São Brás do Suaçuí:

1. _____ () positivo () negativo
2. _____ () positivo () negativo
3. _____ () positivo () negativo
4. _____ () positivo () negativo
5. _____ () positivo () negativo

Por que você acha que São Brás do Suaçuí é assim?

B) O que você pensa, sente, imagina quando eu falo Mato Dentro/Caeté:

1. _____ () positivo () negativo
2. _____ () positivo () negativo
3. _____ () positivo () negativo
4. _____ () positivo () negativo
5. _____ () positivo () negativo

Por que você acha que o Mato Dentro/Caeté é assim?

C) O que você pensa, sente, imagina quando eu falo pessoas de São Brás do Suaçuí:

1. _____ () positivo () negativo
2. _____ () positivo () negativo
3. _____ () positivo () negativo
4. _____ () positivo () negativo
5. _____ () positivo () negativo

Por que você acha que elas são assim?

D) O que você pensa, sente, imagina quando eu falo pessoas de Mato Dentro/Caeté:

1. _____ () positivo () negativo
2. _____ () positivo () negativo
3. _____ () positivo () negativo
4. _____ () positivo () negativo
5. _____ () positivo () negativo

Por que você acha que elas são assim?

Três coisas boas do rural: _____

Três coisas boas da cidade: _____

Três coisas ruins do rural: _____

Três coisas ruins da cidade: _____

ANEXO 9 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezado (a) Sr. (a),

O(A) seu(sua) filho(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **Nós e Eles –Configurações de um rural particular: análise de elementos representacionais e processos identitários em três vilas rurais e um município do interior de Minas Gerais.**

A pesquisa tem como objetivo compreender as relações entre os jovens que moram nas comunidades do Mato Dentro e Caeté e os jovens que moram em São Brás do Suaçuí, a fim de identificar como os jovens percebem seu espaço (urbano ou rural) e como percebem o espaço do outro, diferente do seu. Para isso, vamos fazer perguntas sobre como é para eles morar na cidade ou no meio rural e como acham que é morar no outro espaço. As perguntas buscarão identificar também se os jovens percebem diferença entre os dois grupos (rural e urbano) na vivência na escola. Essas perguntas serão feitas em um único momento, onde os jovens estarão em grupos com outros adolescentes com o perfil semelhante ao deles. A participação é totalmente voluntária e não será remunerada. Ainda é importante esclarecer que seu(sua) filho(a) poderá se recusar a participar do estudo a qualquer momento, sem precisar se justificar e sem sofrer nenhum prejuízo por desejar sair da pesquisa.

Os grupos e os conteúdos relatados durante ele poderão ser gravados, de acordo com o seu consentimento e o dele(a), ou então, serão registrados por escrito. Todas as informações geradas nessa pesquisa (gravações, registros e transcrições) ficarão armazenadas no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por um período mínimo de 02 anos, sob inteira responsabilidade da professora responsável por essa pesquisa, Prof^a. Dr^a. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento. Somente os resultados do conjunto das entrevistas em grupos, sem a identificação pessoal de nenhum dos jovens, serão divulgados em congressos e em revistas científicas, e tanto os participantes quanto seus respectivos responsáveis poderão ter acesso a eles se assim o desejarem. Colocamos também a sua

disposição o projeto de pesquisa, para que possa ler e se familiarizar com a proposta do trabalho. Para isso e para quaisquer outros esclarecimentos, basta fazer contato com a pesquisadora responsável, na UFMG, ou com o COEP-Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG .

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2014.

Nome do(a) participante: _____

Nome do(a) responsável pelo(a) participante: _____

RG: _____ CPF: _____

Estando de acordo, assina o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Declaro que li e entendi as informações relativas a esta pesquisa contidas neste Termo de Consentimento e concordo em autorizar a participação voluntária do(a) meu(minha) filho(a) nessa pesquisa. AUTORIZO a utilização das informações prestadas ao projeto de pesquisa intitulado “Nós e Eles: Múltiplas relações identitárias em uma comunidade rural do interior de Minas Gerais”.

Ass.: -----

Ass: -----

Participante

Responsável pelo(a)

participante

Ass.: -----

Ass: -----

Entrevistador(a)

Prof^ª. Dr^ª. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Pesquisadora

Responsável

Profª. Drª. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento, pesquisadora responsável. Av. Antônio Carlos, 6627, FAFICH/Departamento de Psicologia, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Telefone para contato: (031) 3409-6278. E-mail: fgian@uol.com.br

Obs.: Se tiver dificuldade em encontrar a responsável, comunique o fato ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG: **COEP** - Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar, Campus Pampulha, sala 2005 CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Tel.: (031) 3409-4592.

ANEXO 10 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezado (a) Sr. (a),

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **Nós e Eles – Configurações de um rural particular: análise de elementos representacionais e processos identitários em três vilas rurais e um município do interior de Minas Gerais.**

A pesquisa tem como objetivo conhecer melhor as características sociodemográficas da população das vilas do Caeté, Mato Dentro e Vila Domingos, o funcionamento das comunidades, a dinâmica das relações estabelecidas entre elas, compreendendo também os pontos positivos e negativos da região, a vinculação de sua população a ela e a necessidade de políticas públicas adequadas a esta realidade. Para isso, serão utilizados um roteiro semiestruturado e um questionário a serem aplicados a um morador de cada grupo familiar em momento único.

Nenhuma informação será gravada, apenas registrada em anotações a partir de cada pergunta dos instrumentos ou em anotação a parte. A identidade dos participantes será preservada e todas as informações geradas nessa pesquisa (roteiros, questionários e registros) ficarão armazenadas no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por um período mínimo de 02 anos, sob inteira responsabilidade da professora responsável por essa pesquisa, Prof^a. Dr^a. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento. Somente os resultados do conjunto dos dados das comunidades, sem a identificação pessoal de nenhum participante, serão divulgados em congressos e em revistas científicas, e os participantes poderão ter acesso a eles se assim o desejarem. Colocamos também a sua disposição o projeto de pesquisa, para que possa ler e se familiarizar com a proposta do trabalho. Para isso e para quaisquer outros esclarecimentos, basta fazer contato com a pesquisadora responsável, na UFMG, ou com o COEP- Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG .

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2014.

Nome _____ do(a) _____ participante:

Nome _____ do(a) _____ responsável _____ pelo(a) _____ participante:

RG: _____ CPF: _____

Estando de acordo, assina o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Declaro que li e entendi as informações relativas a esta pesquisa contidas neste Termo de Consentimento e concordo em autorizar a participação voluntária do(a) meu(minha) filho(a) nessa pesquisa. AUTORIZO a utilização das informações prestadas ao projeto de pesquisa intitulado “Nós e Eles: Múltiplas relações identitárias em uma comunidade rural do interior de Minas Gerais”.

Ass.: -----

Ass: -----

Participante

Responsável pelo(a)

participante

Ass.: -----

Ass: -----

Entrevistador(a)

Prof^ª. Dr.^a. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Pesquisadora

Responsável

Profª. Drª. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento, pesquisadora responsável. Av. Antônio Carlos, 6627, FAFICH/Departamento de Psicologia, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Telefone para contato: (031) 3409-6278. E-mail: fgian@uol.com.br

Obs.: Se tiver dificuldade em encontrar a responsável, comunique o fato ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG: **COEP** - Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar, Campus Pampulha, sala 2005 CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Tel.: (031) 3409-4592.

ANEXO 11 – ROTEIRO PARA OS GRUPOS FOCAIS

Para o grupo rural:

1. Vocês veem diferença entre as pessoas da escola (alunos da escola) que são de São Brás e do Mato Dentro, Caeté e Vila Domingos?
2. Como é estudar fora de lá?
3. Gostariam de estudar em outro lugar? Gostam de estudar em São Brás do Suaçuí?
4. Vocês decidiram vir estudar em São Brás do Suaçuí ou tinham outra opção? Vocês escolheram?
5. O que vocês fazem quando não estão no Mato Dentro, Caeté ou Vila Domingos?
6. Vocês vêm em São Brás fora do horário?
7. Como vocês foram recebidos aqui?
8. Vocês veem diferença entre as pessoas que vem de fora estudar das que não vem?
9. Vocês vão a Lafaiete? O que tem lá? Gostam de lá? O que tem de bom e o que é ruim lá? Gostariam de morar lá? Ou em São Brás do Suaçuí? Ou em outro lugar?
10. O que é positivo e negativo em São Brás do Suaçuí? E no Mato Dentro, Caeté e Vila Domingos?
11. Tem problemas com o transporte para a escola e outros locais?
12. Querem ficar pra sempre nas comunidades rurais?
13. O que fazem no final de semana?
14. Quando vocês falam de São Brás do Suaçuí, de Lafaiete, vocês falam cidade? E para falar de vocês, falam Mato Dentro, Caeté, Vila Domingos, roça, zona rural? Que nome usam?
15. Vocês participam das festas de suas comunidades rurais? E das festas de São Brás do Suaçuí?

Para o grupo urbano:

1. Vocês veem diferença entre os alunos da escola?
2. Quem vem de fora vem de onde? Por exemplo, na sua sala, quem não é de São Brás do Suaçuí vem de onde?
3. Quem vem da Zona Rural?
4. Vocês conhecem pessoas que vieram da zona rural/da roça? Como vocês falam?
5. Vocês conhecem a zona rural? Onde já foram? O que acharam?
6. Tinham vontade de morar no Mato Dentro, Caeté, Vila Domingos (zona rural mais longe)?
7. Gostam de São Brás do Suaçuí?
8. Tem vontade de morar em outro lugar que não São Brás do Suaçuí?
9. Tinham vontade de estudar fora?
10. O que é bom e o que é ruim em São Brás do Suaçuí?
11. O que acham que é bom e que é ruim nas comunidades rurais do Mato Dentro, Caeté e Vila Domingos?
12. Como é a rotina de vocês?
13. O que fazem no final de semana?

**ANEXO 12 - TABELAS ESTUDO 1 – CENSO COMUNITÁRIO RURAL
DAS VILAS DOMINGOS, CAETÉ E MATO DENTRO**

Tabela 10 – Presença de bens materiais básicos/região

Bens	Caeté –N = 36	Vila Domingos–N = 19	Mato Dentro–N= 32
Geladeira	100%	95%	97%
Fogão a gás	100%	74%	88%
Fogão a lenha	100%	74%	97%
TV	100%	95%	94%
DVD	75%	68%	69%
Freezer	8%	5%	22%
Telefone	89%	73%	94%
Internet	14%	47%	22%
Carro	42%	5%	44%
Moto	17%	37%	28%
Bicicleta	28%	53%	41%

Tabela 11.1 – Faixa etária/sexo – Caeté

Faixa etária	Sexo feminino Caeté	Sexo masculino Caeté	Total Caeté
	%	%	%
0-4	0	1	1
*5-9	3	1	4
10-14	3	2	5
15-19	2	2	4
20-24	1	1	2
25-29	1	0	1
30-34	1	2	3
35-39	1	0	1
40-44	5	1	6
45-49	4	6	10
50-54	4	3	7
55-59	2	3	5
60-64	2	4	6
65-69	4	5	9
70-74	3	1	4
75-79	1	1	2
80-84	1	3	4
85-89	0	2	2
90-94	2	1	3
TOTAL	40 (52%)	39 (48%)	79 (100%)

Tabela 11.2 – Faixa etária/sexo – Vila Domingos

Faixa etária	Sexo feminino Vila	Sexo masculino Vila	Total Vila
	%	%	%
0-4	4	1	5
*5-9	0	3	3
10-14	8	5	13
15-19	4	6	10
20-24	2	4	6
25-29	1	3	4
30-34	3	1	4
35-39	5	3	8
40-44	4	5	9
45-49	1	2	3
50-54	1	2	3
55-59	0	0	0
60-64	2	4	6
65-69	0	0	0
70-74	1	0	1
75-79	0	1	1
80-84	0	0	0
85-89	0	0	0
90-94	0	0	0
TOTAL	36 (47%)	40 (53%)	76 (100%)

Tabela 11.3 – Faixa etária/sexo – Mato Dentro

Faixa etária	Sexo feminino MD	Sexo masculino MD	Total MD
	%	%	%
0-4	1	5	6
*5-9	1	1	2
10-14	3	5	8
15-19	7	3	10
20-24	4	1	5
25-29	2	3	5
30-34	4	4	8
35-39	5	1	6
40-44	3	3	6
45-49	5	4	9
50-54	4	6	10
55-59	2	6	8
60-64	3	3	6
65-69	2	2	4

Faixa etária	Sexo feminino MD	Sexo masculino MD	Total MD
70-74	5	5	10
75-79	3	0	3
80-84	1	1	2
85-89	0	1	1
90-94	0	0	0
TOTAL	55 (51%)	54 (49%)	109 (100%)

ANEXO 13 - Quadros de codificação das categorias da análise de conteúdo dos dados obtidos junto ao censo sociodemográfico das comunidades rurais

Quadro 5 - Temáticas positivas associadas ao rural

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
<i>Relações de amizade e convivência</i>	Contempla a união, o diálogo, a proximidade entre as pessoas, o bom relacionamento, a solidariedade.
<i>Tranquilidade</i>	Local silencioso e sossegado, sem movimento intenso de veículos e de pessoas, seguro e sem violência.
<i>Qualidade do ambiente/de vida</i>	Poder criar animais, plantar a lavoura ou horta e apreciá-las, ter ar e água puros, ter um pedaço de terra e poder apreciar a natureza, ainda muito preservada. Campo como local para preservação da saúde, lugar para relaxar e descansar, onde a alimentação é mais saudável, se tem mais liberdade e espaço (vivem em casas), possui infraestrutura básica.
<i>Custo de vida baixo</i>	Custo de vida menor se comparado à cidade.
<i>Atividades do campo</i>	Lazer e atividades de socialização, tais como o campo de futebol (muito citado), o truco, as festas, em especial os forrós e as festas religiosas, os bares, a Igreja e a escola.

Quadro 6 - Temáticas negativas associadas ao rural

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
<i>Problemas nas estradas</i>	Poeira em períodos de seca, buracos e barro nas épocas de chuva, impedindo o deslocamento.
<i>Problemas de transporte</i>	Dificuldade de deslocamento até a cidade ou mesmo entre as comunidades; ônibus insuficiente (duas vezes por semana).
<i>Distância/Isolamento</i>	Problema de deslocamento entre comunidades e as cidades referência ou a outras comunidades.
<i>Falta de recursos/Infraestrutura no geral</i>	Aspectos gerais referentes à infraestrutura do meio rural, tais como construções de qualidade ruim, dificuldade de acesso a bens e serviços como internet e telefone, iluminação pública, problemas com a segurança, problemas referentes à questão sanitária (coleta de lixo, esgoto e tratamento de água).

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
<i>Falta de assistência à saúde</i>	Problemas como a falta de médico, de dentista e de recursos de saúde no geral, incluindo medicamentos e equipamentos adequados no centro de saúde local.
<i>Falta de mão de obra/opções de trabalho</i>	Falta de mão de obra no campo para trabalhar nas lavouras, nas casas e no cuidado com o gado; e ao mesmo tempo, cita o problema da falta de opções de trabalho para a população rural.
<i>Precariedade dos recursos de educação</i>	A escola precisa de reforma, faltam professores e a qualidade do ensino é ruim.
<i>Falta de opções de lazer</i>	Faltam shows, festas e eventos.
<i>Problemas de relacionamento interpessoal</i>	Presença de brigas, falta de respeito entre alguns moradores, falar mal das pessoas, pessoas que implicam com a vida uma das outras, fofocas, falsidade, intrigas, inveja e mentiras entre os moradores das vilas.

Quadro 7 - Temáticas positivas associadas ao urbano

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
<i>Acesso produtos e serviços</i>	Acesso a produtos e serviços; recursos de comunicação e conforto.
<i>Acesso à saúde</i>	Existência de recursos de saúde na cidade como hospitais, médicos e toda uma infraestrutura necessária (ambulância, medicamentos, equipamentos para exame e para tratamento de saúde no geral).
<i>Oportunidades de emprego</i>	Número e diversidade de oportunidades de emprego.
<i>Acesso à educação</i>	Acesso a recursos educacionais de formação básica, superior e profissionalizante, e à visão de que a educação na cidade é de qualidade superior àquela oferecida no campo.
<i>Opções de lazer</i>	Presença de um maior número de opções de lazer, entretenimento e cultura.
<i>Estradas melhores</i>	Melhores condições das estradas que são de asfalto.
<i>Relacionamento interpessoal</i>	Relações pessoais de amizade, de proximidade com os filhos que moram na cidade e por propiciar um aumento no círculo de

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
	convivência, uma vez que a cidade tem um maior número de pessoas e mais espaços de contato entre elas.
<i>Acesso a meios de transporte</i>	Indica a facilidade de deslocamento uma vez que há maior disponibilidade de meios de transporte, tais como ônibus e taxis.

Quadro 8 - Temáticas negativas associadas ao urbano

CATEGORIAS	CONTEÚDO ASSOCIADO
<i>Falta de segurança</i>	Problemas de segurança pública, violência, altos índices de roubos, furtos e homicídios.
<i>Barulho</i>	Fruto do intenso movimento de veículos na cidade.
<i>Trânsito</i>	Engarrafamentos, atrasos no deslocamento, acidentes e violência fruto da impaciência dos condutores.
<i>Poluição</i>	Associação ao mau cheiro nas cidades, à poluição dos rios e do ar.
<i>Fluxo intenso de pessoas</i>	O problema do fluxo intenso de pessoas na cidade é colocado como gerador de bagunça, tumulto e agitação de uma forma negativa.
<i>Álcool e Drogas</i>	Traz a questão do álcool e das drogas como um grave problema urbano. Problema do tráfico e tratamento para os dependentes químicos.
<i>Aspectos relacionais negativos</i>	As pessoas não são muito humanas na cidade, falta união entre elas, são ignorantes, debocham, desrespeitam e criticam as pessoas, não são confiáveis, não se importam umas com as outras e não se ajudam.
<i>Custo de vida alto</i>	Local onde o custo de vida é mais alto se comparado ao custo de vida no campo.
<i>Precariedade nos serviços públicos</i>	Problemas nos serviços públicos, maior acesso mas qualidade insuficiente, hospitais têm as paredes quebradas, são cheios e o atendimento é ruim. Transporte coletivo precário.
<i>Má qualidade de vida</i>	Ritmo de vida acelerado, o excesso de tarefas e afazeres e a má alimentação composta por produtos industrializados e cheios de conservantes, agrotóxicos e outras substâncias químicas não saudáveis.